

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

**SILVANA BARBOSA PEREIRA DE CARVALHO**

**O ADJETIVO NA ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DO DISCURSO:  
A PROPOSTA DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA**

VITÓRIA  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SILVANA BARBOSA PEREIRA DE CARVALHO

**O ADJETIVO NA ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DO DISCURSO:  
A PROPOSTA DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Hilda de Oliveira Olímpio.

VITÓRIA

2009

SILVANA BARBOSA PEREIRA DE CARVALHO

**O ADJETIVO NA ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DO DISCURSO:  
A PROPOSTA DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos.

Aprovada em 03 de abril de 2009.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profª Drª Mónica Graciela Zoppi-Fontana  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

---

Profª. Drª. Hilda de Oliveira Olímpio  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
Orientadora

---

Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

---

Profª Drª Adrete Terezinha M. Grenfell  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, especialmente a minha filha Laura, por compreender e aceitar a minha ausência durante o mestrado.

À professora orientadora Doutora Hilda de Oliveira Olímpio, pelo exemplo de profissionalismo, competência, dedicação e amizade.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, pela amizade e atenção dispensada a mim ao longo do curso.

Aos colegas de trabalho e à diretoria do Colégio Ápice, pelo apoio dado na continuação dos meus estudos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, pela enriquecedora convivência.

A Deus, pelas oportunidades postas em minha vida.

Chega mais perto e contempla as palavras  
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra  
E te pergunta, sem interesse pela resposta,  
Pobre ou terrível, que lhe deres:  
Trouxeste a chave?

Carlos Drummond de Andrade

## RESUMO

O objetivo central deste trabalho é mostrar como certos adjetivos e expressões adjetivais atuam sobre os substantivos, aumentando ou diminuindo sua força argumentativa e participando, de modo decisivo, na estruturação global dos discursos. Propõe-se um estudo lingüístico do sentido, tomando como referencial teórico a Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot e colaboradores, que buscam, no estruturalismo de Saussure e na teoria enunciativa de Benveniste, as categorias de análise que vão ancorar seu quadro teórico. Afastando-se de teorias argumentativas de fundamentação lógica e retórica, a Semântica Argumentativa, apoiada na noção de *valor*, do estruturalismo saussuriano, postula que a significação está marcada na língua, que oferece instruções para a interpretação do sentido dos enunciados e dos discursos. Fazendo um percurso pelas diversas formas que a teoria tomou até chegar aos dias de hoje (a Forma *Standard*, a Forma Recente e a Teoria dos Blocos Semânticos), chega-se à conclusão de que a Semântica Argumentativa mantém os mesmos fundamentos propostos na sua fase inicial e, mais do que isso, radicaliza na defesa de que “só o discurso é doador de sentido”. O *corpus* tomado para a análise final é uma reportagem publicada na *Folha de São Paulo*, em outubro de 2008. Aplicam-se os construtos teóricos da TBS, a fim de verificar as argumentações evocadas pelas entidades lingüísticas e a posição do locutor frente aos enunciadores, fontes dessas argumentações. A análise evidencia o papel dos modificadores na construção argumentativa do discurso.

Palavras – Chave: Argumentação. interdependência semântica. modificadores

## ABSTRACT

The main goal of this work is to show the way some adjectives as well as adjectival expressions act upon nouns: they increase or reduce their argumentative force and they take part very positively in the global structure of discourse. We propose a linguistic study on the meaning, following Ducrot's ideas on Argumentative Semantics and some concepts of other researchers who also consider Saussure's structuralism and Benveniste's enunciative theory as important tools for analysis. Argumentative Semantics keeps away from argumentative theories of logic and rhetoric. It is based on the notion of value shown in saussurian structuralism and it establishes that meaning is marked inside the language, which gives instructions to the understanding of the enunciations. We go through the various forms the theory presents until the moment (the Standard Form, The Recent Form and the Theory of Semantic Blocks) and we get to the conclusion that Argumentative Semantics keeps the same basis as the one proposed in the beginning. Besides, it reinforces the saying that "discourse is the only donor of meaning". The *corpus* taken as a final analysis is a newspaper report published at "Folha de São Paulo" (October, 2008). We apply theoretical constructors of TBS in order to verify argumentations evoked by linguistic entities as well as the position of the speaker in face of enunciators – source of argumentation. The analysis points out the role of modifiers in the argumentative construction of discourse.

Key words: Argumentation. semantic interdependence. modifiers.



## LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: + P, + Q .....	57
Esquema 2: + P, - Q .....	59
Esquema 3: - P, + Q .....	59
Esquema 4: Bloco Semântico 1.....	79
Esquema 5: Bloco Semântico 2.....	80
Esquema 6: BS1 .....	93
Esquema 7: BS2 .....	93
Esquema 8: Classificação dos modificadores .....	102

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
<b>1 A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA .....</b>	<b>15</b>
1.1 A semente (Ducrot antes de Anscombre) .....	19
1.2 Raízes: o estruturalismo saussuriano e a teoria enunciativa de Émile Benveniste.....	21
1.3 Fundamentos da teoria da argumentação na língua .....	29
1.4 Argumentação lingüística x argumentação retórica.....	36
1.5 O modelo de Toulmin .....	44
<b>2. A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (TAL).....</b>	<b>48</b>
2.1 A forma <i>standard</i> (primeira forma).....	48
2.2 A forma “recente” (segunda forma): o <i>topos</i> articulado à polifonia.....	55
2.3 A teoria dos blocos semânticos (terceira forma).....	73
2.3.1 Argumentação externa e argumentação interna .....	80
2.3.2 Classificação semântica das palavras .....	84
2.3.3 A polifonia sob a ótica da TBS .....	88
<b>3. DA TEORIA À PRÁTICA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE .....</b>	<b>98</b>
3.1 Metodologia .....	98
3.2 Análise de uma reportagem ( aplicação da teoria) .....	100
3.3 Conclusão da análise .....	120

<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>122</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

A interação social do homem com seus semelhantes se dá, na maioria das vezes, via linguagem. Ao interagir com o outro, o homem tem sempre um objetivo a ser atingido, busca alcançar determinados fins, estabelecer relações com o outro, causar certos efeitos, desencadear certos comportamentos. Nesse quadro, a língua não é vista como um código, como um sistema acabado, cuja função fundamental é a informação; ao contrário, é encarada como um sistema dinâmico, como um jogo, tendo' como função primeira a argumentação, a vitória diante dos parceiros-jogadores.

Na perspectiva estruturalista herdada de Saussure ([1916], 1971), era corrente a idéia de que a língua era um instrumento de comunicação, tendo como função fundamental permitir a troca de informação entre os seus usuários. Émile Benveniste ([1958]1989), ainda dentro de um arcabouço estruturalista, é o primeiro lingüista a defender a necessidade de se incluir as categorias de enunciação na análise dos enunciados. Com isso, embora tenha da língua uma concepção de sistema pronto, o autor põe em evidência formas que marcam a subjetividade e a intersubjetividade no interior do próprio sistema. Antes dele, Charles Bally (1944) já havia chamado a atenção para questões relativas à presença da subjetividade na língua. A sua proposta de distinguir na estrutura da frase um *dictum* e um *modus* já é uma tentativa de chamar a atenção para os modos de inscrição do falante dentro do enunciado, para as formas por meio das quais o falante marca sua posição naquilo que diz. Numa linha de pensamento análoga, os filósofos de Oxford começaram a investigar os *atos de fala* e a discutir as ações que o homem realiza ao falar. Estava aberta uma porta de entrada importante para retirar a língua da condição de sistema estático – capaz de descrever a realidade -, e regá-la com os efeitos de sentido presentes na dinamicidade do discurso.

Entre os autores que rejeitaram a língua como código para a transmissão de informação, está Oswald Ducrot, que, desde o final da década de 1960, vem realizando suas pesquisas na tentativa de mostrar que a função fundamental da língua é a argumentação. Ducrot buscou, no interior do sistema lingüístico, formas que apontassem essa função argumentativa.

O presente trabalho se insere, exatamente, nessa perspectiva. Defende que a função fundamental da língua é a argumentação e, fazendo um recorte dentro do léxico, busca mostrar como certos adjetivos e expressões adjetivais atuam sobre os nomes, aumentando ou diminuindo sua força argumentativa. Fundamentalmente, o que se discutirá aqui é a questão da gradualidade argumentativa explicitada na escolha das formas lexicais, particularmente, dos modificadores nominais. O foco das reflexões aqui presentes não é a função sintática do adjetivo, nem mesmo a sua função semântica de caracterizador dos seres. De uma maneira resumida, pode-se adiantar que os objetivos deste trabalho são os seguintes:

- 1º) Aprofundar a discussão a respeito da função argumentativa da linguagem.
- 2º) Refletir sobre o caráter argumentativo do léxico, chamando atenção para a maior ou menor força argumentativa de alguns itens lexicais.
- 3º) Centrar a discussão na escolha de adjetivos com função argumentativa, inserindo essa discussão no quadro da Semântica Argumentativa de Ducrot e seus seguidores, nas diversas fases por que passou a teoria.
- 4º) Tentar uma articulação entre a formulação teórica e a análise de um discurso efetivamente realizado, buscado na mídia.

Ora, a Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot, Jean Claude Anscombe e, mais recentemente, Marion Carel procura distanciar-se das teorias semânticas fundamentadas na noção de condições de verdade e busca descrever o funcionamento da linguagem em uso, demonstrando a impossibilidade da existência de um enunciado lingüístico enquanto segmento puramente objetivo, descritivo, informacional, que esteja isento de um valor argumentativo. Para Ducrot, todos os discursos são argumentativos.

Para sedimentar a discussão, fez-se uma “varredura” no jornal *Folha de São Paulo*, no período de setembro a novembro de 2008, a fim de observar, numa espécie de levantamento pré-teórico, os fatos lingüísticos que poderiam apoiar o desenvolvimento do conteúdo. Nesse levantamento, um universo temático foi

priorizado: o da recente crise no sistema financeiro americano, que se alastrou para o mundo, atingindo todo o sistema econômico mundial. Naturalmente, nem todos os exemplos colhidos estão contemplados no corpo do trabalho, mas serviram para apoiar a hipótese já contida nessa busca. Além dos exemplos colhidos no jornal, há outros que foram formulados a partir dos textos lidos, e alguns que foram trabalhados pelo próprio Ducrot.<sup>1</sup> A análise final foi desenvolvida, tomando por base uma reportagem a respeito do universo selecionado acima referido. A escolha do gênero *reportagem* foi proposital, uma vez que, segundo alguns teóricos, reportagens e notícias são gêneros textuais que deveriam ser marcados pela objetividade. Desse modo, torna-se mais instigante buscar representações argumentativas em textos cujo fim “maior” seria a informação.

Este trabalho se constitui de três capítulos básicos, além desta introdução e de um capítulo reservado às considerações finais. No primeiro capítulo, realiza-se um percurso por toda a trajetória da Semântica Argumentativa, a fim de situar o estudo dentro desse quadro teórico, mais precisamente, dentro do quadro teórico da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), elaborada por Anscombe e Ducrot, a partir de 1983. Para entender a trajetória percorrida por esses autores, faz-se um retorno a Saussure, por serem os estudos saussurianos a base da TAL. Além de Saussure, retomam-se alguns conceitos postulados por Émile Benveniste, a fim de situar a TAL dentro das teorias enunciativas. Finalmente, realiza-se um breve esboço dos estudos da argumentação sob o enfoque da Retórica, da Nova Retórica e da Teoria da Argumentação de Toulmin, voltando-se para as divergências observadas entre a perspectiva ducrotiana e as idéias defendidas por essas correntes filosóficas.

O segundo capítulo descreve a teoria de Ducrot, dividida em três fases: a *Standard*, a Forma “Recente” ( 2ª fase) e a Teoria dos Blocos Semânticos, última versão da TAL. A primeira fase se caracteriza por se contrapor à visão tradicional de argumentação, que defende estar o ato argumentativo baseado no conteúdo factual expresso pelos argumentos. Para Ducrot, a argumentação está na língua. As frases, unidades lingüísticas, oferecem instruções que direcionam para algumas conclusões

---

<sup>1</sup> Os exemplos são numerados por capítulos. Assim, ao iniciar um novo capítulo, reinicia-se a numeração dos exemplos, identificados com números arábicos.

e não para outras. As argumentações realizadas nos enunciados e no discurso estão determinadas pelas frases da língua. A segunda fase da teoria articula a noção de polifonia à noção de *topos*. Assim, o sentido do enunciado é apreendido mediante a descrição do trajeto realizado entre os seus segmentos constituintes: o argumento e a conclusão. Tal trajeto se dá a partir da aplicação de um princípio inferencial, um *topos*, evocado pelos enunciadores, postos em cena pelo locutor. A terceira fase abandona a noção de *topos*, para fortalecer o princípio de que a argumentação está na língua e defender que só o discurso é doador de sentido (CAREL e DUCOT, 2005).

O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e apresenta a análise, ancorada, sobretudo, no quadro proposto pela TBS, marcada pela noção de interdependência semântica.

Por fim, no quarto capítulo, insere-se a análise na perspectiva teórica que a circunscreve, discutem-se os resultados obtidos e fazem-se algumas considerações finais.

Uma última palavra sobre a estratégia de produção do texto. Em algumas partes do trabalho, conteúdos já desenvolvidos são resumidamente retomados, para encaminhar novas questões e mostrar as diversas fases por que passou a teoria. Usou-se tal estratégia com o intuito de manter na memória do leitor o diálogo interno que um trabalho na perspectiva da Semântica Argumentativa exige. Ora, se o sentido dos constituintes de um enunciado é interdependente (como propõe a TBS), o mesmo se pode dizer dos enunciados de um discurso. Explicitar mais (ou menos) essa interdependência é uma questão de estilo.

## 1. A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Este trabalho se insere, pois, na área da Semântica Argumentativa e toma como referencial de base a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), desenvolvida, inicialmente, por Oswald Ducrot, em parceria com Jean-Claude Anscombre (1983). Faz um percurso teórico-metodológico, acompanhando as diversas revisões por que passou a teoria até chegar à forma atual, que vai fornecer o quadro referencial da análise proposta.

Pode-se afirmar, simplificando um pouco, que a Semântica Argumentativa é uma corrente teórica voltada para o estudo línguístico da argumentação. Diferentemente da Retórica, que considerava a argumentação como a arte de persuadir o auditório, e da Lógica, que centrava a argumentação numa relação de inferência entre proposições verdadeiras, Ducrot e Anscombre se propõem a tratar a argumentação sob uma perspectiva estritamente lingüística, defendendo que o sentido não deve ser buscado numa relação direta da linguagem com as coisas do mundo, nem da linguagem com os pensamentos e as crenças dos falantes, mas na relação observada entre enunciados, relação esta que se interpreta mediante diretrizes inscritas na língua, as quais se refletem no discurso.

A Semântica Argumentativa parte do princípio de que a função primeira da língua é a de argumentar e não de descrever a realidade. Dessa forma, o sentido é definido como essencialmente argumentativo e está marcado na própria língua. Não se encontra nos fatos, na realidade, mas no uso que se faz da língua, isto é, no discurso.

Essa teoria tem suas origens na proposta estruturalista saussuriana para o estudo da linguagem, de onde Ducrot<sup>2</sup> retira conceitos, modificando-os e/ou ampliando-os. Acompanhando a orientação estruturalista, a Semântica Argumentativa postula a não-referência ao mundo para delinear seu objeto de estudo. Para Ducrot, o sentido de um enunciado deriva da significação inscrita na língua. Desse modo, o sistema,

---

<sup>2</sup> Devido à proeminência de Ducrot no delineamento da Semântica Argumentativa, em muitos trechos do presente texto só se faz referência ao nome desse autor, sem, com isso, negligenciar o papel de J. C. Anscombre e Marion Carel como parceiros importantes.



construído pelas frases da língua, fornece instruções para que seja construído o sentido dos enunciados nas circunstâncias em que ocorrem. Não se trata, portanto, de um sentido em si, mas de um sentido buscado na relação envolvida no discurso.

Se, por um lado, o estruturalismo é o grande quadro de referência em que se ancora a Semântica Argumentativa, por outro, esta também se filia à perspectiva enunciativa de estudos da linguagem. Sem dúvida, é na perspectiva enunciativa benvenistiana que Ducrot vai buscar suas primeiras categorias de análise, reconhecendo o enunciado como unidade de sentido e postulando a figura enunciativa do locutor como responsável pelo enunciado. Entretanto, apesar de estruturalista, é na noção de polifonia, buscada no filósofo russo Mikhail Bakhtin ([1929]/2005) e na distinção entre sujeito *falante* e sujeito *modal*, de Bally (1913), que Ducrot vai encontrar inspiração para propor a categoria de enunciador ([1984]/1987)<sup>3</sup>, que vai lhe permitir explicar os diferentes pontos de vista presentes no enunciado.

Para melhor entendimento dos postulados ducrotianos, optou-se por dividir esse estudo em três momentos, relacionados às reformulações sofridas no desenvolvimento da teoria. O primeiro momento é denominado Forma *Standard* ou Primeira Forma da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) e compreende os trabalhos pertinentes às primeiras noções da teoria, a partir da publicação de “**L’argumentation dans La langue**”, em 1983. O segundo ficou conhecido por Forma “Recente” ou Segunda Forma e tem como principal característica a articulação entre as noções de polifonia e de *topos* no estudo da argumentação ([1984] /1987,1988,1995). E a terceira versão é tratada como a Teoria dos Blocos Semânticos, proposta por Marion Carel, a partir de 1992, e desenvolvida pela autora e por Ducrot desde então.

Na primeira forma da TAL, Ducrot e Anscombe propõem discutir o ato argumentativo opondo-se à concepção tradicional de argumentação, segundo a qual

---

<sup>3</sup> A primeira data, entre colchetes, faz referência à edição original francesa da obra “O dizer e o Dito”. A segunda, à edição brasileira consultada. Este procedimento será adotado para todas as obras referidas. Na sequência do texto, será mencionada, no trabalho, somente a data da obra efetivamente usada na pesquisa.

o discurso é considerado argumentativo se contiver argumento e conclusão, sendo que o primeiro, uma asserção apresentada como justificativa, indica um fato passível de ser julgado como falso ou verdadeiro, independente da conclusão. Os dois semanticistas refutam essas condições, pois, para eles, as palavras só têm sentido completo, quando tiramos conclusões delas, não podendo, assim, um argumento ser entendido distanciado de sua conclusão, considerada como potencial argumentativo. O sentido do enunciado, constituído de dois segmentos, sendo um argumento e uma conclusão, não é dado a partir do fato informado no argumento, mas deriva da relação que há entre o argumento e a conclusão. Para explicar esse pensamento, os autores chamam a atenção para a existência, na língua, de pares de frases, os quais, por conterem operadores argumentativos diferentes, apontam para conclusões diferentes, apesar de veicularem o mesmo fato. Para Ducrot, a conclusão define o potencial argumentativo do enunciado.

Nesse quadro, as formas lingüísticas são consideradas determinantes das possibilidades argumentativas, independentemente dos fatos, dos conteúdos informativos veiculados pelos enunciados. São essas formas que permitem determinadas argumentações e não outras. Esse pensamento reforça a tese de Ducrot, já apresentada anteriormente, de que a argumentação está marcada na própria língua, não devendo ser buscada fora dela. O que transforma as coisas do mundo em argumentações é o valor lingüístico inscrito nos enunciados produzidos pelo locutor.

Desse modo, a Teoria da Argumentação na Língua orienta-se para a continuação do discurso e não para a realidade, nem para o pensamento, a fim de mostrar que o enunciado direciona o interlocutor a certa conclusão. Para compreender o locutor, é preciso verificar o que ele quer dizer, perceber suas intenções, prever a continuação do discurso, enfim, antecipar suas conclusões. Nessa fase, a teoria prioriza a pesquisa com operadores argumentativos (tais como *pouco e um pouco, quase, só, até*<sup>4</sup>, *entre outros*). Aliás, desde essa época, os operadores *pouco e um pouco*, por exemplo, estão no foco de investigação da Semântica Argumentativa. Nessa primeira fase da teoria, a preocupação era mostrar que pares de operadores como

---

<sup>4</sup> Optou-se por trabalhar com os operadores em português, e não em francês, para facilitar o encadeamento do conteúdo e dar maior visibilidade aos exemplos tratados.

*pouco, um pouco, quase, apenas, até, só*, por exemplo, apontavam para conclusões diferentes: *um pouco, quase e até* para conclusões positivas; *pouco, apenas e só*, para conclusões negativas.

Ao longo de seu percurso investigatório, Ducrot e seus colaboradores fazem questionamentos que os levam a reformular a teoria. Tais reformulações marcam os outros dois momentos abordados nesta pesquisa, como foi mencionado anteriormente. A noção de polifonia (já apontada em 1980 e sistematizada em 1984) é associada à noção de *topos* (já sugerida como perspectiva em 1983, retomada em 1988 e sistematizada em 1995), marcando a segunda forma da teoria, conhecida como Forma “Recente”. Para Ducrot (1988), o *topos* é o princípio que permite justificar determinada conclusão. Um *topos*, atualizado no enunciado, justifica o trajeto entre o argumento e a conclusão, a fim de tornar essa conclusão indiscutível. Argumentar é, pois, justificar, a partir de um *topos*, o sentido de uma conclusão, dando voz aos diferentes enunciadorees que mobilizam pontos de vista articulados no enunciado. Nessa fase da teoria, a pesquisa se volta, principalmente, para os articuladores discursivos (como *mas*), para os conectores conclusivos (como *portanto*) e para o caráter gradual da língua. Note-se que esta noção de *topos* não nega a argumentação na língua, apenas defende que a língua contém *topoi*.<sup>5</sup> No caso específico dos operadores (no caso de *pouco* e *um pouco*, por exemplo), pode-se entender que a escolha do operador está subordinada aos *topoi* que circunscrevem o uso da língua. O mesmo se pode afirmar com respeito aos conectores e articuladores.

Num terceiro momento (a partir de 1992), a noção de *topos*, por ser considerada uma categoria não lingüística, é abandonada para dar lugar à noção de *bloco semântico*, proposta por Marion Carel, para quem os encadeamentos argumentativos são constituídos de unidades interdependentes, sendo essa interdependência entre os segmentos do discurso que constitui a argumentação. Vista anteriormente como uma relação de justificação, a argumentação passa a ser definida pela interdependência das palavras que constituem os segmentos dos encadeamentos, os quais só fazem sentido no conjunto, isto é, no encadeamento.

---

<sup>5</sup> Plural de *topos*.

Dito de outra forma, o caráter argumentativo do encadeamento é dado pela interdependência semântica de dois segmentos, que fazem parte de um mesmo *bloco semântico*. Isso leva à distinção de duas estruturas básicas de argumentação: normativa, em *portanto* (PT); e transgressiva, em *no entanto* (NE).<sup>6</sup>

Essa última versão da teoria propõe uma descrição semântica do léxico da língua, através da lexicalização do bloco e de conceitos como argumentação interna e externa. Esses conceitos serão apresentados no decorrer deste trabalho, a fim de explicitar esse modelo teórico que serve de base para a análise aqui realizada. Antes, porém, torna-se necessário um retorno a alguns conceitos de Saussure e a outros de Benveniste, a fim de se chegar ao ponto de partida tomado por Ducrot. Torna-se também necessário definir conceitos que são os alicerces da TAL. Depois, realiza-se um breve esboço da trajetória da argumentação nos estudos da Retórica e da Lógica, para se entender como a TAL se posiciona quanto a essa questão.

### 1.1 A semente (Ducrot antes de Anscombe)

Os primeiros trabalhos de Oswald Ducrot se incluem num período (a partir da década de 1960) em que a Lógica parecia ser um instrumento privilegiado para explicar a estrutura fundamental da significação lingüística, um instrumento capaz de dar solidez científica a fluidez da Semântica. Havia entre os lingüistas, apoiados pelo triunfo da sintaxe gerativa, a idéia de que a significação lingüística era de ordem lógica. Embora inserido nesse contexto, Ducrot seguiu numa outra direção, buscando fugir da lógica na descrição semântica da linguagem. Segundo Marion Carel (2002), Ducrot encontrou um fio condutor para suas pesquisas, o qual consiste em se afastar do logicismo semântico e isso de maneira cada vez mais radical.

---

<sup>6</sup> Note-se que, no francês, o símbolo que representa a argumentação normativa é DC (*DONC*) e o que representa a argumentação transgressiva é PT (*POURTANT*). Saliente-se ainda que *DONC* e *POURTANT* correspondem a categorias semânticas, que podem ser, efetivamente, realizadas no discurso de várias formas.

Uma obra exemplar desse período é **La preuve et le dire**, traduzida para o português com o título de **Provar e dizer: linguagem e lógica** ([1973]/1981), obra que traz uma coletânea de artigos de Ducrot, já publicados em revistas especializadas. Vale a pena ressaltar aqui o que escreve Cidmar Teodoro Pais no prefácio da tradução brasileira desse livro:

“Nessa perspectiva, a teoria de Oswald Ducrot trouxe profunda renovação aos estudos lingüísticos e semânticos. Utiliza-se, sem dúvida, de uma metalinguagem construída a partir de modelos lógicos. Contudo, não tenta encontrar nas línguas naturais estruturas e funções que sejam realizações dos sistemas lógicos, em suma, não tenta impor a lógica à linguagem mas, ao contrário, procura descrever o que seria a lógica da linguagem,, reconhecendo a função lógica como uma entre as funções da linguagem e reconhecendo, também, a diversidade lingüística.” (PAIS. In: DUCROT, ([1973]/ 1981)

Para Carel (2002), dois encontros foram fundamentais na carreira de Ducrot. O primeiro deles com Saussure; e o segundo com os filósofos de Oxford. Das leituras feitas da teoria saussuriana, Ducrot adotou a idéia de que a significação de uma entidade lingüística reside nas suas relações com outras entidades. Nesse período, ele tentou conciliar estruturalismo e lógica, utilizando-se de inferências lógicas na constituição do significado lingüístico ou no raciocínio para se chegar a ele. Contudo, as ligações entre inferência lógica e condições de verdade levam-no a abandonar esse projeto, uma vez que a descrição de uma entidade lingüística se dava a partir de dados extralingüísticos, o que contrariava a concepção saussuriana.

O segundo encontro foi com a filosofia da linguagem de Oxford. Segundo Carel (2002), a idéia de que a linguagem tem a função fundamental de instaurar entre os indivíduos um tipo particular de relação provocou em Ducrot o mesmo efeito antilógico desencadeado por Saussure. Para Ducrot, o discurso não representa o mundo. Na *Teoria da Pressuposição*, sistematizada em **Princípios de Semântica Linguística** (dizer e não dizer), de 1972, Ducrot afirma a existência de dois níveis de significação: um posto e um pressuposto, representante do esforço do locutor por impor a seu interlocutor suas crenças implícitas. Posto e pressuposto são descritos, nesse trabalho de Ducrot, por meio de fórmulas lógicas, todavia a presença do pressuposto faz aparecer, no interior mesmo da sentença, uma intenção bem diferente da lógica. A pressuposição é vista inscrita geralmente na própria

significação das frases. Ducrot mobiliza os atos ilocutórios de Austin, tal como foram sistematizados por Searle, para descrever a pressuposição, que passa a constituir parte do conteúdo veiculado pelo enunciado. Todavia, se por um lado a descrição do pressuposto era de ordem lingüística, por outro, o posto ainda era descrito com base na lógica e em condições de verdade. Ducrot ainda admitia, nessa época, que o posto poderia corresponder a fatos. De qualquer modo, já se pode ver aí uma perspectiva interacional no tratamento do sentido dos enunciados e, mais do que isso, uma preocupação de buscar na língua explicação para os diferentes efeitos de sentido aí observados.

Resumindo, nos primeiros trabalhos de Ducrot já se via uma preocupação de trabalhar a argumentação na língua, numa perspectiva não referencialista, independente da Lógica e da Retórica. E essa preocupação ele vai manter na fase de parceria, tanto com Anscombe, quanto com Carel

## **1.2 As raízes: o estruturalismo saussuriano e a teoria enunciativa de Émile Benveniste.**

A Semântica Argumentativa, mais precisamente a Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Ducrot e Anscombe, tem fortes raízes dentro do escopo estruturalista de Ferdinand Saussure. Faz-se, pois, relevante, neste trabalho, retornar a alguns conceitos saussurianos, na tentativa de percorrer o caminho trilhado por esses autores na elaboração dessa teoria.

Não se pode negar a importância de Saussure para a Lingüística. A publicação do **Curso de Lingüística Geral**, no início do século XX, marca o lugar desse pesquisador na história da Lingüística Moderna e cria um leque de possibilidades de análises lingüísticas, já que, a partir do referencial teórico do mestre genebrino, muito se tem avançado nos estudos que têm como objeto a linguagem. Embora haja muitas controvérsias quanto à interpretação de alguns conceitos sistematizados no *Curso*, é notória a contribuição das idéias de Saussure no surgimento de novas e

importantes pesquisas lingüísticas. Na verdade, as críticas mais fortes ao pensamento saussuriano como um todo estão fundamentadas, sobretudo, na concepção de língua como um sistema estático, que o homem recebe passivamente. São, portanto, críticas mais vinculadas ao ponto de vista teórico, do que a incoerências internas. Todavia, tais críticas não invalidam a grande importância de Saussure nos estudos lingüísticos do século XX e nas pesquisas que continuam nos dias atuais.

Como um dos objetivos desta seção é explicar a filiação da Teoria da Argumentação na Língua à proposta estruturalista, tratar-se-á aqui de alguns conceitos saussurianos que se fazem relevantes para este estudo. São eles os conceitos de *signo, língua, fala, valor* e, sobretudo, *o princípio da relação*.

Na perspectiva estruturalista saussuriana, a linguagem é definida como detentora de dois lados: um lado social e outro individual. O aspecto social da linguagem corresponde à língua (*langue*), definida como um conjunto de convenções lingüísticas adotadas por uma comunidade para comunicar-se. A língua é para Saussure:

“(...) um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.” (SAUSSURE ,[1915]/1971, p.21)

A língua, a parte social da linguagem, “é exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (1971, p. 22). A assimilação da língua pelos grupos sociais é, assim, explicada pelo autor:

A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos. Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independe da vontade dos depositários (1971, p.27).

A fala (*parole*), por sua vez, é sempre individual. Refere-se ao ato individual de escolha das palavras para a enunciação do que se deseja. É a realização das regras da língua. Para Saussure (1971, p.27) “é a soma do que as pessoas dizem” sob formas de manifestações espontâneas.

O lingüista genebrino reconhece uma estreita ligação entre, *língua* e *fala*. Esses dois lados da linguagem ligam-se mutuamente, isto é, a língua permite que a fala seja inteligível e a fala permite que a língua se estabeleça. Ao falar dessa interdependência entre *língua* e *fala*, perceptível na obra de Saussure, Barbisan (2004, p.69) esclarece que “o homem aprende a falar, ouvindo as pessoas falarem. É a experiência com a fala que possibilita ao homem armazenar no cérebro o conjunto de regras que constitui a língua.”

Embora possuam essa interdependência, *língua* e *fala* são vistas, por Saussure, como objetos distintos. E, por questões metodológicas, o linguista genebrino propõe somente a língua como objeto de estudo da linguística. Como se pode observar, tal delimitação do objeto da Lingüística levou Saussure a excluir dos seus estudos a fala, que, pelo fato de se situar na dimensão individual da linguagem, não apresenta, sob o ponto de vista de Saussure, regularidades observáveis pela Lingüística enquanto ciência. O contrário acontece com a língua, que se caracteriza, para Saussure, como sistematizável. Essa característica torna possível extrair da língua regularidades, o que permitiria o estudo da linguagem em termos científicos.

Outra característica da língua, na perspectiva estruturalista saussuriana, é o fato de constituir-se como um sistema de signos interiorizado culturalmente pelos sujeitos falantes, no qual, “de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (1971, p.23). Em outras palavras, o signo é a combinação de dois elementos psíquicos: a imagem acústica (o significante) e o conceito (o significado). Segundo Saussure, “o signo não une uma coisa a uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica.” (1971, p. 80). A língua, então, não é uma lista de palavras que correspondem às coisas do mundo.



Ducrot (1987) revela comungar da mesma concepção de língua de Saussure. Para ele, a língua também não faz referência ao mundo. Tal como o mestre genebrino, Ducrot vai buscar o sentido na estrutura lingüística, sem considerar aspectos situados na exterioridade. O sentido de um enunciado deriva da significação inscrita na língua. Para Ducrot, a língua impõe restrições à construção dos enunciados e para se descrever semanticamente uma língua, é preciso construir um conjunto de conhecimentos que permita prever o sentido de uma determinada ocorrência de um enunciado. Não há como considerar aspectos exteriores à língua como determinantes do sentido; é o sistema que fornece instruções para que seja construído o sentido dos enunciados nas situações em que ocorrem. O que ele propõe é “uma espécie de estruturalismo do discurso.” (MOURA, 1998, p.174).

Essa postura de Ducrot permite entender a ampliação que ele imprime aos estudos de Saussure. À medida que articula língua e fala, Ducrot assume que a língua contém referência ao que Saussure chamou de fala. No nível da língua, Ducrot toma como objeto de seu estudo a frase que, para ele, traz um conjunto de instruções para a interpretação dos enunciados. No nível da *fala*, Ducrot estuda o enunciado, ou seja, as ocorrências de uma frase nas diversas situações de discurso. Segundo Ducrot (1987, p.63), “uma lingüística da língua é impossível se não for também uma lingüística da fala.”

Talvez a mais importante evidência da filiação da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) à corrente estruturalista está no uso que Ducrot faz do *princípio de relação*. No estruturalismo, o valor do signo lingüístico é estabelecido em oposição a outros signos, isto é, nas relações que um signo estabelece com outros. Para Ducrot, fazer uma pesquisa estrutural em semântica lingüística significa reconhecer uma relação de interdependência entre os fenômenos da linguagem. Nesse sentido, a significação é concebida em termos de *valor*. A significação da frase é constituída pelas relações que mantém com outras frases de uma mesma língua. Sobre esse aspecto, Ducrot declara:

“Ser estruturalista em relação a um domínio qualquer, é definir os objetos desse domínio uns em relação aos outros, ignorando voluntariamente aquilo que, na sua natureza individual se define apenas em relação aos objetos de outro domínio.” (DUCROT, 1987, p.67)

Para a TAL, as palavras ou os segmentos do enunciado não têm sentido completo quando isolados. Somente ao entrarem em relação uns com os outros é que se pode extrair sentido deles. E essa relação é observada no discurso. Como diz o próprio Ducrot, no prefácio do livro **O Intervalo Semântico**, de Carlos Vogt (1977), “a significação do enunciado residiria então menos no que ele diz, do que na orientação que dá à sequência do discurso.” Assim, Ducrot amplia o princípio estruturalista de relação, visto por Saussure no nível do sistema, e o aplica no nível do discurso. O sentido é produzido no discurso. A TAL busca descrever semanticamente a língua a partir da própria língua e não aceita recorrer a um conhecimento extralingüístico para desempenhar sua tarefa.

Diante do exposto, é possível perceber a estreita relação entre a TAL e o estruturalismo lingüístico. Entretanto, para situar melhor a proposta de Ducrot e de seus colaboradores, em relação às bases teóricas que a sustentam, é necessário lembrar alguns pontos que a aproximam da teoria enunciativa de Émile Benveniste.

Ao articular *língua* e *fala*, Ducrot reivindica que a enunciação seja introduzida no interior do enunciado, o que havia ficado de fora no estruturalismo saussuriano. Cada ato de enunciação constitui um acontecimento único, que implica um locutor particular. Ducrot (1984) mostra que é necessário tratar a enunciação como uma categoria da língua, já que é por meio da enunciação que se torna possível explicar um fato presente no enunciado. As marcas deixadas pela enunciação direcionam para o sentido do enunciado. E tais marcas, que Ducrot considera inscritas na língua, descrevem a própria enunciação. Essas considerações deixam claras as filiações das pesquisas de Ducrot à teoria da enunciação, que tem Émile Benveniste como principal representante, já que este foi o primeiro linguista, a partir do quadro saussuriano, a desenvolver um modelo de análise da língua especificamente voltado à enunciação.

O estruturalismo se propôs a investigar as regularidades da língua como sistema de relações internas, do qual se deveriam reter as leis de organização, abstraindo, para tanto, toda referência a elementos externos ao objeto. Não havia espaço, portanto, para aquele que enuncia, que produz o enunciado. A enunciação era vista com certa desconfiança em função do forte componente contextual que era exigido para que seus fenômenos fossem devidamente explicados. O princípio estruturalista da imanência interditava o acesso à enunciação. É claro, portanto, o clima adverso com o qual Benveniste se deparou, ao propor a inclusão da enunciação e, conseqüentemente, da subjetividade no objeto da linguística. Embora tenha se mantido fiel ao pensamento de Saussure, ele ampliou o pensamento estruturalista ao apresentar meios de articular sujeito e estrutura.

Para Benveniste, o homem se apropria da língua num ato individual, se institui como *eu* e assim institui o outro como *tu*. A esse ato de apropriação da língua pelo homem o linguista chamou de enunciação. Segundo ele, a enunciação é “este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” ([1970] /1989, p.82). Sob essa concepção, o sentido do enunciado se encontra na forma como o sujeito se marca naquilo que diz. Pronomes pessoais de 1ª pessoa, tempos verbais, alguns advérbios de tempo e de lugar, por exemplo, constituem o foco de sua investigação.

Segundo Flores e Teixeira (2005, p.63), Ducrot foi diretamente influenciado por Benveniste no que tange à vinculação do estudo da linguagem à enunciação. O próprio Ducrot situa seus estudos no interior de uma *Semântica Pragmática* ou *Pragmática Lingüística*, que visa à investigação da ação do homem via linguagem, isto é, a investigação do que a fala faz ao ser enunciada. Assim, o autor traz a enunciação e a intersubjetividade para dentro de sua teoria, mais precisamente, quando se dedica a explicar a polifonia constitutiva da língua. Dessa forma, o autor se propõe a fornecer mecanismos para descrever ou explicar o sentido dos enunciados. E para ele, isso é impossível sem recorrer à enunciação, um acontecimento único, capaz de fazer referência a si mesmo, ao próprio ato de enunciar.

“A análise empreendida por Ducrot em toda a sua obra, é fundamentalmente estrutural à medida que considera que a língua é passível de uma análise lógica diferente daquela que a reduz a operações de verdade e falsidade. Ao mesmo tempo, procura dentro do quadro conceptual da teoria dos atos de fala o estatuto de ato ilocucional como determinante de relações intersubjetivas de carácter jurídico.” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 62)

Ducrot recorre à Teoria dos Atos da fala para explicar a referência que a enunciação faz de si mesma. Conforme a enunciação é feita, é possível perceber o ato ilocucionário e o ato perlocucionário subjacentes a ela. No enunciado estão presentes marcas que permitem chegar à intenção do locutor. A interpretação dessa intenção e dos prolongamentos jurídicos que se originam dela permite chegar ao sentido do enunciado.

Em seu *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação* (1987), Ducrot se opõe à tese de que na base de cada enunciado subjaz um único sujeito como a origem dos atos ilocucionários produzidos por intermédio do enunciado. Contesta ainda a possibilidade de identificar esse sujeito apenas pelas marcas de primeira pessoa. Para ele, é possível verificar diferentes representações do sujeito da enunciação no sentido do enunciado. O sujeito contemplado por Ducrot não é o sujeito falante, o produtor da fala. É, antes, uma representação do sentido. O autor considera que nas representações que um enunciado faz de sua enunciação está necessariamente a representação de figuras diferentes, de diferentes sujeitos.

Dessa forma, a enunciação pode ser atribuída a um ou mais sujeitos. Entre esses se podem distinguir pelo menos dois tipos de personagens: o locutor e os enunciadores. É ao locutor que remetem as marcas de primeira pessoa. Ele é o responsável pelo enunciado e pelo modo de enunciar. É responsável pelo sentido do enunciado, ao articular seu posicionamento a diferentes vozes de diferentes sujeitos, concebidos como enunciadores. Aos enunciadores cabe a origem dos pontos de vista frente aos quais o locutor vai tomar atitudes.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> As atitudes do locutor frente aos enunciadores serão explicadas na seção destinada à descrição de polifonia. Aqui, busca-se mostrar como Ducrot, além de excluir o sujeito falante da análise lingüística, nega a existência de um sujeito uno.

Considere-se o seguinte enunciado:

(1). *“As pessoas que têm capital disponível não querem investir no mercado financeiro.” (FOLHA de São Paulo, 19/10/ 2008)*

Segundo Ducrot, a enunciação de (1) envolve duas perspectivas diferentes: uma, da qual se afirma que as pessoas que têm capital disponível querem investir no mercado financeiro; e a outra que rejeita essa idéia, isto é, que não aceita que as pessoas que têm crédito disponível queiram investir no mercado financeiro. Para Ducrot, um enunciado como (1) traz na sua significação duas perspectivas opostas, uma que afirma e outra que nega a possibilidade de investimento em ações por pessoas que tenham crédito disponível. A que nega compreende a posição do locutor responsável pela negação. Tem-se na enunciação de (1) um locutor e dois enunciadores. Locutor e enunciadores são sujeitos lingüísticos e não devem ser confundidos com seres do mundo real. Observa-se que uma das preocupações de Ducrot era afastar a figura de sujeito empírico para descrever a língua semanticamente e, desse modo, manter-se fiel à autonomia da língua para a construção do sentido.

É possível observar como se dá a relação entre a teoria benvenistiana e a TAL. Para Benveniste, a enunciação é o colocar a língua em funcionamento através de um ato individual de utilização. Sob essa perspectiva, o sentido dos enunciados é buscado na forma como o sujeito se marca na enunciação. Para Ducrot, o sentido do enunciado consiste numa descrição da enunciação e essa descrição consiste, por sua vez, em fazer aparecer a enunciação como um confronto de vozes de diferentes sujeitos. O sentido do enunciado é obtido considerando sua enunciação a partir da significação da frase

Em **Introdução à lingüística da Enunciação**, Flores e Teixeira resumem da seguinte forma os trabalhos realizados por Ducrot:

“Em linhas gerais, pode-se dizer que a teoria de Ducrot é uma semântica argumentativa voltada para as questões de enunciação, na medida em que considera, na representação do sentido do enunciado, tanto a presença de diferentes vozes (polifonia) quanto a evocação de princípios

argumentativos que dão a direção de como um dado enunciado deve ser interpretado numa situação x.” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p.70)

Na enunciação, locutor e enunciadores marcarão a mobilização de princípios argumentativos, que justificam a argumentação. Os conceitos de polifonia e de princípios argumentativos serão desenvolvidos posteriormente, na seção 2.2, que se dedicará à explanação dessas noções dentro da teoria ducrotiana.

Pelo exposto, compreende-se o sólido aporte teórico que serviu de base para Anscombre e Ducrot na construção da TAL e na proposta de estudar o sentido construído na e pela língua. Tal como Saussure, esses autores circunscrevem o objeto de seus estudos no âmbito da língua sem alusão referencial ao mundo extralingüístico, mas ampliam sua área de pesquisa ao considerar o uso da linguagem. Trazem, desse modo, para dentro de suas investigações, a enunciação como constitutiva do sentido, definido como essencialmente argumentativo. Da lingüística restrita ao sistema, ao aspecto virtual da língua, evolui-se para a Semântica Argumentativa, voltada para a realização da frase, para o sentido dos enunciadores no discurso.

Para se entender como o sentido se dá no nível discursivo, faz-se referência, na próxima seção, a alguns conceitos-chave para inserir a TAL dentro das perspectivas estruturalista e enunciativa: o conceito de *frase* em oposição a *enunciado*, de *significação* em oposição a *sentido*, de *texto* em oposição a *discurso*. Faz-se referência ainda à noção de *valor* sob a ótica da TAL.

### **1.3 Fundamentos da teoria da argumentação na língua**

Após ter situado a Semântica Argumentativa no cenário da teoria enunciativa, busca-se, nesta seção, entender, mais profundamente, conceitos fundamentais para a compreensão da TAL, os quais permanecem presentes em todas as fases da teoria. São conceitos que permitem entender como se dá a articulação entre língua e fala no bojo da teoria: os conceitos de *frase* em oposição a *enunciado*, de

*significação* em oposição a *sentido*, de *texto* em oposição a *discurso*. Parte-se do que Ducrot considerou como *realização lingüística*, já que esse é um fundamento-base na constituição desses conceitos. Faz-se necessário ainda diferenciar os conceitos de *material lingüístico* e de *realização lingüística*, distinção proposta por Ducrot no artigo “*Enunciação*”, publicado em 1984.

O autor observa que, no ato de enunciar algo, o locutor utiliza certo grupo de palavras numa seqüência definida de acordo com as regras da língua. Essa mesma seqüência de palavras pode já ter sido usada por este mesmo locutor ou por outro locutor em outra situação semelhante ou completamente diferente. A cada uso dessa seqüência, o autor chama de *realização lingüística*. E cada grupo ou seqüência, igual em todos os seus usos, o autor conceitua como *material lingüístico*.

Com base nessas observações, Ducrot estabelece a diferença entre *material línguístico*, uma espécie de entidade abstrata que permanece igual em todos os seus usos, e as várias realizações que esse material possibilita. Cada uma delas ocupa, no tempo e no espaço, um lugar determinado e, por isso, é diferente, única em relação a todas as outras.

Essa distinção torna mais claro o que se entende, nesse quadro teórico, por *frase* e por *enunciado*. O autor denomina *frase* o material lingüístico, a entidade abstrata utilizada pelo locutor. A esse domínio das entidades abstratas também pertence o *texto*, que é definido como uma seqüência de frases. O *enunciado*, por sua vez, é definido como *realização lingüística*, entidade concreta. A esse domínio também pertence o *discurso*, definido como uma seqüência de enunciados.

A *realização lingüística*, como mencionado acima, compreende ainda a *enunciação*, acontecimento histórico do *enunciado* ou do *discurso*, o fato de a frase ter sido objeto de um *enunciado* ou de um *discurso*.

Faz-se relevante salientar que, de acordo com Ducrot (1984), a *realização lingüística* se dá em dois níveis: o *nível elementar* (constituído pela frase como entidade abstrata e pelo enunciado como entidade concreta); e o *nível complexo* (constituído

pelo texto como sequência de frases e pelo discurso como seqüências de enunciados interligados).

A frase, em toda a teoria de Ducrot, é vista como uma entidade abstrata, teórica, que permite ao lingüista descrever semanticamente uma língua. A frase é ainda a combinação de um conjunto de palavras segundo as regras de sintaxe de uma língua. Esse conjunto deve ser concebido de forma extradiscursiva, já que se trata de um construto abstrato de função explicativa, criado para dar conta dos pressupostos da teoria. Ducrot considera que a frase é uma construção do lingüista para explicar a infinidade de enunciados, algo que não pode ser observado, pois, segundo o autor, não ouvimos e não vemos frases. Ducrot distingue a noção de frase da noção de enunciado da seguinte maneira:

“O que eu chamo de “frase” é o objeto teórico, entendendo por isso, que ele não pertence, para o lingüista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção da ciência particular que é a gramática. O que o lingüista pode tomar como observável é o enunciado, considerado como a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase.” (DUCROT, 1987,p.164)

O enunciado é definido como a ocorrência de uma frase, o que é produzido pelo locutor em dada situação. É um acontecimento particular da frase. Uma das múltiplas realizações da frase. O enunciado é observável, pois quando ouvimos ou lemos, o fazemos via enunciados. Como visto, Ducrot opõe os conceitos de *frase* e de *enunciado*, situando o último no nível concreto e o primeiro no nível abstrato da realização lingüística.

Não se pode deixar de ver, nessa oposição proposta por Ducrot, uma espécie de diálogo com Chomsky. Inegavelmente, a noção de frase como objeto teórico permite uma aproximação entre a *langue* (de Saussure) e a *competência* (de Chomsky). A diferença é que Ducrot não se contenta em descrever a estrutura das frases (o que estaria no nível da *competência*). Ele objetiva articular *langue* e *parole*, para explicar a estrutura e o funcionamento dos enunciados concretos (objetivo que se insere no nível do *desempenho*). Seguindo a perspectiva enunciativa de Benveniste (1989),



Ducrot busca apreender a fala no interior da língua e a enunciação no interior do próprio enunciado.

Para melhor esclarecimento da distinção entre *frase* e *enunciado*, suponha-se que a mesma pessoa diga em momentos distintos “*A prudência recomenda gastar pouco.*” Há, nesse caso, dois enunciados diferentes de uma mesma frase, ou seja, duas ocorrências concretas e distintas de uma mesma estrutura linguística abstrata.

O lingüista também utiliza, para distinguir *texto* e *discurso*, a oposição entre o domínio abstrato e o concreto. Para ele, o discurso é constituído pelo encadeamento de enunciados sucessivos, ligados uns aos outros por conectores. Esse encadeamento se forma, pois, por meio de relações semânticas. O discurso, para o autor, resulta da produção por parte do locutor de seqüências de enunciados interligados. Por isso o discurso pertence ao âmbito de entidades concretas.

Na constituição dos discursos, os enunciados não podem ser concebidos como acontecimentos independentes; uns servem de apoio aos outros. O discurso é, pois, um conjunto de enunciados concretos, uma unidade semântica, formada por enunciados que se relacionam de forma argumentativa, posicionando-se como argumentos e conclusões. Essa é a grande estrutura que confere sentido ao enunciado. O discurso é ainda definido por Ducrot (1984, p. 369) como a concretização de um texto, que é uma entidade abstrata.

Além de pertencer ao âmbito das entidades abstratas, o texto é definido por Ducrot (1984, p.373) como uma seqüência de frases interligadas, que se concretizam no discurso. Tal como a frase, o texto é uma entidade teórica, construída pelo lingüista para explicar o discurso. O discurso é a realização do texto, que resulta de uma seqüência de frases, entidades também abstratas, como foi dito anteriormente.

Diante do exposto, pode-se concluir que a frase é a unidade mínima que compõe um texto. Ambos são abstratos e não observáveis. Já o enunciado é a unidade mínima que constitui os discursos. Esses são, pois, observáveis e perceptíveis através do sentido. No entanto, para que haja um texto não basta apenas a

existência de frases, é necessário que a realização dessas frases dê lugar a um discurso. A esse respeito, o autor é enfático:

“Mas se para chamar “**texto**” a uma sequência de frases pomos como uma única condição que pelo menos algumas de suas realizações dêem lugar a um **discurso**, quer dizer, uma sequência de enunciados apoiando-se uns nos outros, qualquer sequência de frases corresponde à definição.” (DUCROT, 1984, p.373, grifos do autor)

Para fundamentar essa primeira oposição, Ducrot estabelece uma distinção entre *significação* e *sentido*, conceitos relacionados, respectivamente, às noções de frase e de enunciado. Por questões metodológicas, Ducrot também diferencia essas noções:

“Por definição, chamarei de *significação* o valor semântico da frase e de *sentido* o valor semântico do enunciado (quer dizer da realização da frase). A frase tem, pois, uma *significação* e o enunciado, um *sentido*. Esta é uma decisão arbitrária, terminológica e não pretende corresponder a todos os usos que se faz geralmente das palavras *sentido* e *significação*.” (DUCROT, 1988, p. 57)<sup>8</sup>

A *significação*, conforme postula Ducrot, é vista como o valor semântico da entidade abstrata; é reservada à frase. O *sentido* é reservado à entidade concreta. É o valor semântico do enunciado e expressa mais do que a frase realiza. Não se trata, porém, de uma diferença apenas quantitativa. A diferença entre o valor semântico da entidade abstrata e o valor semântico da entidade concreta é observada, principalmente, em termos de qualidade.

Ao realizar, na forma afirmativa, um enunciado como *As bolsas fecharam em alta, mas o clima no mercado financeiro continua tenso*, o locutor apresenta *As bolsas fecharam em alta*, o que poderia levar o interlocutor a concluir *r*, ou seja, o clima no mercado financeiro havia melhorado. No entanto, ao apresentar *mas o mercado financeiro continua tenso*, o locutor inverte a direção argumentativa, levando o interlocutor a concluir não *r*, *mas o mercado continua tenso*. Para esse enunciado, pode-se imaginar uma infinidade de conclusões, por exemplo: *mas os investidores*

---

<sup>8</sup> Trata-se de uma tradução nossa. O texto original foi escrito em espanhol e encontra no capítulo terceiro, na Primeira Conferência de Cali, 1998, no trecho em que Ducrot se propõe a dar noções preliminares sobre Semântica.

*continuam arredios, mas a crise financeira ainda é preocupante, mas os analistas econômicos recomendam cautela,* e assim por diante. Compreender uma frase desse tipo, corresponde a saber que não seria possível enunciá-la sem escolher uma conclusão, respondendo às condições acima definidas. Mas quando o enunciado se torna discurso, algo diferente ocorre. No discurso, não basta saber que o enunciado tem uma *r*, é preciso introduzir uma *r* determinada. Isso significa que a *r* do discurso não pode ser uma *r* qualquer. Mesmo que haja um mal-entendido entre locutor e destinatário, cada um pensa numa *r* específica.

Por meio desse exemplo, é possível notar uma diferença essencial entre o valor semântico de uma entidade abstrata e o valor semântico de uma entidade concreta. O primeiro exige que se procure uma conclusão de acordo com as instruções contidas na frase. O segundo é determinado pelo discurso.

Por ser reservado às entidades concretas, o *sentido* se estende, pois, ao discurso, à medida que este é entendido como uma rede de relações de sentido, um todo em que as partes (os enunciados) são interdependentemente organizadas de forma a compor uma unidade.

Vale acrescentar que a significação da frase permite compreender o sentido do enunciado, todavia não é parte dele. Isso quer dizer, conforme Ducrot (1988, p.53) que a significação da frase consiste num conjunto de diretivas que permitem ao interlocutor interpretar os enunciados. Elas indicam ao intérprete do enunciado que ele deve atribuir ao locutor uma estratégia argumentativa determinada e assim perceber a orientação argumentativa que veicula a intenção do locutor ao construir seus enunciados. Isso ratifica a perspectiva de sentido proposta por Ducrot como sendo, ao mesmo tempo, estruturalista (prevista no sistema) e enunciativa (efetivada na realização da frase).

Na verdade, o conceito que dá suporte a todas as oposições antes referidas e ajuda a circunscrever a proposta deste trabalho é o conceito de *valor argumentativo*. Ao abordar esse conceito, Ducrot (1988) revela não comungar com o que ele chama de concepção tradicional do sentido, que postula haver na linguagem um aspecto objetivo. O autor também revela discordância de que os aspectos subjetivo e

intersubjetivo possam ser analisados separadamente. Ducrot (1988, p.50) não crê “que a linguagem cotidiana possua uma parte objetiva” nem tampouco que “os enunciados dêem acesso direto à realidade.”

Para este semanticista, a maneira como a linguagem descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de um debate entre os indivíduos, debate este carregado de subjetividade e de intersubjetividade. Esses dois aspectos se unem no que o autor chama de *valor argumentativo*. Faz-se importante partir de um exemplo para se chegar às conclusões de Ducrot.

(2) *Ao ser questionado sobre a possibilidade de “por um freio” na economia, com base nas previsões de analistas econômicos, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse:*

*“Esse pessoal ou é deprimido ou é pessimista.” (FOLHA DE S. PAULO, 19/10/ 2008)*

É possível observar, nesse enunciado, um aspecto objetivo, isto é, uma descrição de analistas econômicos. Entretanto, essa descrição possui estreita relação com uma perceptível desaprovação subjetiva da fala dos analistas. Essa desaprovação permite pedir ao interlocutor que se posicione, nesse momento, de maneira contrária ao que dizem os analistas econômicos. A descrição se faz através da expressão de uma atitude e através de um chamado que o locutor faz ao interlocutor. Enfim, o autor defende que a própria descrição pode ser usada com função argumentativa, ou melhor, o autor não separa descrição e argumentação. Mesmo em enunciados que poderiam ser chamados de descritivos, observa-se que tal descrição encaminha para determinadas conclusões. Dessa forma, Ducrot rechaça a separação entre o aspecto objetivo (tradicionalmente chamado de denotativo) e os aspectos subjetivos (conotativos)

Ducrot (1988, p.51) se propõe a unificar os aspectos subjetivo e intersubjetivo e reduzi-los ao que ele considera *valor argumentativo* dos enunciados. O valor argumentativo de uma palavra é a orientação que essa palavra dá ao discurso. É o conjunto de encadeamentos possíveis e não possíveis que essa palavra impõe à continuação do discurso. Dito de outra forma, o valor argumentativo de uma palavra é o papel que ela desempenha no discurso.

Dessa forma, é o valor argumentativo que dá conta dos principais efeitos subjetivos e intersubjetivos de um enunciado. Ducrot (1988, p.51) considera “o valor argumentativo como o nível fundamental da descrição semântica.”

#### **1.4 Argumentação lingüística x argumentação retórica**

Nesta seção, faz-se um breve percurso por alguns estudos da argumentação com os quais a semântica argumentativa mantém um certo afastamento. Apresenta-se, de forma sucinta, como a Retórica, a Nova Retórica e a teoria da argumentação de Toulmin parecem conceber a argumentação e em que aspectos essas concepções estão fora da perspectiva de Oswald Ducrot e de seus colaboradores. Embora se tenha total reconhecimento do importante papel dessas pesquisas e de seus autores para os estudos da linguagem, o recorte que se faz neste trabalho prioriza a análise do papel que a língua desempenha na argumentação, já que, como Ducrot, buscase aqui analisar a argumentação como constitutiva da linguagem. Segue-se, pois, um pequeno esboço da visão de argumentação defendida pela Retórica e pela Nova Retórica e por Toulmin, apresentando os pontos divergentes entre essas teorias e a Semântica Argumentativa.

Desde a Grécia Antiga, ressalta-se a importância da argumentação para os estudos da linguagem. “Os primeiros estudos sobre argumentação constam nos tratados escritos na época em que a Grécia destacava-se pelo culto à palavra nos discursos realizados pelos oradores” (FREITAS, 2007, p.71). Desde então, muitas são as teorias cujo objeto de estudo é a argumentação. Por esse motivo, talvez, seja difícil conceituar argumento e argumentação, pois cada abordagem concebe esses termos sob perspectivas diferentes. Essa observação leva à constatação de que a argumentação se constitui num amplo e complexo campo do conhecimento e que, para entendê-la, com maior profundidade, é necessário estudar as diversas teorias que se dedicaram a esse estudo. Por não ser esse o objetivo deste trabalho, optou-se por descrever, de forma resumida, como a argumentação era vista na Retórica e na Nova Retórica e no modelo de Toulmin. Faz-se relevante salientar que o termo resumir foi usado, levando em consideração a falta de espaço para se aprofundar no

assunto e, sobretudo, o objetivo do trabalho. Ratifica-se o reconhecimento de mestres como Platão e Aristóteles, e de filósofos, como Chaim Perelman, Lucie Olbrests-Tyteca, e Stephen Toulmin, para os estudos da argumentação e conseqüentemente para os estudos da linguagem.

A maioria das teorias acerca do fenômeno da argumentação retoma uma antiga tradição clássica: a Retórica, que se consolidou, no contexto da Grécia Antiga, como uma prática de uso efetivo de eloqüência; a arte da oratória e da persuasão.

É, em meio a um contexto de conflitos, que se tem o início da Retórica, pois, nessa época, os cidadãos gregos, espoliados pelos tiranos, tinham a necessidade de reclamar por seus bens e direitos. Não havendo a figura do advogado, era preciso fornecer à população um meio de defender sua causa. Assim, Córax, discípulo do filósofo Empédocles, e seu discípulo Tísias, publicaram então uma “arte oratória”, que consistia numa espécie de tratado, reunindo preceitos práticos, com exemplos para o uso das pessoas que recorressem à justiça. É de Corax a primeira definição de retórica: ela é a “criadora de persuasão”. Desse modo, percebe-se que a origem da retórica não é literária, mas judiciária. (REBOUL, 2004)

A partir daí, se desenvolve o interesse pela persuasão, pelas técnicas de argumentação e de contra-argumentação e, mais que isso, pela astúcia do encantamento pela palavra, qualidade que passa a ser exigida de quem aproveita da fragilidade do povo, que, por sua vez, tinha a necessidade de defender seus interesses. Esse foi o terreno propício para o surgimento dos sofistas<sup>9</sup>, filósofos gregos que ensinavam a sabedoria e a habilidade do pensamento.

Uma grande contribuição dos sofistas para a retórica foi a prática sistemática do contra-discurso, a *erística*, que posteriormente dará origem à dialética. Para os sofistas, sobre cada proposição, podem-se formular discursos possíveis e contrapostos, ou seja, ocorre o confronto entre duas opiniões opostas por meio do

---

<sup>9</sup> Segundo Dayoub (2004), os sofistas exerciam a retórica como profissão remunerada; empenhavam-se em exercitar o discurso retórico e tinham por objetivo impressionar o público, exibindo sua habilidade em fortalecer os que eram fracos na arte de se comunicar. Eles foram os primeiros retóricos e os primeiros professores da disciplina.

diálogo que se dá entre os interlocutores. Estes estarão, a todo momento, se refutando, assim, todo argumento pode ser rebatido; todo discurso remete a um contra-discurso produzido por um ponto de vista diferente e que projeta uma outra realidade discursiva.

Da mesma forma, deu-se origem ao paralogismo, uma nova forma de argumentação que evidencia a autonomia da língua em relação à realidade. É o caso em que, de duas premissas verdadeiras, pode-se tirar uma conclusão absurda. Para Reboul (2004):

O mundo sofista é um mundo sem verdade, um mundo sem realidade objetiva capaz de criar o consenso de todos os espíritos, para dizerem que dois e dois são quatro e que Tóquio existe... Privado de uma realidade objetiva, o *logos*, o discurso humano fica sem referente e não tem outro critério senão o sucesso: sua aptidão para convencer pela aparência de lógica e pelo encanto do estilo. (p.9)

Para os sofistas, o discurso não pode mais pretender ser verdadeiro, nem mesmo verossímil, sua finalidade é ser eficaz, próprio para convencer e deixar o interlocutor sem réplica. Seu objetivo não é encontrar o verdadeiro, mas dominar através da palavra.

Desse modo, instrumentalizando a linguagem para os fins de persuasão, os sofistas souberam acentuar habilmente a potencialidade do discurso, a dimensão polissêmica das palavras e o poder da linguagem a serviço da política e dos interesses de quem lhes pagava.

Paralelamente ao desenvolvimento desse tipo de retórica, destaca-se a figura de Platão, que se opôs à sofística, pois a considerava não positiva e sujeita a todo o tipo de manipulação. Para ele, tudo isso não passava de uma prática de falseamento da realidade, manipulação e comércio do discurso. Com isso, Platão propõe a filosofia como discurso positivo de apreensão do real, sendo o *logos* definido como discurso apodíctico no qual o conceito de verdade torna-se central.

Aristóteles, mesmo não contradizendo o fundamental da crítica de Platão sobre o caráter não apodíctico e não positivo da retórica, desenvolverá um grande trabalho

de codificação desta. Nessa codificação, deixa claro que a função da retórica não é persuadir; sua função real é a de discernir os meios de persuasão pertinentes a cada caso, ou seja, de planejar a argumentação para obter a adesão dos espíritos, pois “é pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que nos parece ser verdade”. (REBOUL, 2004).

Desse modo, a retórica perde a sua definição sofística de arte da eloquência e do “falar bem”, para se tornar um conjunto de técnicas racionais, visando a persuadir um auditório. É assim que Aristóteles cria toda uma técnica retórica e divide as etapas da produção de um discurso persuasivo em cinco partes, a saber: *inventio* (invenção), *dispositio* (disposição), *elocutio* (elocução), *actio* (ação), *memoria* (memória). Ele considerava que essas etapas reunidas e bem desenvolvidas seriam suficientes para a construção de um discurso bem composto e de boa qualidade.

Aristóteles afirma a existência do potencial de persuasão em todo e qualquer discurso, independente do gênero, definindo e ampliando, assim, o conceito de retórica. De acordo com Dayoub (2004):

Aristóteles, na Retórica, já considerava que um discurso se destina sempre a um público. Por isso, conduziu seus estudos retóricos para a análise da estrutura desse discurso argumentado, a partir do “lugar” das crenças e dos valores aceitos, num evidente contato entre sujeitos, o que marca o caráter de diálogo da linguagem. (p.14)

O estudo da Retórica, visto dessa forma, correspondia ao estudo do discurso e das técnicas utilizadas no e pelo discurso a serviço de um orador na manipulação, persuasão ou convencimento de um auditório. Nesse período, concebeu-se a argumentação como uma estratégia discursiva que partia da defesa de uma tese plausível, defensável, que estivesse em conformidade com as crenças do auditório. Surge, nessa época, a noção de *topos*: um conceito definido por Aristóteles, e retomado por Ducrot, que consiste em uma idéia consensualmente admitida por todos, idéia que constituía uma interpretação do mundo e que permitia servir à defesa de uma tese. Segundo Dayoub:

Os “lugares” (*topoi*) são vistos por Aristóteles como princípios argumentativos, pressupostos ou fundamentos que constituem uma



interpretação do mundo e têm força persuasiva. Por terem aceitação, os lugares são vistos como argumento de autoridade, o que autoriza o orador a deles retirar uma opinião em favor da tese que defende. ( 2004, p.13 – grifo da autora)

A Retórica, vista como arte, reserva um importante papel ao orador, atribuindo a ele a responsabilidade pelas escolhas discursivas capazes de persuadir o auditório, utilizando para tal a razão ou a emoção. Essa ênfase no papel do orador, pode ter reservado à língua um papel secundário. É o que aponta Freitas:

*“A Retórica como arte de persuadir é centrada no sujeito, no orador e na sua relação com o interlocutor, na produção de e na recepção do discurso. São as habilidades do orador em selecionar os meios para persuadir o seu interlocutor que estão em jogo; a língua é um mero instrumento.”*  
(FREITAS, 2007, p.80)

Essas observações apontam para o fato de que a língua, na Retórica Clássica, possa ter ocupado um papel coadjuvante no processo de argumentar. Já que nessa corrente teórica, a língua é referida apenas em termos de correção lingüística ou como um meio que possibilita ao orador um discurso belo e claro o bastante para garantir a adesão do auditório. Dessa forma, a argumentação se caracteriza fundamentalmente por dirigir-se a um auditório, possuir premissas verossímeis e expressar-se em língua natural. O fato de a argumentação caracterizar-se por expressar-se em língua natural torna-a, segundo Freitas (2007, p. 83), passível de ambigüidade e do uso de palavras e expressões polissêmicas que conferem à linguagem um caráter por vezes impreciso e suscetível de muitos sentidos.

Será mostrado ao longo do trabalho que Ducrot manifesta-se contra essa concepção de argumentação. Para ele, há expressões na língua que autorizam determinadas conclusões e não outras.

A Teoria de Argumentação na Língua, de Ducrot, posiciona-se totalmente contra essa idéia de argumentação, pois, para ele, a língua natural também tem a propriedade de ser precisa, uma vez que não se pode encadear qualquer enunciado-conclusão a qualquer enunciado-argumento e vice-versa. (FREITAS, 2007,p.83)

Sob a perspectiva retórica, a argumentação também se caracteriza por prosseguir conforme a orientação do orador e apresentar conclusões contestáveis. Tais conclusões resultam de um argumento que traz em si a exposição de um fato considerado como falso ou verdadeiro. A argumentação parte do fato de a tese possuir verdade provável e, por isso, possível de ser defendida pela maioria das pessoas.

A proposta da Teoria de Argumentação na Língua, de Anscombe e Ducrot, manifesta-se contrária a essa idéia de argumentação. Para esses autores, o que autoriza determinadas conclusões não são as verdades expressas pelas premissas. Para eles, é a língua que oferece ao locutor as possibilidades de se construir a argumentação. O léxico oferece ao locutor possibilidades de criar nas frases instruções que indicam a intenção do locutor e a direção argumentativa desejada. Há expressões na língua que apontam com precisão a direção argumentativa do discurso.

Além de se opor aos princípios da Retórica Clássica, Ducrot se opõe também aos princípios da Nova Retórica de Perelman e Tyteca ([1992]/1996), formulada com o propósito de recuperar a dignidade dos estudos da Retórica. Esses autores são expoentes da reação contra o enfraquecimento da antiga retórica a partir do momento em que esta se reduz ao estudo das formas de ornamentar a linguagem. Perelman e Tyteca ajudaram a romper a tradição cartesiano-positivista de rejeição à prática retórica. É o que afirmam os próprios autores:

A publicação de um tratado consagrado à argumentação e a sua ligação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constitui uma ruptura com uma concepção de razão e do raciocínio, oriunda de Descartes, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (PERELMAN e TYTECA, 1996,p.1)

A Nova Retórica propõe um novo conceito de racionalidade, que se assenta no raciocínio prático e privilegia a diversidade de princípios e a liberdade humana. O discurso argumentativo não é visto como um lugar de idéias ancoradas no raciocínio, mas permeadas pelo plausível, pelo verossímil e pelo provável. A

argumentação perpassa pela interação entre a razão e os valores, rejeitando verdades absolutas e valores imutáveis, enfim qualquer forma de autoritarismo.

A argumentação, na Nova Retórica, é vista como um fenômeno de linguagem relacionado à participação social e política, em razão do interesse público e que tem como objetivo intensificar a adesão dos espíritos às teses apresentadas. Nessa concepção, a noção de auditório é subdividida. Para esses autores, há um auditório particular e um auditório universal. O orador prevê esses dois tipos diferenciados de auditório ao construir seu discurso. A distinção entre os tipos de auditório permite a distinção entre *persuadir* e *convencer*. O discurso persuasivo se dirige a um auditório particular, ao passo que o discurso convincente se dirige a um auditório universal. Quanto maior a heterogeneidade do auditório, maior será a necessidade do orador de lançar mão de recursos para convencê-lo.

Na busca pela adesão dos espíritos, o orador parte de uma espécie de acordo com o auditório. Para Perelmam e Tyteca (1996, p.71), “o acordo é o ponto de partida da argumentação. A argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes.” A noção de acordo torna-se necessária, principalmente, nos casos em que são insuficientes os meios de prova e quando o objeto do debate não é a verdade de uma proposição, mas o valor de uma decisão, de uma opção ou de uma ação, consideradas como justas, eqüitativas, razoáveis, honrosas. A verdade ou falsidade de uma proposição é apenas um dos motivos de aceitação ou rejeição entre tantos outros; uma tese pode ser admitida (ou afastada) porque é (ou não) oportuna, socialmente útil, justa ou equilibrada. A argumentação centra-se na idéia de adesão e não de verdade, já que o verdadeiro corresponde aos enunciados aceitos pelo auditório. A verdade não corresponde, portanto, à adequação do enunciado ao real, mas ao consenso social.

Perelmam e Tyteca recuperam o *topos* de Aristóteles e o desenvolvem como um princípio que une o orador a um auditório universal, construído pela tradição e pelo consenso do que é justo. Segundo esses autores:

O objetivo de toda argumentação é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de

adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que manifestará no momento oportuno. (PERELMAN e TYTECA, p.50)

Para provocar ou aumentar essa adesão é preciso partir do que é presumivelmente admitido pelos ouvintes/ leitores. Nessa perspectiva, a relação entre orador e auditório é fundamental. O conhecimento do auditório é condição prévia para qualquer argumentação que se quer eficaz. O importante, na argumentação não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige. Dessa forma, o interlocutor passa a ter papel fundamental na argumentação.

Embora enfatizem a relação entre o orador e seu auditório, esses autores parecem não se afastar da Retórica Clássica em relação ao papel da língua na argumentação. Os autores priorizam os recursos discursivos necessários para obter a aceitação do auditório. Na própria introdução da obra, afirmam: “Nosso tratado só versará sobre recursos discursivos para se obter a adesão dos espíritos: apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada [...]” (PERELMAN e TYTECA, 1996, p.8). Nessa perspectiva, que se pode chamar de técnica, a língua parece ser vista como uma ferramenta que, se bem utilizada, poderá garantir ao orador uma comunicação eficaz com seu auditório.

Ducrot e Ascombre trazem para os estudos da argumentação a hipótese de que a língua é fundamentalmente argumentativa e por isso apresenta marcas que orientam o interlocutor na direção argumentativa proposta pelo locutor de um enunciado. Para esses autores, mais que a técnica de utilização da linguagem para persuadir, interessa a própria língua. É na língua e pela língua que se dá a argumentação. A argumentação não está relacionada à verdade dos fatos nem às opiniões. Ela está na língua. O ato de argumentar encontra-se presente na maioria dos enunciados, integrando a sua estrutura lingüística.

## 1.5 O modelo de Toulmin

Assim como Perelman, Toulmin ([1958]/2006) também trouxe importantes contribuições para os estudos da argumentação. Estudando o funcionamento do argumento com o objetivo de compreender como a validade ou a não validade está ligada à sua disposição ou arranjo e que relação essa ligação tem com a lógica tradicional, Toulmin procurou saber quais os traços que a disposição dos argumentos deverá apresentar para que eles sejam transparentes do ponto de vista lógico.

O autor é contrário ao conceito de argumentação moral, já que, para ele, a argumentação é um fenômeno que pode ser explicado psicologicamente. Ele realiza, então, estudos sobre inferências, tomando-as como afirmações gerais que servem de razão ou justificativa para as conclusões. Para esse filósofo, uma das formas de nosso comportamento é o raciocinar, isto é, é dar razões a favor do que fazemos, pensamos ou dizemos. Para isso, foge da lógica aristotélica que, para ele, se reduziria aos efeitos do silogismo e propõe uma nova concepção de lógica, baseada na prática, no processo natural de discussão da verdade. Uma lógica que toma como modelo a jurisprudência e traça um paralelo entre lógica e jurisprudência. Segundo o autor:

“Se tivermos de expor nossos argumentos com completa imparcialidade lógica e compreender adequadamente a natureza do “processo lógico”, teremos, com certeza, de empregar um padrão de argumentos tão sofisticado, no mínimo, quanto é necessário em Direito..” ( TOULMIN, [1958]/2006, p.139)

Munido da filosofia de que é preciso analisar a linguagem em uso, isto é, as práticas argumentativas concretas, Toulmin se propõe a realizar uma análise pragmática centrada sobre dois componentes fundamentais: um componente performativo (força) que marca a posição do locutor no enunciado, como por uma promessa, e um componente criterial, dependente do contexto, que, no enunciado, remete globalmente aos procedimentos de justificação e aos tipos de argumentação capazes de sustentar a afirmação de possibilidade ou de certeza e, indiretamente, às leis que funcionam como permissão para inferir no processo argumentativo. (ESPÍNDOLA, 1998, p.29)

Essas leis servem de garantia da passagem de A a C; é um tipo de *topos*, visto como lei de passagem no ato argumentativo. Em Toulmin, o *topos* é um elemento variável em função do tipo de argumento e do contexto considerado, podendo ser do tipo causal, analógico, ou uma generalização. Segundo Freitas:

“A teoria da argumentação de Toulmin se desenvolve assim como uma descrição dos tipos de provas servindo ao discurso argumentativo. Trata-se, para Toulmin, de estudar as técnicas utilizadas por um locutor para justificar seu raciocínio, e nesse ponto, sua abordagem é bastante descritiva.” (2007, p.96)

O modelo de argumentação de Toulmin é, em primeiro lugar, justificativo. Trata-se de uma forma de caracterizar a técnica pela qual um locutor fornece uma justificativa para uma asserção, que é colocada em dúvida pelo interlocutor. O esquema proposto por ele passa por algumas fases de inserções até chegar à frase completa. Segundo Plantin (2008), o discurso seguinte é, para Toulmin, um discurso argumentativo completo:

*“Harry nasceu nas bermudas. Ora(2), as pessoas que nasceram nas bermudas são geralmente cidadãos britânicos, em virtude de (3) leis e decretos sobre a nacionalidade britânica; logo (4), provavelmente, (5) Harry é um cidadão britânico, a menos que (6) seus pais sejam estrangeiros ou que tenha mudado de nacionalidade.” (PLANTIN, 2008, p.26)*

Dessa forma, o modelo define o discurso argumentativo, como uma célula composta de seis elementos (PLANTIN, op. cit):

- A) uma conclusão (5) é afirmada com base em um dado (1).
- B) esse passo argumentativo é autorizado por uma lei de passagem (2) apoiada em um suporte (3).
- C) O suporte é matizado pela introdução do modalizador (4), que pode ser desenvolvido em restrição (6).

O dado “*Harry nasceu nas Bermudas*” permite concluir que “*ele é cidadão britânico*”. A garantia — “*as pessoas nascidas nas Bermudas geralmente são cidadãos*”

*britânicas*” – é uma validação e uma justificação, ou seja, uma boa razão para crer. O suporte endossa a garantia. O modalizador (provavelmente) remete à restrição, tornando-a menos categórica. Esta, por sua vez, é a oposição ao dado, pois poderia refutá-lo se Harry fosse naturalizado.

Observa-se, nesse exemplo, o conceito de “*garantia*”. A passagem do dado à conclusão é garantida por um fato do mundo. O fato determina essa passagem. Para Toulmin, a argumentação diz respeito a essa passagem, efetivada por influência de um fato do mundo.

A noção de lei de passagem se confunde com a noção *topos* da Retórica Clássica. Em Toulmin, porém, a lei de passagem não oferece essa garantia segura entre o argumento e a conclusão, já que ela pode ser contestada. Na teoria da argumentação de Toulmin, a argumentação se refere às relações lógicas implicadas na justificação do argumento para uma conclusão, por meio de uma inferência.

Inicialmente, Ducrot entende o *topos* como um lugar argumentativo (depois, como princípio argumentativo), que permite a passagem de A a C. Note-se, entretanto, que a perspectiva de argumentação, em Ducrot, difere da perspectiva de Toulmin, no sentido de que Ducrot busca a argumentação na linguagem, como traço constitutivo da linguagem.

Referindo-se à concepção clássica de argumentação, da qual o modelo de Toulmin fornece uma excelente representação, Ducrot esclarece:

Segundo esta concepção, a língua considerada como um conjunto de frases semanticamente descritas, não desempenha, na argumentação, um papel essencial. Por que de um lado ela fornece os conectivos (logo, já que...etc) que assinalam a existência de uma relação argumentativa entre A e C. Por outro lado ela intervém na passagem de F para C: se A designa o fato F, isto se deve particularmente à frase realizada por A – e também, seguramente, a situação de discurso na qual A é produzido. Mas o movimento argumentativo, ele mesmo, conduzindo a C – ou seja, o movimento argumentativo no sentido próprio - é - na concepção tradicional – absolutamente independente da língua. Ele é explicado pela situação de discurso e pelos princípios lógicos, psicológicos, retóricos ...etc. (1989, p. 17)

Como estruturalista, Ducrot se contrapõe à recorrência a recursos extralingüísticos para descrever a argumentação. É o que se expõe no capítulo seguinte, onde se descrevem os postulados defendidos por Anscombe e Ducrot na fase *Standard* da TAL.



## 2. A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (TAL)

### 2.1 A forma *Standard* (primeira forma)

A Primeira Forma da TAL, também denominada pelo próprio Ducrot como Forma *Standard* ou a primeira versão da teoria, é elaborada juntamente com Jean-Claude Anscombre e sistematizada na obra **L'argumentation dans la langue**, de 1983. Nessa, como nas demais versões, a argumentação é vista como inscrita na língua. Isso quer dizer que as frases da língua são essencialmente argumentativas.

Ducrot define a língua como um conjunto de frases e se propõe a descrevê-la de forma sistemática, forma que consiste em calcular o valor semântico das frases complexas a partir do valor semântico das frases simples. Para se entender como a argumentação está marcada na língua, são essenciais, pois, as noções de *frase*, de *enunciado* e de *enunciação*, paralelamente às noções de *significação* e de *sentido*. A *frase*, vista como uma entidade abstrata e não como um amontoado de palavras, é uma entidade teórica que serve para explicar uma infinidade de enunciados possíveis. Ela apresenta instruções que possibilitam a construção do sentido dos enunciados. O *enunciado*, como mencionado anteriormente, é a realização da frase, um fenômeno observável que jamais se repete, pois é um evento que tem um lugar e uma data, um produtor e um ou mais ouvintes. A *enunciação*, por sua vez, é constituída pelo aparecimento do enunciado. É a realização de um enunciado, o momento em que o enunciado se realiza.

Para Ducrot (1988, p.53)<sup>10</sup>, cada um dos enunciados constituintes do discurso é a realização de uma frase. Essas realizações constituem o discurso. Todavia, o autor diz ser um problema, para a teoria, a segmentação do discurso em enunciados. Diz ainda não poder tratar tal problema de maneira exaustiva, nessa fase de seus estudos. Assim, se limita a apresentar a seguinte regra para a segmentação do discurso: se um discurso apresenta dois segmentos sucessivos *S1* e *S2* e o

---

<sup>10</sup> Trata-se do texto "**Polifonia y Argumentación**" que reúne conferências proferidas por Ducrot, em Cali, na Colômbia. Nessas conferências, o autor apresenta uma descrição da *Forma Standard* e da *Forma Recente* da teoria.

segmento *S1* só faz sentido a partir do *S2*, então *S1 + S2* constituem um único enunciado. O enunciado é assim composto de dois segmentos, sendo o primeiro segmento um argumento para o segundo. Para entender melhor a dependência de sentido entre os dois segmentos de um enunciado, tomam-se como base estes exemplos clássicos de Ducrot:

(1). *Faz calor, vamos passear.*

(2). *Faz calor, não vamos passear.*

Observa-se que os discursos 1 e 2 apresentam uma situação possível: o calor pode servir de argumento a favor ou contra um passeio. Isso se dá pelo fato do *S1* não possuir o mesmo sentido em 1 e 2. O calor, no primeiro enunciado, é visto como algo que torna um passeio agradável. Já no segundo, ocorre o contrário: o calor é visto como algo que torna um passeio desconfortável, difícil e desaconselhável. Nesses discursos, como se observa, o sentido de calor não é o mesmo. Tem-se, então, em cada um desses discursos, uma única frase e um único enunciado. Para opor-se à visão de que a função primeira da língua é a informativa, recorre-se a mais um exemplo.

(3). *“O pacote é ousado, mas é insuficiente.” (FOLHA DE S. PAULO, 03/10/2008)*

Nesse discurso também aparecem dois segmentos, *S1* e *S2*, ligados pelo articulador *mas*. Esses dois segmentos também constituem um mesmo enunciado pelo fato de que a ousadia que se atribui ao pacote está determinada pela sequência “*é insuficiente*”. Trata-se de um tipo de ousadia que evoca a noção de insuficiência. Se fosse dito “*O pacote é ousado, é suficiente para aquecer a economia*”, a *ousadia*, nesse novo enunciado, seria diferente da vista no discurso (3). Dessa forma, um discurso como o (3) possui dois segmentos ligados pela palavra *mas*. Esses segmentos constituem, portanto, um só enunciado, que é a realização de uma só frase. Segundo Ducrot (1988, p. 55), “palavras como *mas* e *logo* não relacionam enunciados. Elas são usadas para formar frases complexas a partir de frases simples.”

No caso do discurso (3), tem-se uma frase P1, que corresponde a “O pacote é ousado”; e a frase P2, que corresponde a “é insuficiente”. Pode-se produzir enunciados a partir dessas frases. Entretanto, o discurso (3) consiste num só enunciado formado a partir de P1 e P2. O enunciado seria então uma frase P3 constituída de P1 e P2, unidas pelo articulador *mas*. Dessa forma, Ducrot ratifica seu pensamento de que o sentido do argumento só pode ser observado na relação com a conclusão.

A relação semântica observada entre o argumento e a conclusão leva o autor a se opor ao que ele chama de concepção tradicional de argumentação. Nessa concepção, um discurso contém argumentação se forem satisfeitas três exigências. Em primeiro lugar, o discurso deve conter dois segmentos: A e C. A é o argumento e C a conclusão. A segunda condição consiste em que A indique um fato F, suscetível de ser falso ou verdadeiro. Em outras palavras, A possui um valor de verdade em si mesmo. Essa condição traz como conseqüência o fato de A ser necessariamente uma afirmação que pode ser julgada como verdadeira ou falsa independentemente de C. Num discurso como o (1) “Faz calor, vamos passear”, o segmento A, “Faz calor” poder ser julgado como verdadeiro ou falso, ainda que não se conheça a conclusão “vamos passear”.

Essa concepção é, para Ducrot, inadmissível, pois o argumento só tem sentido a partir da conclusão. Não se pode admitir, por exemplo, que “Faz calor” é um fato verdadeiro, sem saber de que calor se fala exatamente. E esse conhecimento só se tem a partir do momento em que se conhece o tipo de calor de que se fala, nesse caso, o calor propício a um passeio agradável.

A terceira condição para que haja argumentação, segundo a concepção tradicional, está na noção de que A indica F que, por sua vez, implica C. Em outras palavras, A indica um fato falso ou verdadeiro e é a partir desse fato que se pode inferir a conclusão C. Essa relação não é, para Ducrot, de ordem lingüística, por isso ele se opõe a essa concepção de argumentação.

Ducrot (1988, p.72) rejeita essa idéia que entende serem os fatos e sua validade que argumentam. Para ele, essa concepção de argumentação é ingênua e insuficiente,

já que o movimento argumentativo em si mesmo não está determinado pela língua. Para defender sua posição, o autor observa que as línguas possuem pares de frases cujos enunciados designam o mesmo fato, no entanto as conclusões a que esses fatos levam são distintas.

Os pares de frases analisados pelo autor mostram que o poder argumentativo de um enunciado se determina mais por sua forma lingüística do que pelos fatos veiculados. Para isso, o autor apresenta, na Terceira conferência de Cali (1988), uma série de exemplos de pares de frases semelhantes em relação ao fato que informam, todavia diferentes na conclusão, isto é, essas frases encaminham a conclusões opostas. Esse fenômeno é justificado pela observação de que as frases possuem instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados. Para defender essa idéia, citam-se mais exemplos analisados pelo próprio autor:

*(4) Pedro trabalhou pouco.*

*(5) Pedro trabalhou um pouco.*

Em uma determinada situação, os enunciados dessas duas frases parecem designar o mesmo fato, isto é, se o enunciado de (4) é verdadeiro, o enunciado de (5) também o é. Não se pode estar de acordo com a verdade de (4) e não se estar de acordo com a verdade de (5). No entanto, as conclusões a partir desses dois enunciados são radicalmente opostas. Num contexto, em que o trabalho leva ao êxito, somente a partir de (5) é que se pode argumentar na direção do sucesso, já que, a partir de (4), argumentar-se-ia acerca do fracasso de Pedro. Dessa forma, é possível extrair as seguintes conclusões de cada um desses enunciados:

*(4'). Pedro trabalhou pouco, por isso não vai ter êxito.*

*(5'). Pedro trabalhou um pouco, por isso vai ter êxito.*

Como se observa, o enunciado de (5) conduziria a uma conclusão positiva, ao passo que o enunciado de (4) conduziria a uma conclusão negativa em relação ao êxito, embora o fato designado pelos dois enunciados seja o mesmo, estando voltado para a pequena quantidade do trabalho de Pedro.

Num contexto diferente, onde o trabalho seja causa de cansaço, por exemplo, pode-se extrair as seguintes conclusões: a partir de (4), “*por isso está descansado*” e a partir de (5), “*por isso está cansado*.” Assim, num mesmo contexto, observam-se conclusões opostas.

O que se conclui disso é que o poder argumentativo de um enunciado não se determina somente pelo fato que expressa, mas, principalmente, por sua forma lingüística. Devido a isso, não se pode explicar a conclusão somente a partir do fato expresso pelo argumento A, como prevê a concepção tradicional. A argumentação é, sobretudo, extraída da forma lingüística de A, pois está marcada na língua. Para Ducrot (1988, p. 82), a significação das frases contém instruções que apontam para a conclusão a ser buscada, isto é, essas instruções apontam para determinadas conclusões e excluem outras.

A significação das frases é aberta, ou seja, ela pede que o interpretante descubra as conclusões contidas em seu enunciado. Esse fato leva Ducrot a postular que há expressões na língua que possuem, por si mesmas, um valor argumentativo. Desse postulado decorre a noção de expressão argumentativa (EA), aquela que, ao fazer parte de um enunciado, determina, por si mesma, o potencial argumentativo desse enunciado, ou seja, não é possível argumentar da mesma forma a partir de enunciados que apresentam (ou não apresentam) expressões argumentativas. Essas expressões atuam sobre o potencial argumentativo de um enunciado. Uma expressão X e outra expressão X' podem alterar um mesmo enunciado, pois direcionam as argumentações diferentes. E essa diferença não está no conteúdo factual do enunciado, já que tal conteúdo não pode explicar o aparecimento de conclusões diferentes.

Avançando nessa investigação, Ducrot (1988, p.83) considera as expressões argumentativas de dois tipos: as palavras plenas e os operadores argumentativos. As palavras plenas, como os adjetivos “*econômico*” e “*avaro*”, contêm, em si mesmas, argumentações e orientam o interlocutor para determinada conclusão. Um par de frases como “*João é avaro*” e “*João é econômico*” não possuem o mesmo potencial argumentativo em uma determinada situação, embora possam descrever a

mesma realidade. Ao enunciar “*Tenho admiração por João, pois ele é econômico*”, o locutor ressalta uma virtude de João e tal enunciado poderia ser um elogio. O adjetivo *avaro*, no entanto, não pode ser usado nessa mesma situação, pelo menos sob o ponto de vista argumentativo. A diferença argumentativa não pode ser, mais uma vez, explicada pela diferença factual.

“*Econômico*” e “*avaro*” são pares de palavras análogos a outros pares de palavras da língua, que exemplificam bem a noção de expressão argumentativa constituída de *palavras plenas*. Há ainda expressões argumentativas representadas por *palavras gramaticais* ou *operadores argumentativos*. Esses operadores constituem um grupo de palavras que, ao serem introduzidas numa frase, produzem outra frase. É o caso de *pouco*, que ao ser agregada à frase “*Estudou*”, resulta em outra frase: “*Estudou pouco.*”

Na primeira forma da teoria, a força argumentativa de um enunciado é definida como um conjunto de conclusões que podem ser extraídas desse enunciado. E é justamente a noção de força argumentativa dos enunciados, definida em termos de conclusão, que leva o autor a ampliar sua teoria, já que Ducrot observa um problema ao definir a força argumentativa nesses termos, ou seja, um enunciado de P e um enunciado de P’ possuem um potencial argumentativo diferente, pois se lhes pode dar como continuação discursiva enunciados-conclusões diferentes.

Embora a concepção de potencial argumentativo vista dessa forma possibilite o reconhecimento do que vem a ser uma EA, torna-se insuficiente para descrever o valor semântico desse tipo de expressão, já que é preciso indicar quais são os limites que essas expressões impõem aos enunciados nos quais elas aparecem. Para exemplificar que tal limite não se pode determinar a partir das conclusões, retomam-se os mesmos exemplos com *pouco* e *um pouco*.

(4) *Pedro trabalhou pouco.*

(5) *Pedro trabalhou um pouco.*

No decorrer de suas análises, Ducrot percebe que embora as expressões “*pouco*” e “*um pouco*” possuam valores argumentativos diferentes, é possível que a presença

delas em um argumento conduza às mesmas conclusões. Tanto do enunciado (4), quanto do enunciado (5) pode-se extrair a conclusão “*por isso vai ter êxito*” ou a conclusão “*por isso vai fracassar.*” Ducrot observa que a relação entre argumento e conclusão não é direta e que, embora os enunciados possuam orientações argumentativas distintas, podem conduzir às mesmas conclusões, conforme o contexto ou a situação discursiva. Segundo Ducrot (1989, p. 21), “tudo depende do que se considera como a melhor razão para o êxito: se se pensa que o trabalho leva ao êxito, toma-se (4) como argumento. Se se pensa que ele leva ao fracasso (porque ele cansa, enerva...), o argumento será (5).”

Embora essa observação apresente uma objeção à TAL, não permite refutá-la de forma integral. O que se rechaça, a partir dessa observação, é que definir o potencial argumentativo em termos de conclusão não dá conta de explicar por que enunciados, como os citados acima, podem autorizar, dependendo do contexto, a mesma conclusão. No entanto é legítimo afirmar que esses enunciados não possuem o mesmo valor argumentativo.

Diante dessa observação, Ducrot constata que a relação entre argumentos e conclusões não é direta, mas intermediada por princípios argumentativos gerais. Enunciados como esses autorizam as mesmas conclusões porque o princípio argumentativo subjacente a eles é diferente. Essa constatação leva Ancombre e Ducrot (1995) a observar que as possibilidades argumentativas não dependem somente dos enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação.

Tal postura propicia uma ampliação da *forma standard* da teoria. A característica principal da *Forma “Recente” da TAL* é, por um lado, definir o trajeto argumentativo por meio da noção de *topos* e, por outro, discutir a argumentação por meio da polifonia. Essas noções serão desenvolvidas na seção seguinte.

## 2.2 A forma “recente” (segunda forma): o *topos articulado à polifonia*

Na primeira fase da TAL, a idéia central é que as argumentações realizadas no discurso estão determinadas pelas frases da língua e não pelos fatos veiculados nos enunciados. Nessa teoria, a argumentação é necessariamente a concatenação de dois segmentos do discurso: o argumento e a conclusão, que, juntos, constituem enunciados. Outra idéia importante da teoria é o fato de o potencial argumentativo de um enunciado estar relacionado a um conjunto de enunciados-conclusões possíveis a partir desse enunciado. Esse conjunto de conclusões possíveis é determinado pela frase, particularmente, pelo que o autor denomina de expressão argumentativa (EA). Todavia, essas idéias serão reformuladas por Ducrot nesta nova fase da teoria, marcada por uma nova forma, denominada de *Forma “Recente”* pelo próprio Ducrot (1988, TERCEIRA CONFERÊNCIA DE CALI). Tal reformulação se dá mediante a introdução de um novo conceito, o de *topos*, e mediante uma mudança na forma de apreender a argumentação, antes descrita no nível do enunciado, agora no nível dos enunciadores representados no enunciado.

Portanto, nesta fase da TAL, as noções de polifonia e *topos* são a base para a análise argumentativa dos enunciados. Embora haja uma ampliação na concepção dos termos mencionados, é mantido o princípio de que a argumentação é parte do sistema, ou seja, é inerente à língua.

Conforme dito na seção anterior, através de análises específicas, Ducrot observa que o potencial argumentativo de um enunciado não pode ser definido mediante as conclusões que se encadeiam a esse enunciado. A partir dessa observação, o autor lança mão da noção de *topos*, na tentativa de explicar como se dá o trajeto argumentativo entre o argumento e a conclusão. O *topos*, em Ducrot, parte da visão aristotélica de que há um lugar comum, uma espécie de depósito, onde o orador encontra todo tipo de argumento para defender sua tese. Anscombe e Ducrot empregam essa noção em sentido mais restrito. Para eles, o *topos* é um princípio argumentativo que garante a passagem de um argumento a uma conclusão e não um conjunto qualquer de argumentos. Dito de outra forma, o *topos* é visto como indicações que possibilitam o trajeto entre um argumento e uma conclusão.



“Durante uma enunciação, o locutor faz algumas indicações sobre o caminho que ele escolheu e o interlocutor tenta reconstruir um itinerário a partir das indicações fornecidas. Chamaremos *topoi* essas indicações que permitem operar uma escolha entre os itinerários.” ( ANSCOMBRE, 1995, p.38)<sup>11</sup>

Para Ducrot, o *topos* funciona como um terceiro termo, um implícito que justifica o encadeamento discursivo. Esse terceiro termo torna possível construir o trajeto argumentativo entre dois enunciados. Segundo Negroni (1998, p.29), “os *topoi* representam os trajetos que obrigatoriamente devemos seguir para alcançar, através de um enunciado–argumento, uma conclusão específica” (tradução nossa). Essa é uma das condições para que um enunciado seja considerado argumentativo. O trajeto de *E* para *r* é feito por meio de um princípio argumentativo: um *topos*.

Para Ducrot (1988, p.102), o *topos* apresenta três propriedades fundamentais para constituir-se na garantia da passagem do argumento à conclusão: *universalidade*, *generalidade* e *gradualidade*.

Quando se diz que o *topos* é universal, admite-se que esse princípio seja compartilhado por uma comunidade lingüística da qual fazem parte os interlocutores. Isso significa que o *topos* é comum ao locutor e a outras pessoas de uma mesma comunidade. O enunciador, ao mobilizar determinado *topos*, o faz pressupondo que os interlocutores reconheçam esse *topos* e o aceitam como um lugar-comum, mesmo quando não concordam com ele.

A segunda propriedade do *topos*, a generalidade, se verifica no fato de que o princípio usado para argumentar é válido não só em uma dada situação em que se fala, mas em muitas outras situações análogas. Segundo Ducrot (1988, p.104), a generalidade é uma consequência da universalidade do *topos*, já que o fato de ser compartilhado por outras pessoas diferentes do enunciador faz com que o princípio seja válido em inúmeras situações nas quais as pessoas utilizam a linguagem.

---

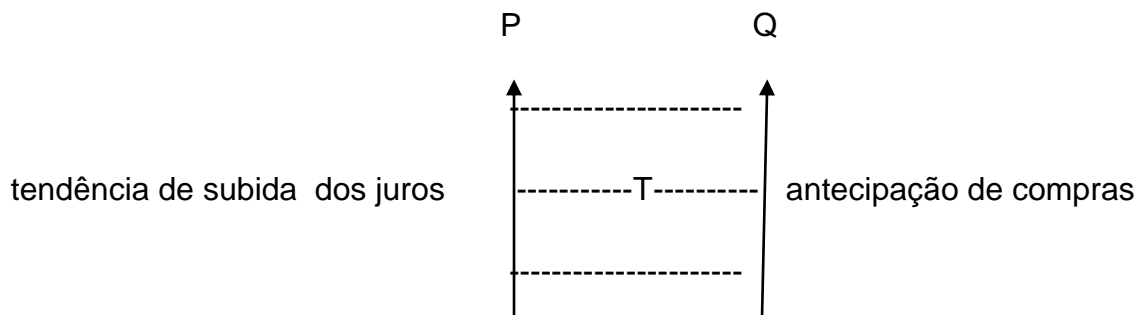
<sup>11</sup> Trecho traduzido do livro *Théorie des Topoi* de J. C. Anscombre. Trata-se de uma tradução nossa.

A terceira propriedade do *topos* é a gradualidade. Essa noção ocupa um lugar de grande importância na teoria de Ducrot e Anscombre. Segundo os autores, o *topos* põe em relação duas propriedades graduais, ou seja, duas escalas argumentativas. Em outras palavras, o *topos* põe em relação uma escala anterior P e uma escala posterior Q. E a relação que une essas duas escalas é também gradual. Ela pode ser percorrida em duas direções: para cima e para baixo. O *topos* estabelece uma relação de correspondência entre uma determinada direção do trajeto da escala antecedente e uma determinada direção do trajeto da escala conseqüente, ou seja, ao unir P e Q, o *topos* faz corresponder a cada direção do trajeto percorrido na escala antecedente P uma direção na escala conseqüente Q.

O seguinte exemplo pode representar a gradualidade dos *topoi*.

(6). “*Os juros tendem a subir, por isso as pessoas anteciparam suas compras.*”

Observa-se que o enunciado é composto de dois segmentos: “*Os juros tendem a subir*”, que corresponde ao argumento, e “*por isso as pessoas anteciparam suas compras*”, que corresponde à conclusão. Abrem-se aqui parênteses para salientar que a conclusão pode estar ou não explícita no enunciado. Voltando-se aos segmentos, observa-se que eles estão encadeados pelo *topos* “*A iminência de subida dos juros leva as pessoas a realizarem suas compras antecipadamente*”. Esse *topos* estabelece uma relação entre a escala P e a escala Q. Isso pode ser demonstrado pelo seguinte esquema:



Esquema 1: + P, + Q

Fonte: Adaptado de Ducrot, 1988.

O esquema mostra que, o *topos* T põe em relação uma escala anterior P - a escala da “*tendência de subida dos juros*” - com uma escala posterior Q, a escala de

“*antecipação das compras*”. O *topos* faz corresponder a cada direção da escala da “*tendência da subida dos juros*” uma direção da escala de “*antecipação das compras*”.

Para apoiar a tese do caráter gradual dos *topoi* e sobretudo, do seu movimento ascendente ou descendente dentro de uma escala, Ducrot apresenta um novo argumento: o de que os *topoi* são atualizados na linguagem mediante as *formas tópicas* (1988, p.128). Nessa perspectiva, a construção do sentido de um enunciado se relaciona à convocação de *topoi* graduais, suscetíveis de receber duas formas tópicas equivalentes do ponto de vista lógico. A noção de forma tópica (FT) pode ser apresentada da seguinte forma direta: quanto mais se sobe a escala de P, mais se sobe a escala de Q (+ P, + Q) ou quanto mais se desce a escala de P, mais se desce a escala de Q (- P, - Q). Podem-se representar ainda as seguintes formas tópicas conversas: (+ P, - Q) ou (- P, + Q). Isso quer dizer que o *topos* estabelece um vínculo entre uma determinada direção no trajeto da escala antecedente e uma determinada direção no trajeto da escala conseqüente.

Partindo do exemplo acima, pode-se parafrasear esse esquema tópico por meio da seguinte forma tópica (FT1): “*Quanto maior a tendência de alta dos juros, maior é a antecipação de compras*” (+ P, + Q). Entretanto o mesmo esquema tópico poderia ser parafraseado por outra forma tópica (FT2). É o que se observa no seguinte encadeamento:

(7). “*Os juros não tendem a subir, por isso as pessoas não anteciparam suas compras.*”

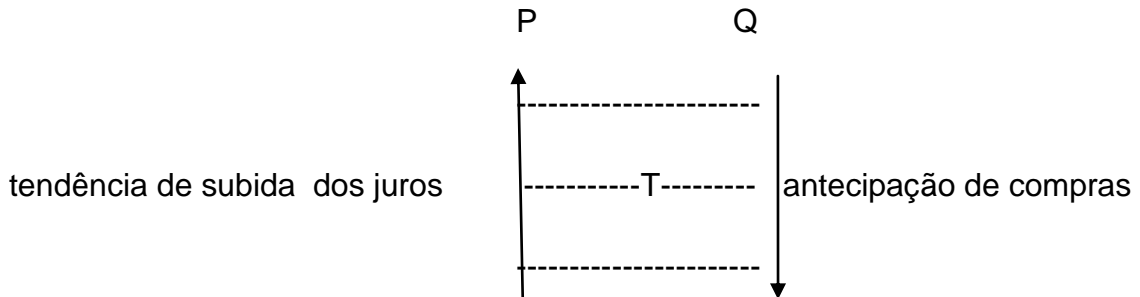
O *topos* convocado é o mesmo, agora sob a forma tópica (FT2): “*Quanto menor é a tendência de alta dos juros, menor é a antecipação de compras.*” (- P, - Q).

Numa direção contrária à mostrada até aqui, como no caso em que o anúncio da subida dos juros provoque cautela e conseqüentemente leve as pessoas a não comprarem e esperarem um momento mais estável, tem-se um *topos* converso (contrário) como se pode observar mediante os seguintes encadeamentos:

(8). “*Os juros subiram, por isso as pessoas não estão comprando no momento.*” (+ P, - Q)

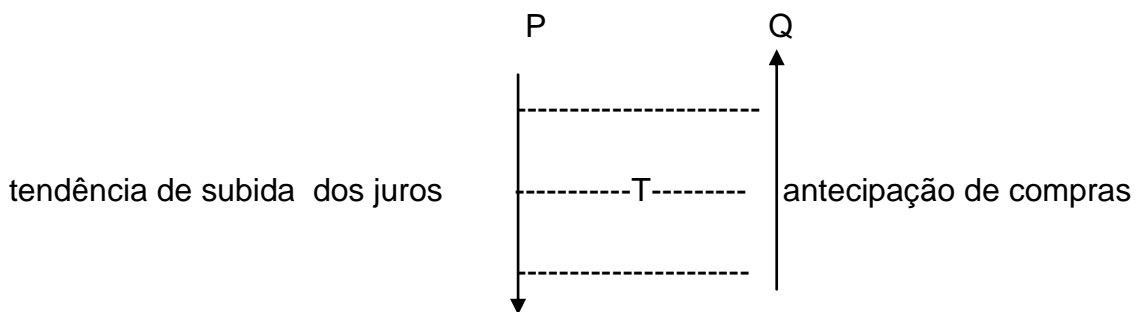
(9). “Os juros não subiram, por isso as pessoas estão comprando no momento.” (- P, + Q)

Essas relações podem ser explicitadas pelos esquemas abaixo:



Esquema 2: + P, - Q

Fonte: Adaptado de Ducrot, 1988.



Quadro 3: - P, + Q

Fonte: Adaptado de Ducrot, 1988.

Nesses encadeamentos, o *topos* seria contrário ao primeiro: “A subida de juros leva as pessoas a não comprarem no momento.” Esse *topos* pode ser atualizado sob as seguintes formas tópicas: (FT1) “Quanto maior a subida dos juros, menor o volume de compras” ou (FT2) “Quanto menor a subida dos juros, maior o volume de compras.”

## Segundo Ducrot :

“ Se tenho duas escalas graduais P e Q, com essas escalas posso construir dois topoi que chamarei contrários; cada um desses topoi tem duas formas tópicas de um mesmo topos. Esquematizo-as assim:

	FT <sub>1</sub> : + P, + Q
T	recíproca de
	FT <sub>2</sub> : - P, - Q
contrário de	
T'	FT' <sub>1</sub> : + P, - Q
	recíproca de
	FT' <sub>2</sub> : - P, + Q”

(DUCROT, 1988, p.129)

Observa-se então que cada *topos* pode ser atualizado mediante duas formas tópicas: T(+ Q, + P) e (- Q, - P), recíprocas entre si, como visto nos exemplos (6) e (7), e duas formas tópicas contrárias às primeiras e também recíprocas entre si, T'(+ p, - Q) e (- P, + Q), como nos exemplos (8) e (9). Em outras palavras, ao se ter duas escalas P e Q, é possível construir dois topoi contrários. Cada um deles possui duas formas tópicas recíprocas, isto é, argumentativamente equivalentes.

De acordo com Ducrot (1988, p.108), quando o enunciador argumenta, realiza duas funções: em primeiro lugar, escolhe um *topos* e, em seguida, situa o estado de coisas de que se fala em um certo grau da escala antecedente do *topos*. Essa segunda atitude do enunciador dá um certo grau de argumentatividade, forte ou fraca, a seu argumento.

Esse grau de argumentatividade relaciona-se a um valor argumentativo situado no nível da significação e fundamentado na mobilização dos *topoi* graduais, atualizados sob duas formas tópicas recíprocas, cuja escolha será orientada, em algumas situações, pelos operadores argumentativos que, agora, têm a função de determinar qual forma tópica será convocada. Para explicar como *pouco* e *um pouco* são

descritos, nessa fase da teoria, retomam-se os exemplos (4') e (5') com algumas alterações:

(4') *Pedro trabalhou pouco, por isso vai ter êxito.*

(4'') *Pedro trabalhou pouco, por isso não vai ter êxito.*

(5') *Pedro trabalhou um pouco, por isso vai ter êxito.*

(5'') *Pedro trabalhou um pouco, por isso não vai ter êxito.*

Vê-se, nesses exemplos, comparando (4') e (5'), ou ainda (4'') e (5''), que as mesmas conclusões podem ser alcançadas a partir de *pouco* e *um pouco*. Porém a argumentação não é a mesma em (4') e (5'), nem tampouco em (4'') e (5''). Tem-se aí *topoi* contrários: T1 = *O trabalho leva ao êxito* (convocado em 4' e 5'); T2 = *O trabalho leva ao fracasso* (convocado em 4'' e 5''). Cada um dos *topoi* tem duas formas tópicas recíprocas e equivalentes:

*FT1 – T1 = Quanto mais se trabalha, mais se tem êxito.*

*FT2 – T1 = Quanto menos se trabalha, menos se tem êxito.*

*FT1 – T2 = Quanto mais se trabalha, menos se tem êxito.*

*FT2 – T2 = Quanto menos se trabalha, mais se tem êxito.*

Ducrot mantém, dessa forma, a tese da argumentatividade inscrita na língua, ou seja, a própria frase contém as instruções para que se interpretem os enunciados com *pouco* e *um pouco* e um predicado P. Tais instruções podem ser do tipo “*Quanto mais P*” para *um pouco*, e “*Quanto menos P*”, para *pouco*. Desse modo, em (5') a forma tópica deve ser a FT1- T1, pois é a única que permite a conclusão “*por isso vai ter êxito*”. Em (5''), deve ser FT2 – T2. Em 4', FT2 – T2 e 4'', FT1 – T2.

Essas observações de Ducrot levam à ampliação do conceito de gradualidade no sentido de que a gradualidade passa a ser definida como grau de aplicabilidade dos *topoi*. Não é mais vista como uma equivalência entre escalas, mas como a variabilidade da força argumentativa de um *topos*. Assim, um *topos* T pode ser aplicado com maior força em uma situação e com menor força em outra situação.

A noção de força argumentativa leva à observação de que a argumentação está também no nível do léxico. Tem-se *topoi* que são responsáveis por determinados encadeamentos discursivos e *topoi* fundamentados na significação mesma das palavras. Nessa perspectiva, o *topos* permite articular a língua e o discurso argumentativo. São as palavras da língua que autorizam a aplicação de um *topos*. A significação de uma frase é o conjunto dos *topoi* autorizados por essa mesma frase. É válido representar o que está sendo dito com mais um exemplo:

(10). *Os bancos maiores são ricos. Podem comprar as carteiras de crédito das pequenas instituições.*

Em (10), o *topos* convocado entre o feixe de *topoi* possíveis pode ser o de “*Quanto mas se é rico, mais se tem poder de compra*”( + P,+ Q). Note-se que esse *topos* parece estar ligado à significação mesma da palavra *rico*. Dessa forma, percebe-se que a significação interna das palavras aponta para os possíveis encadeamentos argumentativos. Tal significação relaciona-se, segundo Anscombe (1995), à noção de *topos intrínseco*.

O encadeamento evoca o seguinte *topos* “ a riqueza aumenta o poder de compra, sob a FT já mencionada. Nesse caso, pode-se dizer que o predicado “*ser rico*” traz em sua significação o *topos* da “*compra*”. Trata - se, pois, de um significado intrínseco à palavra *rico*, isto é, quando se pensa em *riqueza*, pensa-se em *poder comprar*. No exemplo acima, o segundo segmento põe em palavras o que o *topos* convocado no primeiro segmento já contém.

Em resumo, o *topos intrínseco* está presente na significação interna das palavras. Isso quer dizer que ao conhecer uma palavra, conhecemos também os *topoi* ligados a ela. Porém há encadeamentos discursivos ligados a determinados conhecimentos não intrínsecos às palavras. É o que se observa no seguinte exemplo:

(10') *”Os bancos maiores são ricos, mas precisam reter suas reservas.”*

Esse encadeamento ocorre mediante outro *topos*, o *extrínseco*, uma vez que o segundo segmento não põe em palavras o que o *topos* convocado no primeiro

segmento já mencionou. Os *topoi extrínsecos* podem ser utilizados de maneira convincente apenas dentro de uma comunidade mais ou menos reduzida, a qual é conhecedora e adepta da mesma crença, da mesma cultura.

Em (10'), o segundo elemento não representa um encadeamento natural, dado que não se estima, pelo menos de maneira geral, que a riqueza evoque a *retenção de reservas*. Para que se resulte um encadeamento natural, é preciso introduzir o articulador *mas*. Isso permite reafirmar que o segundo segmento não põe em palavras o que já havia sido dito no primeiro, mas convoca outro *topos* selecionado dentre os *topoi* autorizados pela palavra *rico*. O *topos extrínseco* se relaciona, pois, a conhecimento de mundo. Segundo Negroni (1988, p.36), “ o *topos extrínseco* é um elo na cadeia de *topoi*, cuja elaboração primeira é um *topos intrínseco* inscrito na significação das palavras que compõem os segmentos discursivos que funcionam como argumentos.”

Dessa forma, a distinção entre *topos intrínseco* e *topos extrínseco* separa propriedades lingüísticas, ou seja, dependendo da construção da frase, está-se diante de um *topos* ou de outro. Isso implica que há palavras que têm, de acordo com sua semântica própria, graus diferentes de aplicabilidade e de força argumentativa. É o caso dos operadores argumentativos. Suponha que o locutor queira chegar a esta conclusão:

(11) “*As vendas caíram*”.

Pode-se partir dos seguintes argumentos, ordenados segundo sua força argumentativa:

- *Os juros subiram muito, ...*
  - *Os juros subiram bastante,...*
  - *Os juros subiram um pouco, ...*
- } ... portanto as vendas caíram.

Esses argumentos são construídos na mesma direção argumentativa. Entretanto, em ordem decrescente, um tem mais força argumentativa que outro. Já o operador *pouco* orienta em outra direção, isto é, faz parte de outra escala gradual.



- *Os juros não subiram, ...*
  - *Os juros subiram moderadamente,*
  - *Os juros subiram pouco, ...*
- } portanto as vendas não caíram.

A utilização desses operadores demanda a existência de *topoi*, ou de formas tópicas, às quais, como dito anteriormente, os próprios operadores impõem certas restrições. Ducrot propôs classificar esses operadores como *realizantes* e *desrealizantes*, segundo a atuação dessas palavras sobre a orientação e a força argumentativa de núcleos sintáticos nominais e verbais.

A teoria dos modificadores propõe que há certas palavras que atuam sobre a força argumentativa de certos núcleos sintáticos nominais e verbais, aumentando essa força ou atenuando-a, com vistas a orientar para determinadas conclusões no discurso: são os *modificadores realizantes* (MR) e os *modificadores desrealizantes* (MD). Os primeiros cumprem a função de aumentar a força argumentativa mantendo a mesma orientação; e os outros, reduzem ou invertem essa força.

(12) *Os EUA enfrentarão uma recessão.*

(12') *Os EUA enfrentarão uma forte recessão.*

O adjetivo *forte* em (12') se encontra integrado gramaticalmente ao substantivo *recessão* e preserva a mesma orientação desse substantivo, aumentando-lhe a força argumentativa. Trata-se, pois, de um *modificador realizante*. A continuação do discurso poderia ser do tipo:

(12'') *Os EUA enfrentarão uma forte recessão. Economistas estão preocupados.*

Compare o enunciado acima a estes exemplos:

(13) *Os EUA enfrentarão uma recessão.*

(13') *Os EUA enfrentarão uma leve recessão. Não há com o que se preocupar.*

O adjetivo *leve* se encontra, também, integrado gramaticalmente ao sintagma nominal em que aparece. Trata-se de um adjetivo que, ao ser introduzido no enunciado original, modifica sua potencialidade argumentativa. O adjetivo *leve* atua sobre o substantivo *recessão*, atenuando a força argumentativa deste. Esse é, pois, um *modificador desrealizante*.

Para formalizar o conceito de modificadores, Ducrot propõe que um modificador Y será *desrealizante* de um predicado X se é possível dizer *X porém XY* e se a combinação X+Y possui uma orientação argumentativa inversa à de X ou menor que a de X somente. Por outro lado, um modificador será *realizante* de um predicado se é possível dizer *X e mais XY* e se a combinação X+Y possui força argumentativa maior ou igual a de X somente.

A teoria dos modificadores vem evidenciar que o processo argumentativo não só se aplica sobre frases, mas também sobre predicados lingüísticos ( verbos e nomes). O léxico dispõe de uma carga argumentativa e, por isso, as palavras podem direcionar para determinados discursos. Essa direção é interpretada mediante a observação das atitudes do locutor frente aos enunciadores. Dessa forma, faz-se relevante entender o conceito de polifonia, bem como a articulação entre a concepção polifônica do sentido e a noção de *topos*. Nessa fase da TAL, a argumentação é descrita, a partir dos enunciadores representados nos enunciados, e se dá por meio da polifonia, embora essa noção não seja nova nos trabalhos de Ducrot.

A noção de polifonia foi abordada, primeiramente, em *O dizer e o dito*, no capítulo intitulado de *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação ([1984]/1987)* e reapresentada em **Polifonia y Argumentacion** (1988). Essa noção em Ducrot foi buscada em reflexões do filósofo russo Mikhail Bakhtin sobre as características observadas em textos, classificados pelo filósofo como carnavalescos e populares. Para Bakhtin, ([1929]/2005) esses textos apresentam simultâneas vozes de personagens. Ducrot retoma o conceito bakhtiniano de polifonia e o aplica à análise lingüística dos enunciados. Para Ducrot ([1984]/1887), o autor de um enunciado não se expressa diretamente, isto é, ao falar/ escrever põe em cena certo número de personagens. As vozes desses personagens discursivos resultam no sentido do enunciado. Ora, apesar da referência explícita ao universo de Bakhtin, a análise

propriamente lingüística - e Ducrot ([1984]/1987, 1989) também aponta essa fonte - foi buscada em Bally (1944), sobretudo na sua distinção entre sujeito *modal* e sujeito *falante*.

Ao se propor a descrever o sentido em nível de enunciadores, o autor apresenta sua concepção de polifonia, contestando o pressuposto tradicional da unicidade do sujeito.

“O objetivo deste capítulo é contestar e, se possível substituir um postulado que me parece um pressuposto (geralmente implícito) de tudo o que se denomina atualmente “lingüística moderna” termo que recobre ao mesmo o comparativismo, o estruturalismo e a gramática gerativa. Esse pressuposto é o da unicidade do sujeito.” ( DUCROT,1987, p.161)

Para Ducrot, em um mesmo enunciado estão presentes sujeitos de *status* lingüísticos diferentes. A saber, o sujeito empírico (SE), o locutor (L) e os enunciadores. Dessa forma, Ducrot demonstra ser impossível a unicidade do sujeito e propõe que a descrição da enunciação, constitutiva do sentido do enunciado, contenha a atribuição à enunciação de vários sujeitos que seriam a sua origem. Por isso o semanticista afirma que é preciso fazer, primeiramente, a distinção entre sujeito empírico e locutor.

O sujeito empírico (SE) é o ser do mundo real, é o autor do enunciado e por isso não deve ser objeto de estudo do lingüista, já que se trata de um aspecto externo à enunciação. O SE constitui, segundo Ducrot (1987) interesse de outras ciências, como a Sociolingüística ou a Psicolingüística.

O interesse de Ducrot se volta para o sentido do enunciado, o qual se constitui na relação interna entre locutores e enunciadores. O locutor (L) é caracterizado como a figura do enunciado, que se representa como *eu* na enunciação, apresentando-se como responsável pela enunciação. Ele se faz presente no interior do enunciado por meio de marcas lingüísticas como os pronomes de 1ª pessoa ( eu, mim, me), os possessivos (meu, minha), advérbios (aqui, agora) e verbos flexionados na 1ª pessoa.

Ao apresentar o locutor como um ser do discurso, Ducrot apresenta também o alocutário. Num discurso narrativo em 1ª pessoa, por exemplo, o locutor (o *eu*) é aquele que narra o fato e o alocutário é aquele a quem o locutor se dirige (o *tu*). Sendo assim, é possível concluir que locutor e alocutário são seres discursivos, que devem ser concebidos de forma distinta do falante e do ouvinte, que são seres reais, pertencentes ao âmbito extralingüístico.

O locutor é aquele que fala no discurso e que tem a responsabilidade enunciativa. Porém, há casos de enunciados sem locutor (L), embora sempre haja um sujeito empírico (SE). Observa-se tal particularidade em enunciados impessoais que se relacionam, na concepção de Benveniste, com a história, opondo-se a enunciados com locutor marcado e que pertencem ao discurso. A ausência do locutor pode ser observada nos provérbios e nos ditos populares que remetem a uma sabedoria situada além da subjetividade individual.

Ducrot (1988) explica que o sentido do enunciado resulta do confronto de diversas vozes, comandadas por um locutor, sendo este o responsável pelo enunciado e pela colocação em cena de enunciadores, que representam pontos de vista, com os quais ele pode se identificar, ou, ao contrário, discordar deles.

Ao definir as funções dos locutores e dos enunciadores, o autor traz, para seus estudos da semântica argumentativa, a função de maior importância na construção do sentido polifônico e na instauração da argumentatividade na língua: a dos enunciadores. Os enunciadores são definidos como pontos de vista referentes às situações a partir das quais se fala. Não são pessoas, mas pontos de perspectivas abstratos com os quais o locutor pode ou não se identificar, embora na maioria das vezes se mantenha distante.

O primeiro elemento do sentido é, pois, a apresentação de pontos de vista de enunciadores diferentes. O segundo é a indicação da posição do locutor em relação aos enunciadores. O terceiro elemento do sentido é a assimilação de um enunciador com uma pessoa X.

Quanto à posição do locutor em relação aos enunciadores, o autor distingue três possibilidades:

1) o locutor pode identificar-se com um dos enunciadores. Isso quer dizer que o L dá à sua enunciação o objetivo de impor o ponto de vista desse enunciador. É o caso de uma asserção. Quando diz “*Pânico se alastra e causa perdas recordes*” (Folha de São Paulo, 21/10/2008), o locutor apresenta um ponto de vista segundo o qual o pânico diante da crise é causador de grandes perdas no mercado financeiro e por sua vez assume esse ponto de vista.

2) o locutor dá aprovação a um enunciador, isto é, indica que está de acordo com esse enunciador ainda que o enunciado não tenha como objetivo admitir o ponto de vista desse enunciador. É o caso, por exemplo, da pressuposição. O enunciado “*O dólar voltou a subir*” conserva duas indicações: uma pressuposta, a de que o dólar já havia subido antes, e uma posta: o dólar subiu. Nesse exemplo se apresentam dois enunciadores (E1 e E2), em que E1 apresenta a idéia pressuposta; E2, a idéia posta. O locutor dá sua aprovação a E1 e se identifica com E2.

3) o locutor pode se opor a um enunciador e rechaçar seu ponto de vista.

Para exemplificar as explicações dadas acima, faz-se a análise do seguinte exemplo:

(14) “*Suponha que uma mulher proponha ao marido a compra de um carro novo e que a essa proposta ele responda:*

*-Sim, precisamos de um novo carro, mas os juros estão muito altos.*

Através de um enunciado como esse, o locutor recusa a compra de um carro novo. Para isso, apresenta pelo menos quatro enunciadores, como se descreve a seguir:

E<sub>1</sub> – (a necessidade de um carro novo) a posição do locutor é de aprovação, ele reconhece essa necessidade, embora essa não seja a finalidade única de seu enunciado;

E<sub>2</sub> – Justifica a compra de um carro novo a partir da necessidade. O locutor recusa esse ponto de vista;

E<sub>3</sub> – (apresenta os juros altos) Faz parte do que L quer fazer seu interlocutor admitir, do que quer dar a conhecer. Portanto o locutor se identifica com esse enunciador.

E<sub>4</sub> – o locutor se identifica com esse enunciador, com a atitude de recusa à compra do carro novo em virtude dos juros altos (conclusão implícita).

Em relação ao terceiro elemento do sentido, pode-se agregar que o locutor assimila os enunciadores E<sub>1</sub> e E<sub>2</sub> ao alocutário.

Nessa concepção polifônica, a descrição do sentido é alcançada por meio da observação dos seguintes aspectos: a) se o enunciado contém a função locutor; b) a quem é atribuída essa função; c) a quem se assimila o locutor; d) quais são os diferentes pontos de vista expressos pelo enunciado, e) a quem se atribuem essas funções. Ducrot (1988,p.66) mostra, assim, que a interpretação de um enunciado, ou seja, o sentido que se pode abstrair de um enunciado está relacionado à pluralidade de vozes diferentes da voz do locutor. Relaciona-se ainda à determinação da voz com a qual o locutor se identifica. Isso é fundamental para se entender a orientação argumentativa do discurso, já que o ato de argumentar caracteriza-se pela defesa de um ponto de vista. O ponto de vista assimilado pelo locutor traz o posicionamento que este assume diante de determinada situação ou de determinadas idéias. Veja este exemplo, retirado do caderno “*dinheiro*” da Folha de S. Paulo, em 09/10/2008:

(15) “Previsão de PIB do Brasil cai, mas ultrapassa média da AL.”

Nesse caso, há quatro enunciadores, dois explícitos e dois implícitos.

E<sub>1</sub> = PIB do Brasil cai.

E<sub>2</sub> = O Brasil deixará de crescer no próximo ano.

E<sub>3</sub> = PIB do Brasil ultrapassa média da AL.

E<sub>4</sub> = Mesmo no contexto da crise global, o Brasil crescerá.

O que autoriza essa argumentação é a crença, o conhecimento partilhado, o *topos*: “*O PIB revela o crescimento de um país*”, um princípio argumentativo gradual que ancora a construção da argumentação nesse enunciado. Segundo Ducrot (1988), ao traduzir em linguagem ordinária o raciocínio usado na argumentação, é preciso utilizar um princípio gradual. Vale acrescentar ainda que, segundo o autor, os

predicados do *topos* (P e Q) não são necessariamente idênticos aos predicados presentes no enunciado.

No enunciado em questão,  $E_1$  e  $E_2$  convocam esse *topos*, sob a seguinte forma tópica: *Quando menor o PIB, menor o crescimento. (- P, - Q)*. O  $E_3$  e o  $E_4$  convocam o mesmo *topos* sob a forma tópica recíproca: *Quanto maior o PIB, maior o crescimento. (+ P, + Q)*. O locutor aprova  $E_1$ , ou seja, reconhece a queda no PIB do Brasil. Observe a oposição do locutor em relação ao  $E_2$ , que apresenta o não crescimento do Brasil. O locutor recusa esse ponto de vista. Em relação a  $E_3$ , o locutor apresenta uma atitude de identificação. Ele se identifica com o ponto de vista que afirma o fato de o Brasil ter um PIB maior que a média da América Latina. Esse ponto de vista faz parte do que o locutor quer dar a conhecer. Por fim, o locutor apresenta  $E_4$  que afirma o crescimento do país, apesar da crise. O locutor se identifica com esse enunciador e impõe esse ponto de vista na sua argumentação.

O locutor assimila  $E_1$  e  $E_2$  aos analistas financeiros e economistas que previram a queda no PIB do Brasil e a preocupante desaceleração na economia do país. Esse enunciado parece ser uma resposta a um discurso que vem sendo construído no contexto da crise financeira global, isto é, um discurso de conhecimento público. Os enunciadores  $E_3$  e  $E_4$  são assimilados ao locutor, ao que ele quer fazer admitir, a informação nova que dialoga como o já dito.

Conforme visto anteriormente, para Ducrot, quando um enunciador argumenta escolhe um *topos* e localiza a situação de que fala em um determinado grau da escala antecedente do *topos*. No caso do exemplo analisado aqui, a forma tópica + P, + Q foi empregada com maior força indicando a orientação argumentativa do enunciado. Dessa forma, para descrever o sentido de um enunciado é necessário reconhecer o *topos* utilizado na sua construção. Na significação da frase utilizada pelo argumentador, encontram-se instruções que possibilitam encontrar o *topos* utilizado para argumentar. Tais instruções não só indicam a conclusão, mas também o *topos* que está na base da argumentação construída.

A escolha dos pontos de vista dos enunciadores é, no enunciado, atribuída ao locutor, assim como as atitudes tomadas em relação aos enunciadores. Em outras palavras, pode-se dizer que os pontos de vista apresentados no enunciado são

conduzidos pelo locutor que, ao assimilar um deles, deixa transparecer a direção argumentativa resultante dessa escolha. Entretanto, o locutor, considerado como um ser discursivo e não um ser do mundo, não se apresenta como a origem de todos os pontos de vista. Ele dá lugar, no discurso, aos enunciadores e atribui a eles determinados pontos de vista. O sentido do enunciado depende, pois, da interpretação de um conjunto de unidades lingüísticas. A consideração dos enunciadores é crucial, pois são os enunciadores que marcarão a mobilização dos *topoi* na argumentação.

O tecido argumentativo, na perspectiva adotada por Ducrot, nessa fase, é resultante da apresentação dos diversos pontos de vista pelos enunciadores e da atitude do locutor em relação a esses enunciadores e aos *topoi*.

O conceito de *topos*, derivado da idéia de *lugar comum* da obra de Aristóteles, é, no entanto, reformulado por Ducrot, que passa a descartar a idéia de *topoi* como “passagem” ou “garantia. O *topos* passa a ser visto como “fonte de discurso” e não mais como princípio inferencial. Em entrevista concedida ao professor Heronides Moura, da Universidade Federal de Santa Catarina, (Moura, 1998), Ducrot, ao ser questionado sobre a significação da expressão “*feixe de topoi*”, afirma, de modo muito claro, não mais aceitar o *topos* como uma crença partilhada:

Ora, os **topoi** (ao menos na versão mais recente da nossa teoria) não são mais considerados como uma relação entre duas noções, mas os **topoi** constituem, por si mesmos, relações complexas. Por exemplo, um *topos* segundo o qual a riqueza traz felicidade não põe em relação uma idéia de riqueza e uma idéia de felicidade, mas constitui a noção de uma felicidade obtida a partir da riqueza e de uma riqueza suscetível de trazer felicidade. Portanto, cada vez mais parece difícil entender os *topoi* como crenças.

Finalmente, também não me parece satisfatório entender os *topoi* como inferências. Compreendo os *topoi* muito mais como possibilidades discursivas, como possibilidades de encadeamentos discursivos, e quando afirmo que uma palavra é um **feixe de topoi** (“**paquet de topoi**”), entendo por isso que ela abre um leque de encadeamentos possíveis, e não vários tipos de inferências ou deduções. Desejo o mais possível evitar estes termos.

Esta é a razão pela qual desisti, já faz alguns anos, de definir os *topoi* como garantia (**garant**) de inferências. Prefiro entender os *topoi* como fontes do discurso, e não como o terceiro termo, como a garantia que assegura e valida a passagem de uma idéia à outra idéia, de um argumento a uma conclusão. Esta é a visão do estado atual da teoria, pois no início da teoria dos *topoi* havia a tendência (uma tendência equivocada) de apresentar o *topos* como um princípio inferencial, o que aliás



corresponde ao sentido que Aristóteles dava ao termo *topos*.” (DUCROT, apud MOURA, 1998, p. 177, grifos do autor)

O noção de *topos* gera um problema para a TAL, já que para explicar o trajeto argumentativo do argumento para a conclusão, toma-se como base um *topos*, um princípio que não está na ordem do lingüístico. Dessa forma, relaciona-se a língua à realidade, noção que se distancia da tese da TAL de que a argumentação está inscrita na língua. Segundo Ducrot (2005), ao basear a argumentação numa relação com a realidade, isto é, em noções independentes da língua, ele e Anscombe estavam de certa forma renunciando ao princípio saussuriano segundo o qual só se estuda a língua a partir dela mesma. Diante dessa constatação, Ducrot dá um novo direcionamento à sua teoria, procurando explicar o sentido de uma entidade lingüística dentro da própria língua.

Esse novo direcionamento está relacionado ao abandono dos *topoi* como garantia do trajeto entre argumento e conclusão. No entanto, Ducrot continuará adotando a idéia de princípio argumentativo, agora, como fonte do discurso, e não mais como relação inferencial. Quando o autor admite que uma palavra é um *feixe de topoi*, reafirma que a significação é aberta, mas o sentido é determinado no discurso, pois há princípios discursivos evocados pelas palavras e estes permitem argumentações que vão ao encontro desses princípios ou são contrárias a eles. Dizer “*João é um gênio*”, por exemplo, pode apontar para várias conclusões: “*ele aprende com facilidade*”, “*ele se sai bem nas provas*”, “*ele resolve facilmente seus problemas.*” Por outro lado, dizer “*João é um pateta*” aponta para conclusões opostas: “*ele tem dificuldade de aprender*”, “*ele não se sai bem nas provas*”, “*ele não resolve seus problemas.*”

Acompanhando esse pensamento de Ducrot, Olímpio (2006), tratando, especificamente da relação entre nominalização, argumentação e polifonia, defende que, para tratar adequadamente a argumentação, é preciso admitir que o sujeito da enunciação fala sempre de um lugar comum argumentativo. E é a partir desse lugar comum argumentativo/discursivo que se constroem os enunciados (aí incluindo a

escolha de estruturas sintáticas, de unidades lexicais e de operadores argumentativos).

Embora abandone os *topoi* como garantia, a noção de gradualidade da língua é mantida, como também é mantida a noção de modificadores (objeto de interesse deste trabalho). Os autores defendem que as palavras possuem diferentes graus de argumentatividade e, por isso, adquirem maior ou menor força nos discursos. Por exemplo, *caos* tem uma força argumentativa maior do que *confusão*; o mesmo ocorre com *tragédia* em relação a *acidente*; com *pânico* em relação a *medo*; com *apavorado* em relação a *amedrontado*; com *refutar* em relação a *criticar*, com *estarecimento* em relação a *surpresa*, com *despençar em relação a cair*. Muitas vezes, essa diferença de gradualidade argumentativa é expressa mediante o uso de modificadores: expressões como *grandes perdas* possui maior força argumentativa do que *leve perda*; *uma significativa mudança* tem maior força do que *uma simples mudança*; *um avanço significativo* tem maior força do que *um avanço insignificante*; *um corte drástico*; tem maior força do que *um corte discreto*; *uma forte sensação* tem maior força do que *uma leve sensação*.

As noções tratadas até aqui, sobretudo as reformulações propostas na noção de *topos*, dão suporte ao estudo dos blocos semânticos, realizado em parceria com Marion Carel, e apontam para as idéias que a TAL pretende manter e para outras idéias complementares acerca do sentido de uma unidade lingüística, ratificando que o sentido de uma unidade não pode ser constituído pelas coisas ou fatos que ela denota, nem pelos pensamentos ou crenças que ela exprime, mas por encadeamentos discursivos que ela evoca.

### **2.3. A teoria dos blocos semânticos**

A Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), desenvolvida em colaboração com Marion Carel, a partir de 1992, ano da tese de doutorado da lingüista, é considerada a terceira fase da TAL. Nesse momento, como foi dito, suprime-se a noção de *topos*, presente na fase anterior, pois é abandonada a idéia de um princípio argumentativo ligando um argumento e uma conclusão. Além disso, Carel amplia outras noções

propostas por Ducrot no desenvolvimento de sua teoria, como a noção de enunciado, visto nesta fase como um encadeamento discursivo. O que Ducrot propunha ao estabelecer que o primeiro segmento de um enunciado não porta por si só uma informação completa, isto é, se não se conhece a conclusão, não é possível entender completamente o argumento, Carel parece formalizar com a noção de encadeamento e de interdependência semântica entre eles. Ducrot parece ter, de alguma forma, aberto caminho para as formulações de Carel.

Até essa fase da teoria, o encadeamento discursivo se constituía de um argumento e de uma conclusão unidos por um conector e regidos por um princípio argumentativo: o *topos*. Carel se contrapõe a essa visão. Para ela, o encadeamento é um todo formado pelo argumento e pela conclusão. Juntos, argumento e conclusão formam um bloco semântico e por isso não devem ter seu sentido descrito separadamente. Eles apresentam entre si uma interdependência semântica: o sentido do argumento determina o sentido da conclusão e o sentido da conclusão determina o sentido do argumento. Assim, os encadeamentos argumentativos são vistos como blocos constituídos de dois segmentos do discurso que mantêm entre si uma interdependência semântica.

Carel (1997) declara que “argumentar não é justificar” e que seu objetivo é combater duas teses: a primeira, de que a argumentação no discurso é um processo de demonstração; a segunda, de que sua marca lingüística preferencial é o emprego do conector *donc* ( *pois, portanto*). A autora entende que a dicotomia argumento/conclusão, concomitante com a idéia de raciocínio, não é semanticamente pertinente, pois a argumentação não se baseia nos fatos descritos pelo discurso, ou seja, na função descritiva da linguagem, já que a aproximação dos fatos nem sempre é sustentável. Carel retoma os morfemas *pouco* e *um pouco* para afirmar que a consideração dos fatos não permite compreender a oposição argumentativa perceptível entre ambos. Para demonstrar essa tese, apresenta, dentre outros, os seguintes exemplos:

(17). *Ele comeu pouco: ele não melhora (Estou inquieta).*

(18). *Ele comeu um pouco: Ele deve ficar bom (Estou feliz).*

Independente das relações com o mundo, observa-se que o fato descrito pelos dois encadeamentos é o mesmo, no entanto a idéia de *pouco* conduz a uma conclusão desfavorável e a idéia de *um pouco* leva a uma conclusão favorável. Fato aqui, como em momentos anteriores da teoria, entendido como uma certa representação da realidade, que pode ser considerada verdadeira ou falsa, que pode ser validada ou invalidada independentemente da conclusão a que ela leva. Sob o ponto de vista informativo, a língua pode apresentar os mesmos fatos de diferentes maneiras, mas sob o ponto de vista argumentativo, a língua não descreve o mesmo fato. É por isso que os dois argumentos (*Ele comeu pouco e Ele comeu um pouco*) conduzem a conclusões contrárias. De certa forma, foi a essa conclusão que chegaram os lingüistas adeptos da teoria da pressuposição. Em *Pedro comeu pouco*, tem-se, como pressuposto, que *ele comeu e*, como posto, que *a quantidade de alimento ingerida por ele era pequena*. Já em *Pedro comeu um pouco*, tem-se, como pressuposto, que *a quantidade de alimento ingerida por ele era pequena e*, como posto, que *ele comeu*. Do ponto de vista informativo, os dois argumentos podem estar descrevendo o mesmo fato, mas do ponto de vista argumentativo, não, e podem conduzir a conclusões contrárias. Os morfemas *pouco* e *um pouco* se opõem argumentativamente; é o próprio sentido de um argumento que requer uma ou outra conclusão.

Veremos, mais à frente, que Ducrot (1988), fora do quadro da pressuposição, dá a esses operadores um tratamento diferente, incluindo-os entre os modificadores, realizantes e desrealizantes, posição que será mantida na TBS.

Sob esse novo enfoque, argumentar consiste em ser coerente com regras ou princípios que, através de sua lexicalização, podem ser considerados lugares-comuns. Somente o encadeamento argumentativo é unidade de sentido. As duas partes de um encadeamento só fazem sentido se vistas em conjunto na argumentação, pois nada precede a argumentação. (CAREL,1997)

Carel e Ducrot (2005, p.165) afirmam que “só o discurso é doador de sentido”. A TBS considera como discursos doadores de sentido os encadeamentos argumentativos. Esses encadeamentos são entendidos como a seqüência de duas

proposições ligadas por um conector ao qual se dá a função de construir encadeamentos argumentativos.

Argumentar, então, para Carel (1997) consiste em convocar blocos semânticos cujo caráter argumentativo se dá em duas estruturas básicas, encadeamentos que podem incluir um conector do tipo geral de DONC (portanto) assim como um conector do tipo geral de POURTANT (no entanto). (FREITAS, p.142)

Na TBS, os encadeamentos argumentativos são constituídos por dois segmentos unidos por um conector : X conector Y. Admitem-se dois tipos de conectores: os *normativos* e os *transgressivos* e, em consequência, dois tipos de encadeamentos: os encadeamentos normativos e os encadeamentos transgressivos.

Os encadeamentos normativos apresentam conectores do tipo *PORTANTO* (doravante simbolizado por PT)<sup>12</sup> e os encadeamentos transgressivos apresentam conectores do tipo *NO ENTANTO* (doravante NE)<sup>13</sup>. Os conectores PT e NE são prototípicos e podem ser representados por outros de mesmo valor como *então*, *pois*, no caso de *portanto*; e *entretanto*, *embora*, *apesar de*, no caso de *no entanto*. Conforme Carel e Ducrot (2005, p. 14), “há, na língua, um grande número de formas que marcam tanto as relações normativas, quanto as transgressivas.” Note-se que não se trata de conectores no sentido específico, mas de uma relação semântica entre os segmentos, que se expressa por meio de encadeamentos normativos e transgressivos, expressos por conectores diversos.

Tanto os encadeamentos normativos quanto os transgressivos são constituídos de dois segmentos, cujo sentido é alcançado na relação de um segmento com o outro, isto é, o sentido do encadeamento resulta da relação de interdependência existente entre os dois segmentos. Esse fenômeno Carel e Ducrot (2005, p.18) chamam de interdependência semântica: “em um encadeamento do tipo “*isto portanto aquilo*”, o

<sup>12</sup> Na TBS, os encadeamentos normativos apresentam conectores do tipo de DONC, simbolizado por DC. Neste trabalho, optou-se por usar esses termos em português, daí o uso de PORTANTO, simbolizado por PT.

<sup>13</sup> Os conectores transgressivos na TBS são identificados pelo conector POURTANT, simbolizado por PT. Por opção nossa em usar o português, traduzimos esse conector (na verdade, um símbolo) por NO ENTANTO, (NE).

segmento *isto* se compreende em relação ao segmento *aquilo*; e o segmento *aquilo*, por sua vez, se compreende em relação ao segmento *isto*<sup>14</sup>. Em outras palavras, o segmento X só pode ser entendido na relação com o segmento Y; e o segmento Y só pode ser entendido na relação com o segmento X. O sentido do encadeamento só pode ser descrito no conjunto dos dois segmentos, de forma interdependente. O bloco semântico é então o sentido resultante da interdependência semântica entre os segmentos de um encadeamento argumentativo.

Para exemplificar a construção dos encadeamentos, toma-se por base o bloco semântico resultante da interdependência entre “*estabilidade de vendas*” e “*resistir à crise*”. Formam-se os encadeamentos:

(19) *Os shoppings registram estabilidade de vendas em relação ao mês passado, portanto resistem à crise.*

(20) *Os shoppings registram estabilidade de vendas em relação ao mês passado, no entanto neg- resistem à crise.. (neg representa negação)*

O aspecto normativo, em PORTANTO, seria a afirmação de uma regra; e o transgressivo, em NO ENTANTO, a exceção. Para Carel, (1997) a exceção faz parte da natureza da regra. O princípio, no entanto, é o mesmo.

Diferentes encadeamentos podem ser expressos a partir do bloco citado, alternando-se os conectores e fazendo o acréscimo da negação, como se vê abaixo:

BS<sub>1</sub><sup>15</sup>

1. Registram estabilidade de vendas PT mostram resistência à crise (X PT Y)
2. Registram estabilidade de vendas NE neg- mostram resistência à crise (X NE neg – Y) (neg representa negação)

<sup>14</sup> Esse trecho encontra-se na introdução do livro **La Semántica Argumentativa: Una Introducción a La Teoría de Los Bloques Semánticos**. Trata-se de uma tradução nossa.

<sup>15</sup> BS<sub>1</sub> significa Bloco Semântico 1, usado neste trabalho da mesma forma que nos textos de Ducrot constantes em **La semántica Argumentativa : Una Introducción a La Teoría de Los Bloques Semánticos**, 2005.

3. Neg -registram estabilidade de vendas PT neg-mostram resistência à crise (neg- X PT neg-Y)
4. Neg - registram estabilidade de vendas NE mostram resistência à crise.. ( neg- X NE Y)

Esses quatro aspectos formam um bloco semântico constituído da interdependência semântica entre “estabilidade de vendas” e “resistência à crise” como mencionado anteriormente. Agora, partindo de um contexto em que a estabilidade de vendas contraria uma tendência de aumento de vendas, que já vinha ocorrendo nos meses anteriores, tem-se um novo bloco:

BS<sub>2</sub>.

- 1' *Registram estabilidade de vendas PT neg-mostram resistência à crise.( X PT neg-Y)*
- 2' *Registram estabilidade de vendas NE mostram resistência à crise. ( X NE Y)*
- 3' *Neg-registram estabilidade de vendas PT mostram resistência à crise.(neg X PT Y)*
- 4' *Neg-registram estabilidade de vendas NE neg- mostram resistência à crise. (neg- X NE neg Y)*

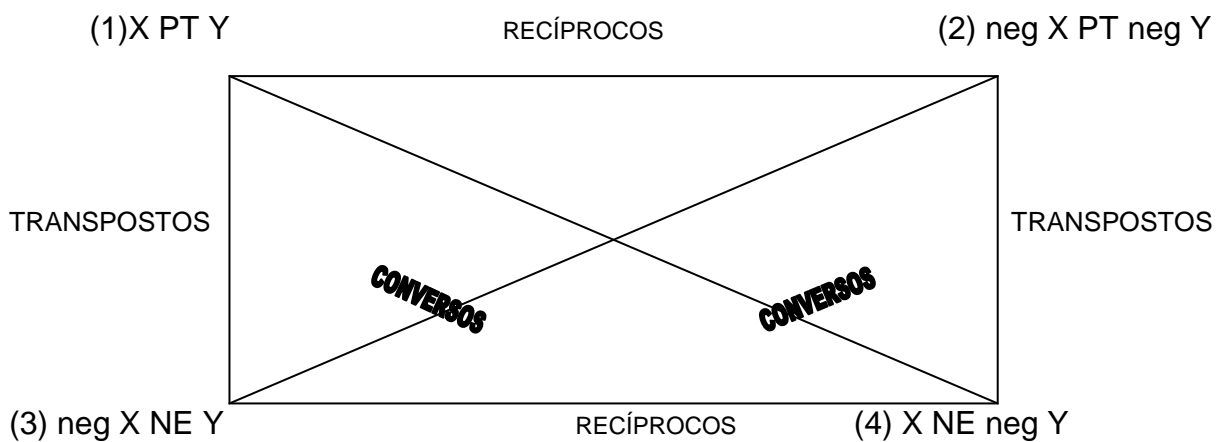
Como se pode notar, entre X (*estabilidade de vendas*) e Y (*resistência à crise*) é possível construir oito aspectos que se agrupam em dois blocos. No BS<sub>1</sub>, X e Y possuem o mesmo sentido. A estabilidade de vendas revela a *resistência à crise*. Porém, no BS<sub>2</sub>, a *estabilidade* revela a *desaceleração nas vendas*, o que provoca o não crescimento de lojas do shopping, por isso *estabilidade de vendas* e *resistência à crise* possuem sentidos diferentes dos observados no BS<sub>1</sub>. De qualquer modo, nos dois blocos, X e Y tem sentidos interdependentes.

Os aspectos pertencentes a cada bloco estabelecem entre si, relações discursivas denominadas conversas, recíprocas e transpostas. (Ducrot, 2005, p. 40.)

São *conversos* os encadeamentos X CON Y e X CON' neg Y, em que ocorre a troca de conectores e a negação do segundo segmento, no segundo encadeamento. São

*recíprocos* X CON Y e neg- X CON neg- Y, em que são mantidos os conectores e ambos os segmentos contidos no primeiro encadeamento são negados no segundo; são *transpostos* X CON Y e neg X CON' Y, em que há, no segundo encadeamento, alternância dos conectores e negação do primeiro segmento.

O esquema a seguir representa essas relações.



Esquema 4: Bloco Semântico 1  
Fonte: Carel e Ducrot, 2005

São *conversos*:

- (1) X PT Y e (4) X NE neg Y
- (2) neg X PT neg Y e (3) neg X NE neg Y

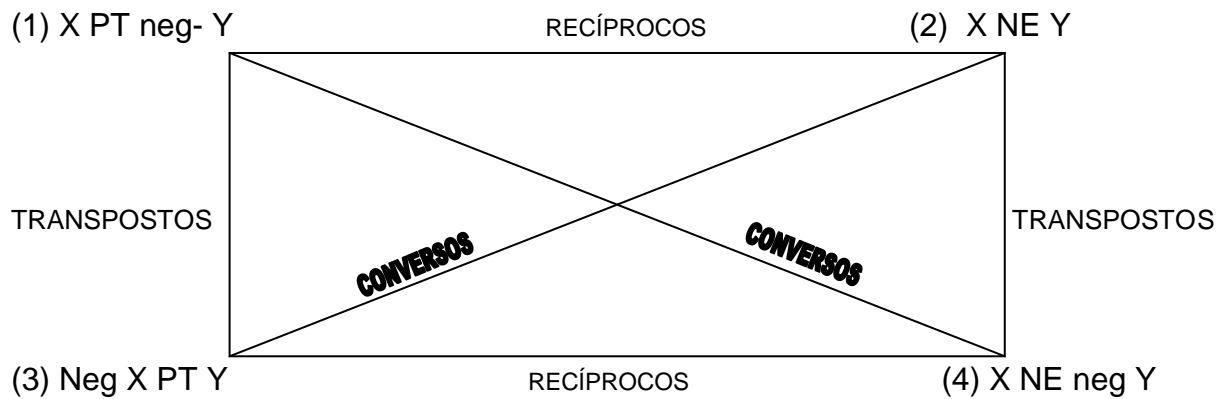
São *recíprocos*:

- (1) X PT Y e (2) neg X PT neg Y
- (3) neg X NE Y e (4) X NE neg Y

São *transpostos*:

- (1) X PT Y e (3) neg X NE Y
- (2) neg X PT neg Y e (4) X NE neg Y





Esquema 5: Bloco semântico 2  
 Fonte: Carel e Ducrot, 2005

São conversos:

- (1) X PT neg- Y e (4) X NE neg- Y.
- (2) X NE Y e (3) neg-X PT Y.

São recíprocos:

- (1) X PT neg- Y e (2) X NE Y.
- (3) Neg- X PT Y e (4) X NE neg- Y.

São transpostos:

- (1) X PT neg- Y e (3) Neg- X PT Y.
- (2) X NE Y e (4) X NE neg- Y.

### 2.3.1 Argumentação externa e argumentação interna

Os aspectos normativos e os transgressivos podem ser ligados a uma entidade lingüística de dois modos: externo e interno. A argumentação externa (AE) de uma entidade lingüística, segundo Carel e Ducrot (2005) são os encadeamentos cuja origem ou término é a própria entidade. Os autores tomam como exemplo a palavra *prudente* e dizem que a AE dessa palavra é constituída pelos encadeamentos que podem ser feitos a partir de *prudente* ou os que podem levar a essa palavra. A entidade é parte do encadeamento.

(21) *Pedro é prudente nos negócios, portanto fará investimentos seguros.*

(21') *Pedro é prudente nos negócios, no entanto não fará investimentos seguros.*

Como se observa, *prudente* é parte do encadeamento. Esta é, pois, a primeira propriedade da AE. A segunda propriedade, a mais importante para a teoria, consiste no fato de que, se na argumentação externa de uma palavra como *prudente*, encontra-se o aspecto *prudente portanto segurança* (21), encontrar-se-á também o aspecto *prudente no entanto neg segurança* (21'). Os aspectos pertencentes à AE vão sempre em pares: se um aspecto da AE é em *portanto*, nessa mesma AE haverá um aspecto em *no entanto + neg*. Ou o inverso, se aparece *no entanto*, aparecerá *portanto + neg*.

A argumentação externa de uma entidade lingüística pode ocorrer à direita ou à esquerda. A AE à direita é constituída pelos encadeamentos que sucedem a entidade **e**<sup>16</sup>. À esquerda, pelos encadeamentos que a precedem. Em outras palavras, a AE à direita de uma entidade **e** pode ser representada por **e CON X**, e à esquerda, por **X CON e**. Na AE à direita de *prudente*, encontra-se *prudente portanto segurança* e *prudente no entanto neg- segurança*. Os exemplos a seguir, representam a argumentação externa à esquerda de *prudente*:

(22) *Pedro tem medo de perder dinheiro, portanto é prudente nos negócios.*

(22') *Pedro não tem medo de perder dinheiro, no entanto é prudente nos negócios.*

A argumentação externa pode ser estrutural ou contextual. A AE é estrutural se faz parte da significação prevista na própria língua. É o caso de *prudente portanto segurança/ prudente no entanto neg- segurança*. Ambos os aspectos fazem parte da significação de *prudente* pelo fato de que *prudente* está vinculado a *segurança* por um *portanto* e a *não segurança* por um *no entanto*.

---

<sup>16</sup> **e** é a representação de entidade lingüística, conforme Carel e Ducrot apresentam na obra **La Semântica Argumentativa** – Uma Introducción a la Teoría dos Blocos Semánticos.

A AE é contextual quando é determinada pela situação de discurso. Numa situação, por exemplo, em que um economista deve conduzir os investimentos de alguém em ações, pode-se dizer: “*Esse economista é prudente demais, portanto tenho confiança nele*” ou “*Esse economista é prudente demais, no entanto não tenho confiança nele*”. Numa outra situação de discurso, em que um economista deve salvar uma empresa de uma quebra total, serão outras as relações argumentativas que entrarão em jogo. Nesse caso, não se pode dizer “*É prudente demais, portanto tenho confiança nele*”. Pode-se dizer quase o contrário, já que se espera que o economista seja ousado (sendo, de certa forma, imprudente) para salvar a empresa. Nessa situação de discurso, o que parece mais adequado dizer é : “*Ele é prudente demais, portanto não tenho confiança nele*” ou “*É prudente demais, no entanto tenho confiança nele.*” Observa-se, então, que a AE contextual depende da situação do discurso. Para distinguir uma AE estrutural de uma AE contextual, Carel e Ducrot (2005) apresentam o seguinte critério:

Se é contextual, a entidade **e** terá em sua AE **e CON X**, por exemplo, **prudente, portanto merece confiança**; é contextual também, se tiver, em outra situação, **e CON' X**, isto é, **prudente, no entanto merece confiança**, e igualmente, **e CON Neg-X**, ou seja, **prudente, portanto não merece confiança e prudente, no entanto não merece confiança.** (CAREL e DUCROT, 2005,p.64, grifos dos autores)

Enquanto as AE estruturais são estritamente determinadas pela língua, as AE contextuais dependem de cada situação de discurso. Evidentemente, o sentido de *prudente* e o sentido de *confiança* são diferentes nos dois contextos. No primeiro caso, *prudente* está associado à idéia de *ponderação*, na compra de ações; no segundo caso, *prudente* está associado à falta de *ousadia* para tomar iniciativas.

A argumentação interna (AI) de uma *entidade* é relativa a um certo número de aspectos aos quais pertencem os encadeamentos que parafraseiam a entidade, ou são muito próximos a ela, isto é, os encadeamentos parafrásticos dessa entidade são exatamente o que se entende por AI. Ducrot apresenta a AI de *prudente* a partir da idéia de que, *se alguém é prudente, então toma precauções diante do perigo*, como sendo *perigo portanto precaução*. Diferentemente da AE, a AI de uma entidade lingüística não contém a própria entidade como parte de um segmento. Outra diferença marcante entre a AI e a AE é o fato de não se encontrar na AI de

uma entidade aspectos conversos, ou seja, se se encontra na AI de uma entidade um aspecto X CON Y, não se encontrará, na mesma AI, o aspecto X CON' Neg- Y. Carel e Ducrot retomam o exemplo de prudente para explicar a AI de uma entidade lingüística:

“Retornemos ao exemplo de **prudente**. Em sua AI encontramos, segundo meu ponto de vista, **perigo PT precaução**, porém não encontramos **perigo NE neg- precaução**, já que **perigo NE neg- precaução** é a AI de outra palavra, a saber, **imprudente**. No caso de **inteligente** encontramos em sua AI **difícil NE compreende**, porém não encontramos **difícil PT não compreende**, que é a AI de **não inteligente** ou de **tonto**.” (CAREL e DUCROT, 2005, p.65, grifos do autor.)

Segundo os autores, a dicotomia estrutural e contextual também se aplica à AI. Uma AI é estrutural se faz parte da significação lingüística de uma entidade. A AI *perigo PT precaução*, citada acima por Ducrot, é estrutural, já que faz parte da definição que a palavra *prudente* possui na língua. Porém, se uma AI é produzida pela situação de discurso, é considerada uma AI contextual. O discurso oferece a possibilidade de atribuir a uma palavra significações que a língua não lhe atribui. Utiliza-se aqui mais um exemplo de Ducrot, para tornar clara a noção de AI contextual.

(23) *Suponha-se que o enunciado a seguir seja dito por um anarquista:  
Chamo “livre” aquele que faz o que a sociedade proíbe,*

Nesse enunciado, a palavra *livre* possui a seguinte AI: “*proibido PT faz*”. Esse não é certamente o sentido que a palavra *livre* tem na língua e sim o sentido que o anarquista, no seu discurso, dá a essa palavra. Trata-se, então, de uma AI que tem origem no discurso.

Dessa forma, Ducrot reforça a idéia de que a argumentação está inscrita no léxico. Isso significa que é mantida a idéia de que o sentido de uma unidade lingüística se dá por meio dos discursos evocados por ela ( sob a forma de AI ou AE) ou pelas modificações em outros discursos a que está associada.

### 2.3.2 Classificação semântica das palavras

Ducrot (2005, p.163) afirma que não se pode atribuir uma AI e uma AE a todas as palavras da língua. Somente as “*palavras plenas*”, que se caracterizam pelo fato de possuírem um conteúdo, possuem AI e AE. Contudo, o mesmo não ocorre com as “*palavras gramaticais*” que são caracterizadas por não designar nenhum elemento da realidade. As “*palavras gramaticais*” não podem ser associadas a nenhum conjunto específico de discursos, mas adquirem seu sentido na relação com outros discursos que estão diretamente ligados a elas.

As “*palavras gramaticais*” ou “*palavras instrumentais*” são divididas em três categorias: os *conectores*, os *articuladores* e os *operadores*. Os *conectores* articulam segmentos, que constituem os encadeamentos argumentativos (são análogos a *portanto* e *no entanto*). Os *articuladores*, por outro lado, não articulam segmentos, mas encadeamentos. Sua função é comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os seguem e que os precedem. O *mas* é um exemplo de articulador.

Finalmente os *operadores*, que os autores subdividem em duas subcategorias: os *internalizadores* e os *modificadores* (estes últimos são objeto da presente pesquisa). Ducrot define como operador uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X produz um sintagma XY, cujo sentido está constituído por aspectos que contêm as palavras plenas já presentes na AI e na AE de X. Isso significa que um operador não acrescenta sentido a X. A função do operador é combinar de um modo novo os constituintes semânticos de X. São exemplos de operadores as expressões *pouco*, *um pouco*, *muito*, certos empregos de *demais*, *fácil*, no sintagma *problema fácil*, etc.

Os internalizadores<sup>17</sup> são aqueles que evocam a idéia de que a AE de X se coloca no interior da AI de XY. Como exemplo, cita -se a expressão *em vão* no sintagma

---

<sup>17</sup> Essa categoria, no entanto, não se inclui no presente trabalho, centrado nos modificadores adjetivais.

*procurar em vão*. Ducrot defende a presença de *encontrar* na AE de *procurar*, pois quem procura tem a intenção de encontrar. Assim, a AE de *procurar* seria *procurar PT encontrar*. A AI de *procurar em vão* seria o aspecto transgressivo do encadeamento citado acima: *procurar NE neg- encontrar*. Vê-se então que a AE do termo *procurar* se internalizou na AI de *procurar em vão*. Dentro dos internalizadores, há os normativos, que apresentam o aspecto em PT; e os transgressivos, que apresentam o aspecto em NE.

Com respeito aos *modificadores*, Ducrot retoma, com ampliações e reinterpretações a noção já trabalhada dentro da teoria dos *topoi*, e a aplica à TBS. Nesta fase da teoria, uma palavra instrumental é chamada de *operador modificador* (Y), quando, associada a uma palavra X, forma o sintagma XY, cuja AI é constituída unicamente pelas palavras plenas contidas na AI de X. Desse modo, Y não introduz nenhum termo novo nos aspectos que constituem a AI de X; Y se limita a reorganizá-los através de uma nova combinação com os conectores e com a negação. É o caso, por exemplo, de palavras como *pouco*, no sintagma *pouco prudente*. A palavra funciona como uma negação atenuada e atribui a XY uma AI conversa à AI de X. O sintagma *pouco prudente* tem, portanto, a mesma AI de imprudente: *perigo PT neg-precaução*.

Um exemplo de modificador é a palavra *forte* no sintagma “*forte subida*” num enunciado como:

(24) *A forte subida do dólar assusta empresários.*

*Subida* pode ser parafraseada como “*ação de elevar-se*”. A AI de *subida* poderia ser parafraseada como “*elevação PT valorização*”. A palavra *forte*, nesse contexto, aumenta essa ação. Assim a AI de *forte subida* é a mesma de *subida*, mas reforçada. Nota-se que *forte* não afeta a AI de *subida*, mas a reforça, resultando no aumento da força argumentativa dessa palavra. Os *modificadores* que aumentam ou mantêm a força argumentativa de uma palavra são chamados *modificadores realizantes*. (como *forte*, acima).

Compare-se, agora, o exemplo seguinte:

(25) *O dólar teve uma ligeira queda.*

*Queda* pode ser parafraseada como “*deslocamento para baixo*” e sua AI poderia ser formulada como *posição acima NE deslocamento para baixo*. O adjetivo *ligeira* atenua a força argumentativa de *queda*. Assim, *ligeira queda* tem como AI *deslocamento para baixo, NE com pouca mudança de posição*.

São modificadores certos adjetivos em relação a substantivos e certos advérbios<sup>18</sup> em relação a verbos. Segundo Barbisan (2006, p.27) “ o modificador Y atua sobre a força argumentativa de X porque se considera que a argumentação contida no léxico é gradual”. Observe-se que os modificadores atuam sobre a gradualidade das palavras a que se ligam, aumentando ou diminuindo sua força argumentativa. E essa observação permite concluir que o aumento ou a diminuição da força argumentativa de uma palavra interfere nos discursos evocados por essa palavra e revelam a subjetividade do locutor.

É fácil constatar, no universo da atual crise financeira ( crise veiculada nos jornais) que certas expressões possuem um grau maior, se comparadas a outras.

(26) Maior força	X	Menor força
<i>uma discussão <b>acirrada</b></i>	X	<i>uma <b>mera</b> discussão</i>
<i>um avanço <b>expressivo</b></i>	X	<i>um avanço <b>inexpressivo</b></i>
<i><b>fortes</b> resíduos</i>	X	<i><b>eventuais</b> resíduos</i>
<i><b>acentuado</b> aumento</i>	X	<i><b>ligeiro</b> aumento</i>

Aliás, pode haver diferença de grau dentro da força argumentativa para mais e para menos. É o caso de:

<sup>18</sup> Neste trabalho prioriza-se a modificação da gradualidade das palavras nominais e isso se dá mediante o emprego de adjetivos. Por isso, nessa parte teórica, o papel dos modificadores adverbiais sobre os verbos será abordado de maneira muito resumida, embora seja preciso recorrer, na análise final, a essa categoria de modificadores.

(27) (Gradação para mais)

uma participação **fortíssima**

uma participação **muito forte**

uma participação **forte**

(Gradação para menos)

uma **pequena** participação

uma participação **muito pequena**

uma participação **pequeninha**

Numa escala argumentativa, o adjetivo *fortíssima* imprime ao substantivo *participação* um grau maior do que *muito forte*; *muito forte*, por sua vez, tem maior força do que *forte*. Aqui se poderia perguntar em que posição da escala ficaria o adjetivo *extraordinária*, acrescentado a *participação*. Ficaria na mesma posição de *fortíssima* ou numa posição acima?

As palavras que indicam o mais alto grau, como *extraordinária*, no exemplo acima, são consideradas por Negroni (1999) como *modificadores sobrerrealizantes*. Para a autora, além dos *modificadores realizantes e desrealizantes*, é preciso distinguir a classe dos *sobrerrealizantes*, que auxiliam na expressão do mais alto grau de um predicado (nomes e verbos).

Numa gradação para menos, *pequena* atenua a força argumentativa de *participação*; *muito pequena* imprime ao mesmo substantivo um grau maior de atenuação; na mesma linha, *pequeninha* atenua mais ainda esse valor argumentativo, situando a construção nominal num nível ainda mais baixo. Como se fez acima, seria o caso de se perguntar: qual o grau de atenuação que o adjetivo *mínima*, acrescentado a *participação*, imporia à construção nominal?

Seria o caso de um modificador *sobredesrealizante*, como defendem alguns autores? De qualquer modo, no presente trabalho, não se vai distinguir essas categorias (*sobrerrealizantes* e *sobredesrealizantes*), simplesmente, para não tirar o foco da questão central.

Vale ressaltar que Ducrot enfatiza sempre que é estruturalista, o que traz como consequência a busca pelo sentido dos discursos voltada para a interpretação dos enunciados e das relações entre os segmentos destes, isto é, entre os encadeamentos evocados por estes. Como o discurso é definido como um conjunto de enunciados, deve-se considerar também as relações entre enunciados para se



alcançar o sentido do discurso. Sentido que é perpassado pela enunciação, pela forma como o locutor se posiciona em relação aos enunciadores, assimilando-os ou tomando atitudes de aceitação ou de rejeição aos pontos de vista que se entrecruzam no discurso. Dessa forma, faz-se um breve esboço de como a polifonia é tratada sob a ótica da TBS, a fim de esclarecer o aporte teórico utilizado na análise proposta neste trabalho.

### 2.3.3. A polifonia sob a ótica da TBS

Se o objetivo central dessa pesquisa é analisar a atuação de certos itens lexicais (adjetivos e expressões adjetivais) no aumento ou na diminuição da força argumentativa de certos predicados e, conseqüentemente, na orientação argumentativa do discurso, faz-se importante observar como a polifonia é tratada sob a ótica da TBS.

Nos últimos anos, sobretudo dentro do quadro da TBS, as pesquisas em Semântica Argumentativa têm-se voltado para questões novas, deixando fora desse foco a questão da polifonia, o que não quer dizer que o tema tenha sido abandonado. Teve-se acesso a um trabalho de Oswald Ducrot e Marion Carel (2008) no qual eles se propõem a distinguir o modo como o locutor assimila os enunciadores a determinados personagens do discurso, bem como as atitudes do locutor frente aos enunciadores. Além disso, os autores se propõem a mostrar as modificações trazidas pela TBS à análise polifônica da negação e o efeito da negação sobre a pressuposição. Esse efeito não será abordado neste trabalho, por não ser esse o foco da pesquisa.

Segundo Ducrot e Carel (2008, p.7), a TBS reafirma que o locutor pode se relacionar com os enunciadores de duas maneiras: assimila-os a personagens do discurso e toma atitudes em relação a eles. A assimilação, conceito não desenvolvido na polifonia de 1988, é retomada, nesta terceira fase da TAL, e consiste na atribuição de um ponto de vista (um enunciador) a seres determinados ou, com maior freqüência, a seres indeterminados. Sabe-se que uma descrição propriamente

lingüística não pode dizer a que pessoas se referem as assimilações e as atitudes manifestadas no enunciado, já que essas informações são de ordem extralingüística. Entretanto, a TBS mantém a concepção instrucional da significação, segundo a qual a frase coloca exigências, limites e restrições para construir as assimilações e atitudes manifestadas no enunciado (Ducrot e Carel, 2008, p.7). Para entender melhor como se dá a assimilação dos enunciadores a personagens do discurso, parte-se dos seguintes exemplos:

*(28) Eu me sinto temeroso diante da atual crise financeira.*

*(29) Segundo analistas, eu devo me sentir temeroso diante da atual crise financeira.*

Em (28), a assimilação é feita a um ser determinado: aquele que produz o enunciado é a origem do ponto de vista. Contudo, em (29), o posicionamento é atribuído aos analistas, resultando em sentidos diferentes para o termo: (28) expressa um temor visto a partir de si mesmo e (29) um temor visto de um modo externo a si; o temor que o locutor visa fazer admitir é aquele recomendado por analistas financeiros. Nos dois casos a assimilação é feita a alguém preciso. Entretanto o mais importante não é a identidade desses seres: em (28), a individualidade do eu; em (29), a identidade dos analistas. O mais importante é a função desses enunciadores. Em (28), descreve-se a enunciação como visando dar a conhecer ao interlocutor um temor visto pelo “eu” que o sente. Esse não é, portanto, o temor visto em (29). Aqui, o temor é visto pelos analistas, um ponto de vista exterior.

A assimilação pode dar-se a seres indeterminados, como nestes exemplos:

*(30) Segundo fontes confiáveis, o momento é desfavorável a empréstimos.*

*(31) Parece que o momento é desfavorável a empréstimos.*

Em ambos os casos acima, o locutor não assimila os enunciadores a seres determinados. Em (30), não se sabe, ou não se quer dizer, quem são as fontes confiáveis. Em (31), a indeterminação é mais evidente com o uso da forma *parece que p.*

A tomada de atitudes frente aos enunciadores é a segunda forma de relação entre o locutor e os enunciadores. Observam-se, nessa relação, três possíveis atitudes tomadas pelo locutor: assumir um ponto de vista, concordar com ele ou opor-se a ele. Sobre essas atitudes, os autores esclarecem:

Assumir um enunciador é dar como fim à enunciação impor o ponto de vista desse enunciador [...]. Dar concordância ao enunciador, como é geralmente o caso quando o enunciador é a fonte de um pressuposto, é proibir e se proibir, no resto do discurso, contestar o ponto de vista desse enunciador [...]. Enfim, opor-se ao enunciador de um ponto de vista – como faz o locutor de um enunciado negativo em relação ao que seria dito no enunciado positivo correspondente – é descrever a enunciação como proibindo, no discurso ulterior, assumir ou dar sua concordância a esse enunciador. (DUCROT e CAREL, 2008, p. 8)

Assumir um ponto de vista é, pois, impor ao enunciado e/ou ao discurso o ponto de vista desse enunciador. É o caso de *“eu me sinto temeroso diante da atual crise financeira”*, em que se dá a si a origem de estar temeroso e impõe esse ponto de vista no enunciado. A concordância resulta em não poder contestar esse enunciador, apesar de não ser esse o ponto de vista imposto pelo locutor. É o caso da pressuposição, mantida nesta fase da pesquisa dos autores (2008), apenas para os casos de nominalizações definidas. Por último, a oposição se dá quando um ponto de vista de um enunciador é negado no discurso. Num enunciado negativo como: *“O momento não é bom”*, o locutor se opõe a um enunciador que afirma *ser o momento bom*.

Duas ações do locutor não podem ser confundidas: o assimilar e o assumir. A assimilação não é, como pode parecer, condição necessária para o assumir. O locutor pode assumir um enunciador e não se assimilar a ele. Essas atitudes acontecem de forma independente. É o caso de *“Parece que o momento é desfavorável a empréstimos”* em que o locutor não se assimila ao ponto de vista de que é desfavorável fazer empréstimos, mas impõe esse ponto de vista de um enunciador indeterminado e o propõe como ponto de vista da personagem à qual o enunciador é assimilado.

Além de não ser necessária para o assumir, a assimilação não basta, já que pode ser feita sem o assumir. Segundo Ducrot e Carel (Op. cit, p.8) é de grande

importância distinguir as funções do locutor: tomar atitudes frente aos enunciadores e assimilá-los a personagens, pois essa distinção permite precisar qual é a relação estabelecida entre eles. Relação que não é de natureza implicativa, nem se exprime por proposições condicionais como: se o locutor opera tal tipo de assimilação, ele deve tomar tal tipo de atitude. Assumir um enunciador E é dar à enunciação a tarefa de impor o ponto de vista desse enunciador. E esse ponto de vista – imposto no assumir ou mantido na concordância – deve ser definido, considerando a assimilação da qual ele é objeto.

No enunciado (30) , “*Segundo fontes confiáveis, o momento é desfavorável a empréstimos*”, o locutor assume o enunciador “*fontes confiáveis*” e impõe seu ponto de vista - a falta de condições propícias à realização de empréstimos no momento. Mas a idéia não é só imposta. O locutor do enunciado em questão não afirma essa falta de condições de empréstimos, mas a falta de condições para se fazer empréstimos, conforme o julgamento feito pelas fontes confiáveis.

A determinação dessas atitudes do locutor frente aos enunciadores traz como conseqüência a extinção da atitude de *identificação* do locutor com enunciadores, discutida na segunda fase da teoria. Com o desenvolvimento da assimilação, o conceito de identificação tornou-se ambíguo, pois esse conceito conciliava assimilar e assumir.

A TBS reafirma a idéia saussuriana de que o significado não consiste em coisas ou propriedade das coisas, nem em conceitos ou representações mentais. O significado, segundo Ducrot e Carel (2008, p.9), se baseia nas relações entre signos e essas relações são o que os autores chamam de encadeamentos argumentativos ou, ainda, argumentações.

Uma argumentação é, pois, definida como uma seqüência de dois enunciados ligados por um conector; um suporte, o antecedente, e um aporte, o conseqüente. O suporte e o aporte não se definem pela posição geográfica nos enunciados, mas por sua função no encadeamento. Para a TBS, como dito anteriormente, há dois tipos de encadeamentos, os normativos e os transgressivos. O significado de uma

expressão está associado às diferentes argumentações que são evocadas a partir de seu emprego.

Note-se que o sentido é um encadeamento argumentativo. É o enunciador que introduz esses encadeamentos no universo do discurso. É ele a “fonte desses encadeamentos” (DUCROT e CAREL, 2008, p.10).

A TBS considera, para a descrição polifônica, os conceitos de argumentação externa e de argumentação interna (AE e AI). Como visto na seção anterior, as argumentações externas (AE) são encadeamentos, nos quais a expressão está presente num dos segmentos. Se a expressão é suporte, a AE se dá à direita. Se é aporte, à esquerda. Faz-se relevante lembrar que as argumentações externas são pares. É fundamental, para a teoria, que uma expressão ou uma frase, consideradas como entidades lingüísticas (e), não possam evocar, como seu segmento anterior ou posterior, um encadeamento normativo, sem evocar, ao mesmo tempo, o encadeamento transgressivo correspondente. Os dois encadeamentos estão igualmente inscritos na frase realizada pelo enunciado, o que impede de apresentar o último como justificativa para uma conclusão. Na AE, norma e transgressão evocam-se simultaneamente, pelo menos como possibilidades sugeridas pela língua. Como estratégia explicativa neste trabalho, recorre-se a mais exemplos dos autores:

*AE à direita:*

(32) *João foi prudente, portanto não sofreu um acidente. (normativo)*

(32') *João foi prudente, no entanto sofreu um acidente. (transgressivo)*

*AE à esquerda:*

(33) *João foi prevenido do perigo, portanto foi prudente. (normativo)*

(33') *João foi prevenido do perigo, no entanto não foi prudente. (transgressivo)*

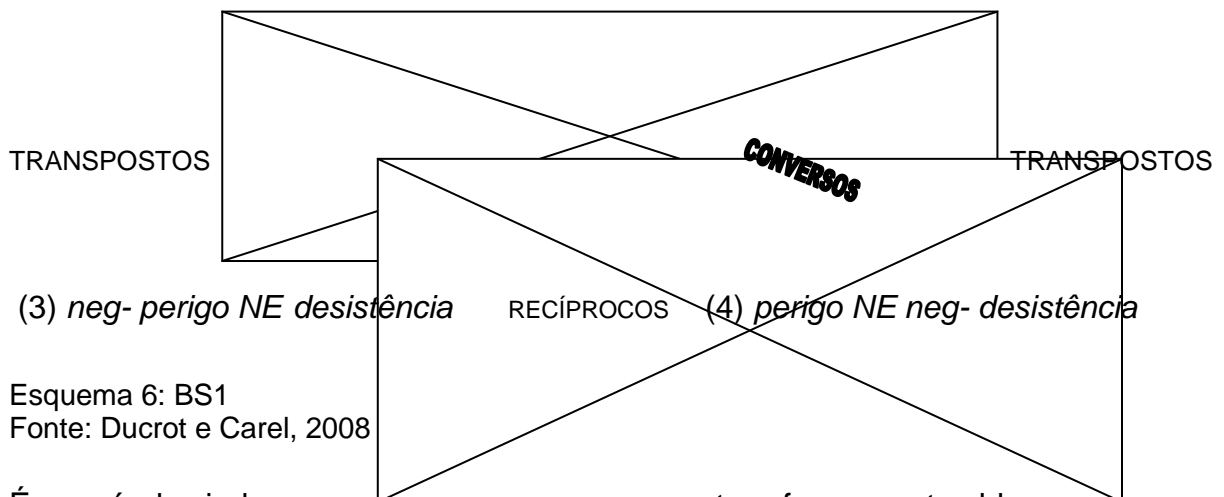
As argumentações internas (AI) de uma expressão são encadeamentos que a parafraseiam e são agrupadas em aspectos. Segundo Ducrot e Carel, dentre as argumentações internas de *prudente*, nas quais o suporte indica *perigo* e o aporte, *precaução* cita-se, por convenção, o aspecto “*perigo portanto precaução*”.

É necessário, ainda, classificar os aspectos. Para isso, parte-se do seguinte exemplo:

(34) *A situação é de perigo, daí a sua desistência de fazer aplicações na bolsa de valores.*

Tomando *perigo* como suporte e *desistência* como aporte, é possível construir um quadrado argumentativo resultante da interdependência semântica entre essas entidades lingüísticas. Trata-se de um *perigo* que provoca *desistência*.

(1) *perigo PT desistência* RECÍPROCOS (2) *neg-perigo PT neg-desistência*



Esquema 6: BS1  
Fonte: Ducrot e Carel, 2008

É possível, ainda, com esses mesmos segmentos, formar outro bloco em que o *perigo* aponta para a *não desistência*. Nesse caso, o *perigo* serve de estímulo para a ação, o que resulta num bloco semântico contrário ao BS1. Veja-se:

(1) *perigo PT neg-desistência* RECÍPROCOS (2) *neg-perigo PT desistência*



Esquema 7: BS2  
Fonte: Ducrot e Carel, 2008.

O esquema acima poderia ser exemplificado pelos enunciados seguintes:

1. *A aplicação na bolsa oferece perigo, portanto não desista de manter um pouco do seu dinheiro na poupança.*
2. *A aplicação na bolsa não oferece perigo, portanto desista de manter um pouco do seu dinheiro na poupança.*
3. *A aplicação na bolsa não oferece, mo entanto não desista de manter um pouco de seu dinheiro na poupança.*
4. *A aplicação na bolsa oferece perigo, no entanto desista de manter um pouco de seu dinheiro na poupança.*

É por meio do quadrado argumentativo que a TBS vai explicar a AI de um enunciado negativo como “*João não foi prudente*” ou “*João foi imprudente*”. Numa análise polifônica de um enunciado negativo é preciso considerar que ele faz alusão ao seu correspondente positivo. Assim, em “*João não foi prudente*” tem-se E1 *João foi prudente* e E2 *João não foi prudente*. O locutor se opõe ao enunciador positivo e assume o enunciador negativo. Como, na AI de *prudente*, há o aspecto *perigo portanto desistir*, o que é assumido pelo locutor é o aspecto converso transgressivo *perigo no entanto não desistir*, aspectos do mesmo bloco semântico. Sobre isso, Delanoy (2008) afirma:

“Pode ser estranha a afirmação de que *perigo portanto desistir* e *perigo no entanto não desistir* têm o mesmo sentido, mas é justamente a relação norma/ transgressão que garante um sentido único ao bloco: trata-se de um perigo que conduz à desistência. A distinção está no aspecto afirmado pelo locutor: a norma ou a transgressão.” (p.44)

Para se descrever um enunciado negativo é preciso, ainda, verificar as atitudes do locutor em relação aos enunciadores. Visto dessa maneira, um enunciado negativo pode apresentar enunciadores que evocam aspectos diferentes de um mesmo bloco semântico ou de blocos semânticos contrários. Para um maior entendimento do que foi dito, recorre-se a mais um exemplo dos autores:

(35) *João não é prudente, portanto não está seguro.*

Para a TBS, como foi dito, um enunciado negativo faz sempre alusão a um enunciado positivo correspondente. Ducrot e Carel (2008, p.15) justificam essa alusão por meio de anáforas feitas após um enunciado negativo. Observa-se essa justificativa nos seguintes exemplos citados pelos lingüistas:

(36) *João não foi prudente, no entanto ele tinha me prometido isso.*

(36') *João não foi prudente e eu o censurei por isso.*

Em (36), observa-se que o anafórico *isso* remete a *ser prudente*, ou seja, a um enunciador positivo. Em (36'), a anáfora remete a *não ter sido prudente*, que é o ponto de vista do enunciador negativo. Essas observações levam à conclusão de que em *João não foi prudente* há uma alusão ao enunciado positivo.

Os lingüistas reafirmam que a polifonia só pode ser observada nas enunciações. Entretanto é, na frase, que estão as indicações que permitem a construção do sentido polifônico do enunciado. Para a descrição de um enunciado negativo, os autores propõem antes a descrição da frase que resulta no enunciado positivo. Ao descrever o exemplo "*João não foi prudente*", tem-se que descrever, primeiramente, o enunciado positivo correspondente, isto é, *João foi prudente*.

Nessa descrição, é preciso levantar os aspectos correspondentes às argumentações externas ( à direita e á esquerda) e à argumentação interna. Na AE, à direita, serão colocados dois aspetos conversos e seus encadeamentos:

(AE à direita 1): *prudência PT segurança= João foi prudente, portanto saiu em segurança.*

(AE à direita 2): *prudência NE neg- segurança= João foi prudente, no entanto não saiu em segurança.*

Na AE á esquerda, também serão colocados dois aspectos, agora, os transpostos e seus encadeamentos:



*(AE à esquerda 1): ser prevenido PT ser prudente = João tinha sido prevenido, portanto foi prudente.*

*(AE à esquerda 2): neg- ser prevenido NE ser prudente= João não foi prevenido, no entanto foi prudente.*

A AI não se dá em pares. No caso desse enunciado, propõe-se:

*(AI): perigo PT precaução*

Após o levantamento da AE e da AI, é preciso determinar os enunciadores positivos. São eles:

E1= expressa um dos dois aspectos da AE à direita e evoca o encadeamento correspondente.

E2= expressa um dos aspectos da AE à esquerda e evoca o encadeamento correspondente.

E3= expressa o aspecto da AI e evoca o encadeamento que representa esse aspecto.

Após a descrição do enunciado positivo, é possível descrever o negativo, “*João não foi prudente.*” Por fazer alusão ao enunciado positivo, no negativo, são mantidos os enunciadores E1, E2 e E3 do enunciado positivo. Além desses, são acrescentados outros três:

*E1': evoca o aspecto recíproco de E1 e evoca o encadeamento correspondente: neg- ser prudente PT neg- estar seguro = João não foi prudente, portanto não saiu em segurança..*

*E2': evoca o aspecto recíproco de E2 e evoca o encadeamento correspondente: neg- ser prevenido PT neg- ser prudente = João não foi prevenido, portanto não foi prudente.*

*E3': evoca o aspecto converso de E3: perigo PT neg- precaução e o encadeamento que lhe é correspondente.*

É preciso ainda descrever as atitudes do locutor frente aos enunciadores. O locutor recusa os pontos de vista de E1, E2 e E3 e assume os enunciadores negativos E1', E2' e E3', ou, ao menos, concorda com eles.

É preciso reiterar que somente a análise de um enunciado ou de um discurso permite descrever a enunciação e as atitudes do locutor frente aos enunciadores, o que é constituinte do sentido do discurso.

Conforme os autores da TBS, os estudos sobre polifonia estão ainda incompletos e são necessárias novas pesquisas que utilizem esses conceitos em discursos reais, que evidenciem a linguagem em uso. Segundo Ducrot e Carel (2008, p.18). “a determinação das significações lingüísticas só é, portanto, possível pela consideração sistemática do discurso; é no discurso que estão situados os encadeamentos argumentativos que a língua reúne nas suas significações.”

### 3. DA TEORIA À PRÁTICA: UMA ANÁLISE POSSÍVEL

#### 3.1 Metodologia

Esta pesquisa adota o postulado ducrotiano de que a linguagem é essencialmente argumentativa. Dessa forma, rejeita a visão de argumentação como uma relação da linguagem com idéias ou com fatos. A Argumentação é vista nas relações entre entidades lingüísticas. É por meio de diretrizes inscritas no léxico e da organização deste no discurso que se chega ao sentido dos enunciados, constituído pelos discursos que o enunciado evoca, isto é, constituído por encadeamentos argumentativos.

Para a realização desta pesquisa foi selecionado um texto do gênero reportagem, extraído do jornal *Folha de São Paulo*, visando à análise do uso dos adjetivos “modificadores” na construção do sentido desse discurso, tomado aqui, na visão de discurso de Ducrot (1984) e de seus colaboradores, como uma unidade constituída pelo encadeamento de enunciados, formado por meio de relações semânticas. Ressalta-se que, para Ducrot, o discurso situa-se no nível complexo das relações lingüísticas e pertence ao âmbito das entidades concretas, o que permite, pois ser observável.

Destaca-se que o objetivo desse estudo é estender conceitos da Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot e colaboradores (propostos, dentro da teoria, para descrever frases e enunciados), de modo a que dêem conta da descrição do sentido de unidades complexas como o discurso. Tal deslocamento parece não ferir o pensamento teórico de Ducrot.

A Teoria que serve de base para as análises aqui realizadas é a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), sobretudo a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS),

terceira versão da TAL. Para Carel (2005, p.165), “só o discurso é doador de sentido”. Assim, para sistematizar o cálculo do sentido no discurso é preciso tomar os discursos como “encadeamentos argumentativos”. Esses encadeamentos são constituídos pela seqüência de duas proposições unidas por um conector do tipo de PORTANTO (PT) ou de NO ENTANTO (NE), normativo e transgressivo, respectivamente. Ressalta-se, porém, que uma dessas proposições (ou segmentos) pode não estar explícita no discurso.

O discurso selecionado para ser analisado neste trabalho é argumentativo e, por isso, é orientado por um aspecto normativo em PT ou transgressivo em NE. Vale ressaltar que, neste estudo, o sentido do *discurso* é descrito mediante a descrição do sentido dos enunciados que o compõem. Estes, por sua vez, são interpretados mediante as diretivas constantes na significação aberta das frases. Assim, e de acordo com o que postula a Semântica Argumentativa, usa-se, neste trabalho, o termo *significação* para fazer referência ao valor semântico das unidades abstratas, ou seja, para fazer referência ao valor semântico da frase e do texto; e o termo *sentido*, para fazer referência ao valor semântico dos enunciados e dos discursos, entidades concretas.

O trabalho prioriza a análise de expressões que atuam sobre as argumentações internas das palavras a que se associam. Dessa forma, alguns advérbios também serão analisados na medida em que, tal como os adjetivos, atuam como operadores argumentativos, mais precisamente como modificadores que reforçam ou atenuam a gradualidade dos verbos. Para isso serão aplicadas as noções de modificadores abordadas, primeiramente, na Teoria dos *Topoi* e, posteriormente, na TBS.

Trata-se, pois, de uma pesquisa qualitativa que visa a uma busca desses itens lexicais no texto e, em seqüência, à análise destes na construção dos sentidos do discurso como um todo. Como se trata de uma análise discursiva, não se pode deixar de observar as atitudes do locutor frente aos enunciadores que ele põe em cena.

A análise aqui realizada será feita de acordo com o seguinte roteiro e sob o enfoque da TBS:

- 1) Segmentar o discurso em encadeamentos.
- 2) Identificar os enunciadores postos em cena pelo locutor.
- 3) Identificar as atitudes do locutor frente a esses enunciadores.
- 4) Levantar, quando necessário, as argumentações internas ao léxico.
- 5) Levantar, quando necessário, o bloco semântico que constitui o encadeamento.
- 6) Verificar a presença de modificadores nos enunciados.
- 7) Identificar a atuação desses modificadores na orientação argumentativa do discurso.

A numeração desses critérios não significa ordenação dos procedimentos adotados. Além disso, dependendo dos enunciados a serem analisados, poder-se-á ter a ampliação desses itens; no entanto, espera-se que esses procedimentos possibilitem o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa.

### **3.2 Análise de uma reportagem (ou aplicação da teoria)**

Busca-se aqui aplicar os construtos teóricos abordados neste trabalho, isto é, os princípios defendidos pela Teoria da Argumentação na Língua (TAL), mais precisamente, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Para isso, toma-se como objeto de estudo, esta reportagem publicada no jornal *Folha de São Paulo*, de 01 de outubro de 2008. O discurso situa o Brasil no contexto da recente crise financeira mundial. Ei-lo na íntegra:

## **Crédito Seca Até para as grandes empresas**

*Presidente do Bradesco diz a analistas que recomenda cliente esperar taxa melhor*

*Mercado de crédito praticamente secou desde a segunda, e taxas subiram a patamares proibitivos até para as grandes empresas.*

Diante de um cenário de incertezas, o crédito praticamente secou até para as grandes empresas nesta semana no Brasil. Nas consultas para tomar dinheiro emprestado ontem e anteontem, as taxas pedidas foram consideradas irreais, com valores que passaram dos 110% do CDI, e apenas para prazos de menos de 180 dias.

Anteontem, segundo fontes ouvidas pela Folha, o mercado de crédito viveu uma espécie de “feriado” em que nenhuma operação importante foi fechada. O pouco dinheiro emprestado foi de curtíssimo prazo e com taxas proibitivas, que chegaram a inéditos 120% do CDI.

O CDI é a taxa de empréstimo entre os bancos. Desde janeiro, quando BC criou o compulsório para as empresas de leasing, as taxas de captação começaram a subir muito acima do CDI. Na semana passada, em meio à crise de liquidez, os bancos menores captavam com taxas de até 107% do CDI.

O presidente do Bradesco, Márcio Cypriano, afirmou ontem, durante reunião com analistas, que o banco está recomendando aos clientes operações de no máximo 180 dias, pois acredita que, após esse período, as taxas serão melhores.

Para Luís Miguel Santacreu, analista da Austin Ratings, a seca do crédito não significa que os bancos não tenham dinheiro para emprestar, mas que preferem priorizar o próprio caixa num momento em que a liquidez passou a ser um ativo escasso e caro. “Não é todo o crédito que está disponível para as empresas. Os juros estão muito altos, mas é momentâneo. Se virar regra [a flexibilização do] compulsório fracassou. Quem paga isso são as empresas menores que estão sem oxigênio no capital de giro.”

O BNDES disse estar atento à escassez de crédito no país e estuda ampliar as linhas para as empresas, especialmente as exportadoras. Mas disse que também teve de elevar os custos de algumas dessas linhas, substituindo a TJLP pelo IPCA e cesta de moedas.

De acordo com Alfredo Moraes, presidente da Andima, a situação melhorou ontem quando as taxas recuaram na BM&F. Moraes afirma que os bancos trabalhavam ontem com médias que vão de 104% a 105% do CDI. “Quando tem esse estresse, as taxas oscilam muito. Assusta, e você não consegue captar mais. Na área de crédito, fica todo mundo com a barba de molho. [Segunda] foi um dia de reflexão, em que as pessoas param para ver e fazer um novo julgamento”, disse.

Para os bancos pequenos a situação continua crítica, mesmo com a entrada em vigor anteontem da flexibilização dos depósitos compulsórios.

Segundo Roberto Troster, da Integral Trust, a medida não foi suficiente para resolver os problemas de caixa dos pequenos. Para Troster, se a crise persistir, o BC terá de baixar mais os compulsórios e mexer nas linhas de redesconto. “Os bancos grandes também estão com liquidez reduzida, mas a situação está mais difícil para os pequenos. O BC fez muito pouco, foi muito tímido, em relação ao que tem de ser feito. Precisa dar um sinal forte e claro de que a gente não vai ter problema de liquidez. E ele não está dando esse sinal.”

Ontem, o banco Dacoval informou que o fundo Tarpon elevou de 16,86% para 21,89% a sua participação nas ações PN. O fundo segue minoritário e sem assento no conselho.

De acordo com o Deutsche Bank, os bancos brasileiros também podem enfrentar uma deterioração de ativos e uma alta nos custos de financiamentos. “O sentimento em relação ao setor se deteriorou, e os efeitos indiretos podem gerar pressões adicionais para um ambiente já difícil no Brasil”, afirmou o analista Mário Pyerry, em relatório.

“Entre os principais riscos estão a deterioração da qualidade dos ativos, a alta nos custos de financiamento, o acirramento da concorrência, o aumento da interferência governamental e um crescimento econômico mais lento”, disse Pierry.

Para Milena Zanonini, analista da agência de risco Stand & Poor’s, os bancos pequenos sempre tiveram uma vulnerabilidade de acesso a funding”, disse.

A título de ilustração, neste ponto do trabalho, fez-se um levantamento, sem preocupação de exaustividade, elencando os *modificadores realizantes* e *desrealizantes* considerados mais importantes para a estruturação argumentativa da reportagem. Estes vêm acompanhados das respectivas construções nominais a que se agregam, as quais serão retomadas na análise discursiva feita posteriormente. Antes, porém, retoma-se o conceito de modificador proposto pela Teoria dos Blocos Semânticos.

Para a TBS, uma palavra (Y) é modificador em relação a uma palavra (X), se a AI do sintagma XY for constituída apenas pelas palavras plenas que compõe a AI de X. O modificador Y reorganiza os aspectos contidos na AI de X, através de uma nova combinação com os conectores PORTANTO (PT) ou NO ENTANTO (NE) e com a negação.

Considerando que, na TBS, o valor argumentativo de uma palavra consiste nos discursos normativos ou transgressivos que essa palavra evoca, um operador tem o papel de reorganizar a argumentação de uma palavra através de uma nova combinação com os conectores e com a negação (CAREL e DUCROT, 2005). Essa nova combinação parece interferir nos discursos evocados por essa palavra à medida que aponta para uma maior interdependência semântica entre as proposições de um encadeamento, propiciada pela presença do modificador. Os modificadores que reforçam a argumentação de uma palavra são chamados de *realizantes*. Os que atenuam essa argumentação são chamados de *desrealizantes*. Note-se que, no esquema abaixo os modificadores, **realizantes e desrealizantes** serão marcados em negrito.

<b>Modificadores realizantes</b>	<b>Modificadores desrealizantes</b>
<b>grandes</b> empresas	<b>pouco</b> dinheiro
taxas pedidas <b>irreais</b>	empresas <b>menores</b>
valores ( das taxas) <b>que passaram dos 110% do CDI</b>	bancos <b>pequenos</b>
juros <b>altos</b>	ativo <b>escasso</b>
bancos <b>grandes</b>	liquidez <b>reduzida</b>
operação <b>importante</b>	prazo <b>curtíssimo</b>
sinal <b>forte e claro</b>	prazo <b>de menos de 180 dias</b>
	crescimento econômico <b>mais lento</b>

Esquema 8: Classificação dos modificadores  
Fonte: Elaborado pelo autor

Na formas anteriores da TAL, a orientação argumentativa era observada na relação entre argumento e conclusão. O argumento justificava a conclusão, por meio de *topoi* previstos na língua. Na TBS, a orientação argumentativa é observada na interdependência semântica existente entre os constituintes dos encadeamentos, em argumentações evocadas em forma de encadeamentos normativos ou transgressivos, em aspectos e blocos, noções que visam a eliminar qualquer indício de informatividade e inferência lógica no nível mais profundo do sentido.

Dessa forma, pretende-se mostrar que o discurso aqui analisado se constrói sob a seguinte argumentação:

*crédito praticamente seca até para as grandes empresas (portanto a economia do país está sob risco de desaceleração (A PT B)).*

O sentido desse encadeamento normativo foi buscado na interdependência semântica observada entre *crédito seca até para as grandes empresas* e *risco de desaceleração*. A expressão *grandes empresas* dá a dimensão da secura do crédito e do conseqüente risco de a economia desacelerar. O adjetivo *grandes* reforça a AI de *empresas* e atua como um *modificador realizante* dessa palavra. É possível dizer que esse modificador estabelece uma interdependência semântica mais forte entre *crédito seca para empresas* e *economia em risco*. O risco na economia é decorrente da quase secura de crédito para as grandes empresas.

Para melhor observação de como o discurso se constrói na direção mostrada acima, dividiu-se o texto em parágrafos. Essa divisão tornou mais simples a delimitação dos encadeamentos do discurso, a observação dos enunciadores postos em cena pelo locutor e das atitudes do locutor frente a esses enunciadores, além de facilitar a observação da atuação dos modificadores no discurso.



Parágrafo 1: *Diante de um cenário de incertezas, o crédito praticamente secou até para as grandes empresas nesta semana no Brasil. Nas consultas para tomar dinheiro emprestado ontem e anteontem, as taxas pedidas foram consideradas irreais, com valores que passaram dos 110% do CDI, e apenas para prazos de menos de 180 dias.*

No primeiro enunciado desse parágrafo, o locutor estabelece uma relação de interdependência entre os dois segmentos aí presentes: *diante de um cenário de incertezas (segmento A)* e *o crédito praticamente secou até para as grandes empresas nesta semana no Brasil (segmento B)*. Trata-se de uma secura de crédito decorrente da insegurança quanto aos rumos da economia do país. O locutor põe em cena dois enunciadores: E1, que é assimilado a uma voz geral, talvez a voz da mídia; e E2, que, por sua vez, é assimilado a voz de analistas econômicos. O locutor concorda com E1, e assume E2. A atitude de assumir um enunciador leva o locutor a impor o ponto de vista desse enunciador no discurso, ou seja, esse é o ponto de vista sobre o qual o discurso se ancora. O locutor dá como fim à sua enunciação impor ao interlocutor o desaparecimento de crédito no mercado.

Tal desaparecimento é marcado pelo uso da expressão *crédito praticamente secou*. Se o crédito *praticamente* secou, falta crédito no mercado. Observa-se que o advérbio *praticamente* atenua a AI do verbo secar. Embora o interesse do trabalho seja observar a modificação expressa por adjetivos, faz-se relevante analisar o papel desse advérbio, já que esse termo está presente no ponto de vista imposto pelo locutor e, por isso, contribui para o sentido global do discurso.

Para averiguar a atuação do advérbio *praticamente* no sintagma *praticamente secou*, faz-se o levantamento da argumentação interna desse verbo. Na AI de *secou*, encontra-se o aspecto *estancou portanto esgotou*. Na AI de *praticamente secou*, encontra-se o aspecto *estancou no entanto não esgotou*. Assim, *praticamente* atua como um *modificador desrealizante* de *secou*. Essa atenuação aponta para uma falta acentuada de crédito no mercado, o que levaria a uma

desaceleração na economia do país. Se o crédito secasse totalmente, poder-se-ia enfrentar uma situação ainda mais grave que a desaceleração na economia. Poder-se-ia ter, por exemplo, uma recessão. Essa atenuação, portanto, fortalece a interdependência entre *crédito secou* e *risco de desaceleração na economia*.

Observa-se, ainda, no segmento B, um reforço na interdependência semântica observada entre os constituintes do enunciado. O uso da expressão “*até para as grandes empresas*” revela uma quase *secura* do crédito em decorrência da insegurança nos rumos da economia. O adjetivo *grandes*, como visto anteriormente e no esquema 8, reforça a AI de empresas. É, pois, um *realizante* de empresas. Falta crédito não só para as pequenas e médias empresas, mas também para as grandes empresas, aquelas que teoricamente teriam maior disponibilidade de crédito.

A falta de crédito é explicada no segundo enunciado do parágrafo: *Nas consultas para tomar dinheiro emprestado ontem e anteontem, as taxas pedidas foram consideradas irrealis, com valores que passaram de 110% do CDI, e apenas para prazos de menos de 180 dias.*

O locutor põe em cena um enunciador, E3, assimilado a consultores financeiros, que apresenta um sinal de que o crédito está menor, por meio da predicação de *taxas* e de *prazos* para empréstimos. Observa-se aqui o caráter gradual do léxico, marcado no emprego do adjetivo *irrealis*, aplicado à construção nominal *taxas pedidas* e explicado em *com valores que passaram de 110% do CDI, e pelo emprego de apenas para prazos de menos de 180 dias*. Essas expressões permitem observar uma gradação para mais, em relação às taxas, e para menos, em relação aos prazos.

O adjetivo *irrealis* e a expressão adjetival *que passaram dos 110% do CDI* reforçam a AI de *taxas* e de *valores (das taxas)* e atuam, nos sintagmas em que ocorrem,

como *modificadores realizantes*. Não se trata, pois, de taxas convencionais, mas de taxas muito acima do convencional. Já a locução adjetiva *de menos de 180 dias* atenua a AI de *prazos*, atuando como um *modificador desrealizante*. Aqui também não se trata de prazos convencionais, mas de prazos menores. A diminuição dos prazos é também assinalada pelo termo *apenas*.

O locutor concorda com esse ponto de vista. A atitude de concordar com um enunciador “é proibir e se proibir de, no resto do discurso, contestar o ponto de vista desse enunciador” (DUCROT E CAREL, 2008, p.8). Esse enunciador explica a quase *secura* do crédito, voz imposta no discurso. As taxas muito altas e os prazos menores revelam a falta de crédito no mercado. Essa relação pode ser representada por um encadeamento normativo: *crédito quase secou PT as taxas aumentaram e os prazos diminuíram*. O conector *portanto* introduz uma interdependência semântica entre *crédito quase secou* e *taxas aumentaram e prazos diminuíram*.

Parágrafo 2: *Anteontem, segundo fontes ouvidas pela Folha, o mercado de crédito viveu uma espécie de “feriado” em que nenhuma operação importante foi fechada. O pouco dinheiro emprestado foi de curtíssimo prazo e com taxas proibitivas, que chegaram a inéditos 120% do CDI.*

Nesse encadeamento, o locutor apresenta o ponto de vista de um enunciador que afirma que o mercado de crédito não operou como de costume, já que não se realizou nesse dia (anteontem) nenhuma operação importante. É possível construir o seguinte bloco semântico resultante da interdependência semântica entre *feriado* e *nenhuma operação importante fechada*.

1. *feriado PT neg- operação importante fechada ( A PT neg- B)*
2. *neg-feriado PT operação importante fechada ( neg-A PT B)*
3. *neg- feriado NE neg- operação importante fechada(neg-A NE neg B)*
4. *feriado NE operação importante fechada ( A NE B)*

Os aspectos 1 e 2, desse bloco, bem como os aspectos 3 e 4, são recíprocos. Os aspectos 1 e 4 e os aspectos 2 e 3 são conversos. E os aspectos 1 e 3 e, também, 2 e 4 são transpostos.

Ducrot e Carel (2008, p.17) afirmam que o “enunciado negativo faz alusão a um enunciador positivo”. Dessa forma, nesse encadeamento, entra em cena um enunciador, E4, que representa o ponto de vista positivo, isto é, a afirmação de que alguma operação importante foi fechada (anteontem). Esse enunciador exprime o aspecto transgressivo do bloco (A NE B): *feriado no entanto operação importante fechada*. O enunciador negativo, E5, expressa o aspecto normativo A PT neg-B – *feriado portanto nenhuma operação importante fechada*, numa relação de conversão com o aspecto expresso por E4. E5 é assimilado a fontes ouvidas pela folha. Trata-se, pois, de um ponto de vista relativo a essas fontes. Pode-se observar também a presença da voz dos analistas da Folha pelo uso de aspas na palavra *feriado*. O locutor menciona, aspeando, o que diz os analistas como se quisesse manter uma certa distância ou diminuir a responsabilidade sobre o que está sendo dito. O locutor opõe-se a E4 e concorda com E5.

O adjetivo *importante* aparece reforçando a AI do substantivo *operação*. Trata-se, pois, de um *modificador realizante*. A expressão *nenhuma operação importante foi fechada* é explicada no enunciado seguinte pelo *pouco dinheiro emprestado*, pelas *altas taxas* e pelos *prazos curtos*. O adjetivo *pouco* atenua a AI de dinheiro emprestado. Foi emprestado dinheiro, no entanto pouco, o que mostra a *não realização de operações importantes*. *Pouco* atua como um *desrealizante* de *dinheiro emprestado*. Nesse enunciado, nota-se a mesma relação gradual já observada anteriormente: para mais, em relação às taxas, e para menos, em relação aos prazos. Gradualidade novamente marcada pelo uso de adjetivos e expressões adjetivais: *proibitivas* e *que chegaram a inéditos 120% do CDI*, unidos ao substantivo *taxas*; e *curtíssimo*, unido ao substantivo *prazo*. O adjetivo *proibitivas* e a oração adjetiva *que chegaram a inéditos 120%* atuam como *modificadores realizantes* do substantivo *taxas*, já que reforçam a AI desse substantivo. O uso do termo *inéditos* aponta para o aumento excessivo das taxas, que, até o momento (cenário de

incertezas na economia), não tinha atingido um patamar tão elevado, o que impede a realização de operações importantes. Já o adjetivo *curtíssimo* atua como *desrealizante* do substantivo *prazo*. Há um prazo, no entanto *curtíssimo* ou quase não há prazo.

Novamente, a presença dos modificadores aponta para o reforço na interdependência existente entre os constituintes de uma argumentação: *Taxas elevadas e prazos curtos PT não há condições de se realizar grandes operações financeiras.*

A presença de expressões como *nenhuma operação importante foi fechada, curtíssimo prazo, taxas proibitivas, taxas que chegaram a inéditos 120% do CDI, pouco dinheiro emprestado, o mercado viveu uma espécie de feriado* revelam a falta de crédito no mercado, pondo de vista imposto no discurso. Isso mostra que a argumentação está na língua, no léxico.

Parágrafo 3: *O CDI é a taxa de empréstimo entre os bancos. Desde janeiro, quando BC criou o compulsório para as empresas de leasing, as taxas de captação começaram a subir muito acima do CDI. Na semana passada, em meio à crise de liquidez, os bancos menores captavam com taxas de até 107% do CDI.*

No primeiro encadeamento desse parágrafo, ouve-se a voz de um enunciador, assimilado talvez à voz de economistas, que conceitua CDI e afirma a criação desse compulsório para as empresas de *leasing*. O emprego da palavra *leasing* reforça o ponto de vista imposto no discurso. Empresas de *leasing* podem ser entendidas como empresas que financiam bens a arrendatários. Dessa forma, o *leasing* pode ser tomado como um tipo de crédito. Se as taxas de captação de leasing estão subindo é sinal que falta crédito no mercado. O enunciador ainda afirma que as empresas estão captando, isto é, estão conseguindo seus recursos com taxas

maiores que o CDI. Então, há pouco crédito disponível no mercado. O locutor concorda com esse enunciador que apóia o ponto de vista imposto no discurso.

A falta de crédito é também explicada pela voz de um outro enunciador, E6, que afirma a existência de crise de liquidez. Essa crise afetaria principalmente as empresas menores. No sintagma *bancos menores*, a adjetivo *menores* desrealiza o substantivo *bancos*, contribuindo para a constatação de que as empresas menores estão com grandes dificuldades de captação de crédito, devido às taxas estarem acima das estabelecidas pelo Banco Central. Essa posição acima é marcada pelo uso da locução *de até 107% do CDI*, que atua como um *modificador realizante* de *taxas*. Esse enunciador reforça a falta de crédito. Se há crise de liquidez, não há crédito.

*Parágrafo 4: O presidente do Bradesco, Márcio Cypriano, afirmou ontem, durante reunião com analistas, que o banco está recomendando aos clientes operações de no máximo 180 dias, pois acredita que, após esse período, as taxas serão melhores.*

Nesse encadeamento, o locutor assimila o enunciador ao presidente do Bradesco, Márcio Cypriano, que recomenda operações em prazos menores, pois as taxas, após esse período, podem melhorar. O locutor recorre ao recurso da autoridade polifônica e, assim, não se responsabiliza diretamente pelo que é dito. Segundo Ducrot (1987, p.144) “o locutor mostra um enunciador asseverando uma certa proposição P. Em outras palavras, ele introduz no seu discurso uma voz responsável pela asserção P, que não é dele próprio”. O locutor introduz no seu discurso uma recomendação relativa ao presidente do Bradesco.

Duas expressões parecem atuar como *modificadores desrealizantes* dos substantivos *prazo* e *taxas*. O prazo máximo recomendado para operações financeiras é de 180 dias, um prazo visto nos encadeamentos anteriores como curto. As operações, portanto, aconteceriam num prazo menor que o convencional. O

adjetivo *melhores* também leva à conclusão de que as taxas serão menores, já que antes estavam acima da base para as operações financeiras. A expressão *taxas melhores, após esse período* aponta para a conclusão de que, agora, estão muito altas e, portanto, há possibilidade de estarem menores posteriormente. Essas modificações desrealizantes apóiam a idéia de que, no momento, há pouco crédito no mercado, ponto de vista que o locutor quer fazer o interlocutor admitir.

Parágrafo 5: *Para Luís Miguel Santacreu, analista da Austin Ratings, a securidade do crédito não significa que os bancos não tenham dinheiro para emprestar, mas que preferem priorizar o próprio caixa num momento em que a liquidez passou a ser um ativo escasso e caro. “Não é todo o crédito que está disponível para as empresas. Os juros estão muito altos, mas é momentâneo. Se virar regra [a flexibilização do] compulsório fracassou. Quem paga isso são as empresas menores que estão sem oxigênio no capital de giro.”*

O primeiro encadeamento desse parágrafo pode ser representado por um encadeamento transgressivo: *secura de crédito no entanto bancos têm dinheiro para emprestar*. Com esses dois segmentos, constrói-se o seguinte bloco:

1. *secura de crédito, NE bancos têm dinheiro para emprestar. (A NE B)*
2. *neg- securidade de crédito, NE os bancos não têm dinheiro para emprestar (neg-A NE neg- B)*
3. *neg- securidade de crédito PT os bancos têm dinheiro para emprestar (neg-A PT B)*
4. *secura de crédito PT os bancos não têm dinheiro para emprestar. (A PT neg- B)*

O locutor põe em cena nesse encadeamento, no mínimo, dois enunciadores: um enunciador positivo, que expressa o aspecto normativo desse bloco (A PT neg- B); e um enunciador negativo, assimilado a Luís Miguel Santacreu, analista da *Austin*

*Ratings*, que expressa o aspecto transgressivo do mesmo bloco (A NE B). O locutor concorda com o enunciador negativo e se opõe ao enunciador positivo.

O encadeamento seguinte é também transgressivo: “*os bancos têm dinheiro para emprestar, mas preferem priorizar o próprio caixa.*” A transgressão argumentativa aparece assinalada pelo articulador *mas* em *mas preferem priorizar o próprio caixa*. Ducrot (2005) distingue as palavras ferramentas, os *conectores*, análogos a *portanto* e *no entanto*, que servem para constituir discursos doadores de sentido, de outra categoria, a dos *articuladores* como *mas*, análogo a *pero* em espanhol. Para o autor, a função do *mas* é comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e os seguem. É o que se observa na articulação feita pelo *mas* no enunciado *os bancos têm dinheiro, mas priorizam o próprio caixa*.

1º: *Os bancos têm dinheiro para emprestar PT podem emprestar.*

2º: *Os bancos priorizam o próprio caixa PT não podem emprestar.*

Aqui, tem-se *A PT r* e *B PT não r*, argumentações articuladas pelo *mas* (CAREL, 2005). O locutor concorda com o primeiro ponto de vista e assume o segundo ponto de vista, reforçando a situação difícil na economia, já que os bancos têm necessidade de priorizar o próprio caixa e não podem emprestar dinheiro.

Nesse encadeamento, a expressão *num momento em que a liquidez se tornou um ativo escasso e caro* forma um elo discursivo com a expressão *crédito seca*. Na AI da palavra *liquidez* encontra-se o aspecto *crédito imediato PT dinheiro*. Entretanto a *liquidez* passou a ser um *ativo escasso e caro*, o que evoca a não possibilidade de dinheiro imediato. Na AI da expressão *ativo escasso*, encontra-se o aspecto transgressivo *crédito NE neg- valor a receber*. Dessa forma, o adjetivo *escasso* atua como um *desrealizante* do substantivo *ativo* e confirma a falta de liquidez, a *secura* de crédito.



O locutor traz para o seu discurso a voz de um outro locutor. Observa-se, aqui, uma *polifonia de locutores*, segundo Ducrot (1987). Esse novo locutor, identificado, nesta análise, como L', põe em cena outros enunciadores, dentre eles, um enunciador negativo, que rejeita a disponibilidade de todo o crédito para as empresas.

E1: *crédito disponível PT há crédito no mercado. (A PT B)*

E2: *Neg- crédito disponível PT não há crédito no mercado. (neg- A PT neg- B)*

O L' se opõe a E1 e assume E2, que nega a total disponibilidade de crédito para as empresas, pois há pouco crédito no mercado. E2 também afirma a alta dos juros. O adjetivo *altos* é um realizante de *juros*. Entra em cena E3, que afirma que essa alta é momentânea. Novamente, o uso do articulador *mas* permite comparar as argumentações presentes nos encadeamentos que antecedem e que seguem esse articulador.

L' assume o ponto de vista que considera momentânea a alta dos juros e reforça a idéia de que as taxas serão melhores após esse período. Apesar da melhoria das taxas de juros, L' admite o ponto de vista da pouca disponibilidade de crédito no mercado ao afirmar que *as empresas menores estão sem oxigênio no capital de giro*. O adjetivo *pequenas* no sintagma *pequenas empresas* é um desrealizante do substantivo *empresas* e aponta para uma dificuldade de crédito maior para essas empresas. Se as empresas estão sem oxigênio no capital de giro, não há crédito no mercado.

Parágrafo 6: *O BNDES disse estar atento à escassez de crédito no país e estuda ampliar as linhas para as empresas, especialmente as exportadoras. Mas disse que também teve de elevar os custos de algumas dessas linhas, substituindo a TJLP pelo IPCA e cesta de moedas.*

O locutor do discurso recorre novamente ao recurso da autoridade polifônica, ao convocar a voz de um enunciador assimilado ao BNDES. Esse enunciador revela a intenção de ampliar as linhas de crédito, e, no entanto, elevar os custos de algumas dessas linhas. O sentido desse enunciado pode ser expresso por um encadeamento transgressivo: *ampliar linhas de crédito NE elevar custos de algumas linhas*. O articulador *mas* novamente marca a articulação entre as argumentações evocadas: *ampliar crédito PT aumentar a disponibilidade de crédito e elevar custos PT diminuir a disponibilidade de crédito*. (A PT r e B PT não r). A elevação nos custos das linhas de crédito reforça a quase *secura* deste. Tal elevação é marcada pela expressão *substituindo a TJLP pelo IPCA e cesta de moedas*. A TJLP (Taxa de Juros a Longo Prazo), definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES, foi substituído pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), usado pelo BC como medidor de inflação no país, e pela cesta de moeda, recurso usado como índice de variação de ativos financeiros para evitar variações bruscas de uma única moeda. (FOLHA DE SÃO PAULO, 18/10/2008). O uso do verbo *elevar* permite interpretar que, no momento, o IPCA e a cesta de moedas são índices maiores que a TJLP.

Parágrafo 7: *De acordo com Alfredo Moraes, presidente da Andima, a situação melhorou ontem quando as taxas recuaram na BM&F. Moraes afirma que os bancos trabalhavam ontem com médias que vão de 104% a 105% do CDI. “Quando tem esse estresse, as taxas oscilam muito. Assusta, e você não consegue captar mais. Na área de crédito, fica todo mundo com a barba de molho. [Segunda] foi um dia de reflexão, em que as pessoas param para ver e fazer um novo julgamento”, disse.”*

Como recurso recorrente nesse discurso, novamente aparece a autoridade polifônica. O enunciador, assimilado ao presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, Alfredo Moraes, afirma a melhora na situação, marcada pelo uso da expressão *taxas recuaram na BM&F*. Tal recuo é marcado pelos índices de 104% a 105% do CDI, menores que os 110% citados no primeiro parágrafo e os *inéditos* 120% citados no segundo parágrafo do texto, mas ainda acima do CDI. O locutor traz para seu discurso um novo locutor (L”). Esse locutor

põe em cena um enunciador que revela o estresse causado pela variação das taxas e a conseqüente parada na oferta de crédito. Esse ponto de vista pode ser expresso pela seguinte argumentação: *oscilação de taxas PT estagnação do mercado de crédito*, o que reforça a secura do crédito no Brasil. A estagnação é marcada pela expressão *na área de crédito fica todo mundo com a barba de molho*. Segundo Ducrot e Carel (2008, p.10), “dar sentido a uma expressão é associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego.” Para observar o sentido dessa expressão, levanta-se suas argumentações externas à direita e à esquerda. Como visto no capítulo anterior, as argumentações externas são encadeamentos dos quais a expressão é um segmento: se a expressão é aporte, fala-se de argumentação à esquerda; se a expressão é suporte, fala-se de argumentação à direita. Assim, encontram-se entre as argumentações externas à direita da expressão *na área de crédito, fica todo mundo com a barba de molho* as seqüências *Todo mundo, na área de crédito, fica com a barba de molho, portanto o mercado de crédito pára e Todo mundo, na área de crédito, fica com a barba de molho, no entanto o mercado não pára*. Entre as argumentações externas à esquerda dessa expressão, encontra-se o *momento é de incertezas, portanto todo mundo fica com a barba de molho e o momento é de incertezas, no entanto todo mundo não fica com a barba de molho*.

Segundo Ducrot e Carel:

“Querendo dizer isso em termos psicológicos, o que não corresponde absolutamente à nossa concepção da semântica e constitui uma simples imagem, como Saussure atribui uma realidade mental aos paradigmas e aos sintagmas, pode-se dizer que o locutor, empregando uma expressão, procura desencadear na mente do destinatário um certo número de argumentações concebidas como encadeamentos, normativos e transgressivos. “ DUCROT e CAREL, 2008, p.10)”

Parágrafo 8: *Para os bancos pequenos a situação continua crítica, mesmo com a entrada em vigor da flexibilização dos depósitos compulsórios.*

O sentido desse enunciado pode ser descrito pelo seguinte bloco:

1. *flexibilização dos compulsórios NE a situação não melhorou. (A NE neg- B)*
2. *não flexibilização dos compulsórios NE a situação melhorou (neg- A NE B)*
3. *flexibilização dos compulsórios PT melhorou a situação (A PT B)*
4. *não flexibilização dos compulsórios PT não melhorou a situação ( neg-A PT neg- B)*

O locutor põe em cena o enunciador que expressa o aspecto transgressivo do bloco (A NE neg-B), mostrando que a melhoria na situação, afirmada anteriormente, no discurso, não atenuou a secura do crédito para bancos pequenos. Embora se tenham tomado medidas para diminuir a secura do crédito, os bancos pequenos continuam numa *situação crítica*.

Parágrafo 9: *Segundo Roberto Troster, da Integral Trust, a medida não foi suficiente para resolver os problemas de caixa dos pequenos. Para Troster, se a crise persistir, o BC terá de baixar mais os compulsórios e mexer nas linhas de redesconto. “Os bancos grandes também estão com liquidez reduzida, mas a situação está mais difícil para os pequenos. O BC fez muito pouco, foi muito tímido, em relação ao que tem de ser feito. Precisa dar um sinal forte e claro de que a gente não vai ter problema de liquidez. E ele não está dando esse sinal.”*

O sentido do primeiro encadeamento desse parágrafo provém da interdependência semântica entre *“medida insuficiente”* ( neg- suficiente) e *“resolver os problemas de caixa dos pequenos”*.

1. *medida suficiente PT resolveu o problema de caixa dos pequenos (A PT B)*
2. *medida insuficiente PT não resolveu o problema de caixa dos pequenos ( neg- A PT neg B)*

Nesse encadeamento aparece a voz de um enunciador positivo, que afirma ser a medida suficiente para resolver os problemas de caixa dos menores: *medida suficiente portanto resolver problemas de caixa dos pequenos*” (A PT B). Esse enunciador é contestado pelo enunciador negativo que expressa o aspecto recíproco: *medida insuficiente PT não resolver problemas de caixa dos pequenos*. O locutor se opõe ao enunciador positivo, assimilado, provavelmente, à voz do governo e concorda com o enunciador negativo, assimilado a Roberto Troster. A flexibilização dos compulsórios não aumentou a oferta de crédito no mercado. Esse enunciador recomenda uma modificação nessa medida, caso a não disponibilidade de dinheiro imediato persista: *baixar mais os compulsórios e mexer nas linhas de desconto*.

Observa-se novamente a polifonia de locutores na reprodução do discurso de Roberto Troster. Esse novo locutor, L’”, traz para seu discurso a voz de um enunciador mediante um encadeamento transgressivo, marcado pelo uso do articulador *mas*.

E1: *Os bancos grandes estão com liquidez reduzida PT tem pouca disponibilidade de dinheiro imediato.*

E2: *Os bancos pequenos estão com liquidez mais reduzida PT não tem disponibilidade de dinheiro imediato.*

O L’” concorda com E1 que, com essa argumentação, parece explicar um ponto de vista anterior: a quase *secura* do crédito para bancos grandes, e assume E2, cuja argumentação parece explicar a situação crítica para os bancos pequenos. O L’” parece apoiar pontos de vista com os quais o locutor do discurso concorda ou assume.

Há nesse enunciado a presença de três modificadores: o adjetivo *reduzida* aliado ao substantivo *liquidez*, é o primeiro deles. Na AI de *liquidez*, pode-se encontrar o aspecto *disponibilidade de dinheiro PT dinheiro*. Já na AI de *liquidez reduzida*,

encontra-se o aspecto *disponibilidade de dinheiro NE neg-dinheiro*. Esse adjetivo atua como um *modificador desrealizante* de liquidez. O ponto de vista expresso por E1 afirma a liquidez reduzida para os bancos grandes. O adjetivo *grandes* é, pois, o segundo modificador presente no enunciado. Esse adjetivo reforça a AI de *bancos*, e, por isso, atua como um *modificador realizante*. O terceiro modificador expressa um sentido inverso em relação ao substantivo *bancos*. Trata-se do adjetivo *pequenos*, que atenua a AI de *bancos*, atuando nesse sintagma como um *modificador desrealizante*. Esse ponto de vista apóia a *secura de crédito* até para as grandes empresas. Os modificadores parecem marcar lingüisticamente a falta de crédito, já que os *bancos grandes* estão com *liquidez reduzida*.

O L''' põe em cena um terceiro locutor que afirma que o *BC fez muito pouco em relação ao que tem que ser feito*. A presença do operador *muito*, no sintagma *muito pouco* revela, mais uma vez, a gradualidade na língua. *Fazer muito pouco* tem maior grau de atenuação que *fazer pouco*. Outras palavras que apontam essa gradualidade são os adjetivos *forte* e *claro*. Esses adjetivos são *realizantes* do substantivo *senal*, e marcam o ponto de vista assumido por L''': a insuficiência das medidas do BC.

Parágrafo 10: *Ontem, o banco Dacoval informou que o fundo Tarpon elevou de 16,86% para 21,89% a sua participação nas ações PN. O fundo segue minoritário e sem assento no conselho.*

Esse encadeamento se constrói mediante uma argumentação transgressiva. Embora o fundo Tarpon tenha elevado a participação do Banco Daycoval nas ações PN, o fundo continua minoritário. Essa argumentação transgressiva justifica o problema de liquidez já referido no discurso. As ações PN são as que, geralmente, têm maior liquidez, ainda assim, a maior participação nas ações PN não foi suficiente para que aumentasse a disponibilidade de crédito do banco.

As argumentações evocadas pelas expressões “*elevou a participação do Banco Daycoval nas ações PN*” e “*continua minoritário*” permitem construir o seguinte sentido: sabe-se que o Banco Daycoval é especialista em crédito para pequenas e médias empresas. Se o Banco Daycoval não alcançou maior liquidez, não poderá financiar investimentos de empresas médias e pequenas. Dessa forma, a situação dessas empresas tende a ficar muito difícil.

Parágrafo 11: *De acordo com o Deutsche Bank, os bancos brasileiros também podem enfrentar uma deterioração de ativos e uma alta nos custos de financiamentos. “O sentimento em relação ao setor se deteriorou, e os efeitos indiretos podem gerar pressões adicionais para um ambiente já difícil no Brasil”, afirmou o analista Mário Pyerry, em relatório.*

O sentido do primeiro encadeamento desse parágrafo parece se constituir pelas argumentações internas evocadas pelas expressões *deterioração de ativos* e *alta nos custos de financiamentos*. Na AI da primeira expressão é possível encontrar o aspecto *diminuição de valores de títulos e ações portanto falta de crédito*. Se os bancos sofrerem desvalorização de títulos e ações, não terão como conseguir crédito para manter suas operações financeiras. Na AI da segunda expressão, pode-se encontrar o aspecto *aumento das despesas de financiamento PT dificuldade de financiamento*. O aumento nos custos de financiamento inviabilizam este tipo de operação financeira. Essas argumentações assinalam para um momento muito difícil na economia. Esse enunciador é assimilado ao Deutsche Bank, um grande banco alemão. A *secura do crédito* é relativa à opinião de uma das maiores instituições financeiras do mundo.

Uma palavra chama a atenção nesse enunciado: a palavra *também* no segmento *os bancos brasileiros também podem enfrentar uma deterioração de ativos e uma alta nos custos de financiamentos*. O uso dessa palavra encaminha para uma adição. Além dos motivos que levam à quase *secura do crédito*, há outros que apontam para a *desaceleração na economia*. Novamente se observa a polifonia de locutores na

reprodução do discurso de um novo locutor, L””. Esse locutor põe em cena um enunciador que expressa uma argumentação normativa: “*sentimento diminui PT aumentam pressões adicionais*. Não se tem certeza dos rumos da economia e isso gera pressões adicionais. O uso do sintagma *pressões adicionais* retoma o ponto de vista da *secura acentuada de crédito*. Essa *secura* é também marcada pela expressão *já difícil*, que permite interpretar que o crédito já era escasso para pequenas empresas e que agora, essa escassez atinge também empresas maiores. Esse enunciador é assimilado a Mário Pierry, analista do Deutsche Bank.

Parágrafo 12: “*Entre os principais riscos estão a deterioração da qualidade dos ativos, a alta nos custos de financiamento, o acirramento da concorrência, o aumentos da interferência governamental e um crescimento econômico mais lento*”, disse Pierry.

Mais uma vez, no discurso, é introduzido o discurso do locutor L”” que reafirma a sensação de insegurança quanto aos rumos da economia e aponta para a *secura mais acentuada do crédito*. Nesse enunciado, as *pressões adicionais* são delimitadas. A expressão *pressões adicionais*, presente no enunciado anterior, atua como um elo discursivo entre os enunciados. *As pressões adicionais*, as quais o enunciador se referia são *a secura maior do crédito, a alta nos custos de financiamento, o acirramento da concorrência, o aumento da interferência governamental* e conseqüentemente *um crescimento econômico mais lento*. Esse enunciador apóia o ponto de vista assumido no discurso à medida que aponta a possibilidade de desaceleração na economia do país. Essa desaceleração é marcada no uso da expressão *crescimento econômico mais lento*. Na AI de *crescimento* encontra-se o aspecto *evolução PT progresso*. Em *crescimento mais lento* encontra-se o aspecto *evolução NE pouco progresso*. A expressão *mais lento* é um *desrealizante de crescimento econômico*.



Parágrafo 13: *Para Milena Zanonini, analista da agência de risco Stand & Poor's, “os bancos pequenos sempre tiveram uma vulnerabilidade de acesso a funding”, disse.*

O locutor do discurso põe em cena mais um enunciador, assimilado a Milena Zanonini, analista da agência de risco *Stand & Poor's*. Esse enunciador constrói sua argumentação a partir da relação de interdependência semântica entre as expressões *sempre tiveram vulnerabilidade* e *acesso a funding*. Entre essas expressões observa-se um encadeamento normativo: *ter vulnerabilidade PT menos acesso a crédito*. O advérbio *sempre* permite afirmar que essa dificuldade de acesso a crédito, não é vista apenas nesse momento de crise, mas em outros momentos. Vale salientar que essa dificuldade é característica dos bancos menores. O advérbio *pequenos* no sintagma *bancos pequenos* atua como um desrealizante desse substantivo. Esse enunciador apóia o ponto de vista imposto no discurso: a seca do crédito para as grandes empresas o que aponta o risco de desaceleração na economia. As pequenas já enfrentam dificuldade. O que o locutor impõe no discurso é uma dificuldade de crédito agravada no momento. O fato de não ter crédito para as grandes empresas é que faz aparecer o risco de desaceleração na economia.

### 3.3. Conclusão da análise

Buscou-se, aqui, fazer uma descrição do sentido do discurso sob a ótica da TAL, considerando os fundamentos da sua fase mais recente, a TBS. Observou-se que o locutor orienta seu interlocutor na direção argumentativa de seu discurso, representando pontos de vistas constituídos por encadeamentos normativos e/ou transgressivos. As instruções contidas na significação das frases do texto dão condições de se chegar ao sentido dos enunciados

O discurso analisado é construído sob a seguinte argumentação normativa: *Crédito praticamente seca até para as grandes empresas PT a economia do Brasil está sob risco de desaceleração*. Para construir essa argumentação, o locutor articula vozes

de analistas e executivos financeiros. Alguns analistas defendem uma *secura* de crédito para as pequenas empresas e outros defendem essa *secura* também para as grandes empresas. O locutor admite a falta de crédito para as pequenas empresas, mas assume o ponto de vista de analistas que afirmam essa falta para as grandes empresas, o que gera um risco de desaceleração na economia brasileira. A *secura* maior é marcada no título da reportagem em que o locutor toma uma posição mais incisiva e afirma que *crédito secou até para as grandes empresas*. Esta é a direção para a qual o discurso aponta.

A presença dos modificadores realizantes e desrealizantes contribui para a construção dessa argumentação, pois cria uma interdependência mais forte entre os constituintes desse encadeamento. Os modificadores também atuam na gradualidade dos substantivos que acompanham. Eles representam ora um grau maior, ora um grau menor desses substantivos. O locutor reforça, por exemplo, a argumentação interna de taxas com o emprego de realizantes como *irreais*, *proibitivas* e *que chegaram a inéditos 120% do CDI*; e atenua a AI de prazos e liquidez com o emprego de desrealizantes como *curtíssimo* e *reduzida*. Esse reforço e essa atenuação apontam a *secura* do crédito. A atenuação de desenvolvimento econômico por meio do uso do desrealizante *mais lento* aponta para a desaceleração na economia. Dessa forma, observa-se a influência dos modificadores nas estruturas em que ocorrem. Observa-se, ainda, que o locutor recorre aos modificadores para direcionar sua argumentação.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se propôs a discutir a função argumentativa dos adjetivos no discurso. Tal tarefa foi motivada pela observação de que o léxico tem caráter gradual, o que permite a utilização de itens lexicais no discurso, considerando a sua maior ou a menor força argumentativa.

Para se chegar ao que foi proposto, tomou-se como base teórica a Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot e colaboradores. Esses autores defendem a idéia de que tanto a língua como as palavras do sistema lingüístico são fundamentalmente argumentativas e que o sentido de uma entidade lingüística é constituído pelas relações dessa entidade com outras entidades do discurso, ou seja, o sentido é visto na língua, sem recorrência a elementos extralingüísticos. Dessa forma, o léxico não é considerado um instrumento de etiquetagem da realidade e o discurso não é tido como um produto da relação linguagem-mundo. Ducrot, um estruturalista do discurso, inscreve seus estudos no âmbito interno da língua, isto é, circunscrito ao sistema lingüístico. Pelo princípio da imanência, o autor estuda as relações sintagmáticas, os enunciadores que se colocam na cena enunciativa como pontos de vista abstratos e o valor argumentativo, que é tido como a orientação que um discurso pode ter.

Dessa forma, o sentido decorre do ponto de vista assumido pelo locutor. Chega-se ao sentido por meio de instruções contidas na significação das frases, que indica como o interlocutor deve resgatá-lo. Embora a significação da frase contenha essas instruções, elas não são suficientes para se descrever o sentido do discurso. Para isso, é preciso atrelar o sistema lingüístico aos usos da linguagem. O sistema e sua realização juntos constroem o sentido.

Para a Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida inicialmente por Marion Care(1992) e, mais tarde, por Carel e Ducrot (2005), o sentido é constituído pelas

diferentes argumentações evocadas pelas entidades lingüísticas. Essas argumentações podem ser normativas e transgressivas e são observadas a partir da interdependência semântica existente entre as entidades, o que constitui um bloco semântico. Esses conceitos foram de fundamental importância para a descrição do sentido do discurso, expresso pela reportagem “*No Brasil, crédito seca até para as grandes empresas*”. Verificou-se que o discurso se constrói sob argumentações em *portanto* e, ou *no entanto*. Verificou-se ainda que o sentido do discurso se compõe pela relação entre os elos semântico-discursivos que se criam entre encadeamentos argumentativos que exprimem a argumentação interna das entidades lexicais e pela posição que o locutor assume ao dialogar com diferentes enunciadores que ele põe em cena em seu discurso. Assim, a TBS serviu de base para a descrição dos enunciados que compõem o discurso analisado nesta pesquisa e para a descrição de expressões lingüísticas presentes nesses enunciados.

Dentre essas expressões estão aquelas que são o interesse da pesquisa: as formadas por substantivo + adjetivo. A noção de argumentação interna foi primordial para a definição da atuação dos adjetivos junto dos substantivos nesse tipo de sintagma. Ao analisar a AI do sintagma, foi possível definir os adjetivos como operadores realizantes ou desrealizantes. Observou-se que conforme essa modificação, o substantivo adquire maior ou menor força .

Sabe-se que este trabalho apresenta algumas limitações. Uma delas é a análise final, restrita a um único texto. No entanto, fez-se esta opção, por se tratar de um texto altamente representativo do papel do adjetivo como operador argumentativo, o que possibilitou a descrição do sentido conforme o aporte teórico da TAL e, sobretudo, da TBS. Acredita-se que a análise desse discurso seja suficiente para demonstrar a atuação dos adjetivos modificadores na orientação argumentativa dos discursos. Inegavelmente, os modificadores adjetivais são de grande importância na interpretação dessa orientação. Ao aumentar ou diminuir a força argumentativa dos substantivos, esses modificadores, além de marcar linguisticamente os substantivos como uma categoria central na organização argumentativa do discurso, impulsionam o olhar do interlocutor na direção pretendida pelo locutor, imprimindo aos

constituintes dos encadeamentos maior interdependência semântica. O mesmo pode-se afirmar sobre os modificadores adverbiais em relação aos verbos.

Convém ressaltar que, mesmo diante da limitação apontada acima, este trabalho abre um espaço para que outros trabalhos aceitem o desafio de buscar novas contribuições do adjetivo na argumentação. Conforme Ducrot (1988, p.127) referindo a uma metáfora construída por Vogt, “cada vez que se analisa um fato à luz de uma determinada teoria, se levanta uma capa. Todavia debaixo dela, há outra e assim por diante.” O fundamental é que a capa que se levantou, sirva de ponto de partida para uma análise mais profunda e, assim, sucessivamente.

## 5. REFERÊNCIAS

- 1 ANSCOMBRE, Jean-Claude et DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. Bruxeles: Madarga, 1983.
- 2 ANSCOMBRE, Jean-Claude. **Théorie des Topoi**. Paris: Editions Kimé, 1995.
- 3 BAKHTIN, Mikhail M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Tradução: Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- 4 BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Berna: Francke, 1944.
- 5 BARBISAN, Leci Borges. Por uma abordagem argumentativa da linguagem. In: **Investigando a linguagem em uso: Estudos de Linguística Aplicada**. Org. GIERING, Maria Eduarda e TEIXEIRA, Marlene (orgs) . Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Editora UNISINOS, 2004. p. 57 – 77.
- 6 \_\_\_\_\_. Um sentido do adjetivo no discurso. In: **Cadernos de Pesquisas em Lingüística**. Centro de Estudos do Discurso – Programa de Pós- Graduação em Letras da PUCRS, 2006. p. 24 -30.
- 7 BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp/ Pontes, 1989. p. 81-90.
- 8 CAREL, Marion. L'argumentation dans le discours: argumentar n'est pas justifier. In: **Letras de Hoje**. Porto Alegre. V.32, nº 6, Março, 1997. p. 23 – 40.
- 9 \_\_\_\_\_. Prefácio. In: **Les Facetes du Dire – Hommage à Oswald Ducrot**. Paris: Éditions Kimé, 2002. p. 9 – 13.

- 10 \_\_\_\_\_ y DUCROT, Oswald. **La Semática Argumentativa: Una Introducción a La Teoría de Los Bloques Semánticos.** Tradução e edição: Maria Marta G. Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005. 240 p.
  
- 11 DAYOUB, Khazzoun Mirched. **A ordem das Idéias: palavra, imagem, persuasão: a retórica.** Barueri, S. P: Manole, 2004.
  
- 12 DELANOY, Cláudio Primo. **Uma Definição de Leitura Pela Teoria dos Blocos Semânticos.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2008.
  
- 13 DUCROT, Oswald. **Princípios de Semântica Lingüística ( dizer e não dizer).** Tradução. Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo, SP: CULTRIX, 1972.
  
- 14 \_\_\_\_\_. Prefácio. In: VOGT, Carlos. **O Intervalo Semântico.** São Paulo: Ática, 1977. p.11 – 17.
  
- 15 \_\_\_\_\_. **Provar e Dizer: linguagem e lógica.** Tradução: Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira, Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global Ed.,1981. 264 p.
  
- 16 \_\_\_\_\_.Enunciação. In: **Enciclopédia Einaudi.** V.2. Línguaem – Enunciação. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p.368 – 393.
  
- 17 \_\_\_\_\_. **O dizer e o dito.** Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
  
- 18 \_\_\_\_\_. **Polifonia y Argumentacion** – Conferências Del Seminário – Teoria da Argumentacion y Análises del Discurso. Cali,: Universidad Del Valle, 1988.
  
- 19 \_\_\_\_\_. **Logique, structure, enonciation:** lectures sur le langage. Les editicon de Minit, 1989. A

- 20 \_\_\_\_\_ Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (org). **História e Sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989 b. p.13 – 38.
- 21 \_\_\_\_\_ e CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: **Letras de Hoje**. V. 43, nº 1, jan/mar. Porto Alegre, 2008. p.7 – 18
- 22 ESPÍNDOLA, Luciene Claudete. **Né (eu) “Acho (Que) e Aí: Operadores Argumentativos do Texto Falado**. Tese de Doutorado na área de Lingüística Aplicada. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.
- 23 FLORES, Valdir do Nascimento e TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Lingüística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.
- 24 FREITAS, Ernani César. **Semântica Argumentativa: a construção do sentido no discurso**. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.
- 25 MOURA, Heronides Maurilio de Melo. Semântica e Argumentação: Diálogo com Oswald Ducrot. In: **Revista Delta**, v. 14, nº1, fev.1988. p. 169 – 183.
- 26 NEGRONI, Maria Marta Garcia. Lingua, argumentation y polifonia. In: **Signo e Seña**, nº 9. Universid de Buenos Aires, 1998. p. 23 -42.
- 27 \_\_\_\_\_. Las Expresiones de Alto Grado. Su Lugar em uma Semántica Argumentativa. In: **Revista Brasileira de Letras**, Vol. 1, Nº 1, 1999. p.13 – 18
- 28 OLÍMPIO, Hilda de O. A estratégia de nominalização: pressuposição memória discursiva e argumentação. In: **REVISTA SABERES LETRAS: lingüística, língua, literatura**. V. 4, n.1, (jul./dez. 2006). Vitória: Saberes Instituto de Ensino Superior Ltda, 2006.
- 29 PAIS, Cidmar Teodoro. Prefácio. In: DUCROT, Oswald. **Provar e Dizer: linguagem e lógica**. São Paulo: Global Ed., 1981. p. 4 – 6.



- 30 PERELMAM, Chaim e TYTECA, Lucie Olbrests. **Tratado da Argumentação: A Nova Retórica**. Tradução: Maria Ermatina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- 31 PLANTIN, Christian. **Argumentação**. Tradução: Marcos Marcolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- 32 REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- 33 SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- 34 TOULMIN, Stephen E. **Os usos do argumento**. Tradução de Reinaldo Guarany. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- 35 10 QUESTÕES para entender o tremor na economia. **Folha de São Paulo**. Ano 88, n. 29053, Caderno dinheiro 2. São Paulo, 18 de outubro de 2008, B15- B 24.

**ANEXO**

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)